

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

**A LÍNGUA AO RÉ-S-DO-CHÃO**  
**Estratégias crônicas de Cláudio Moreno na coluna *O Prazer das Palavras***

Pedro Schmidt Heberle

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

## **A LÍNGUA AO RÉ-S-DO-CHÃO**

**Estratégias cronísticas de Cláudio Moreno na coluna *O Prazer das Palavras***

Pedro Schmidt Heberle

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Cida Golin

Porto Alegre

2011



## AGRADECIMENTOS

*À Cida, minha atenciosa (e um tanto compreensiva) orientadora.*

*Aos meus tios professores, que me mostraram não haver mecanismo de combate à  
injustiça social mais poderoso que o ensino.*

*Aos professores Lúcia Baptista e Cláudio Moreno, que me ensinaram a pensar a língua.*

*À minha família e amigos, indispensáveis.*

*À Sarah, por não ter ciúmes das longas horas que eu e este trabalho passamos juntos.*

## RESUMO

Esta monografia estuda a coluna *O Prazer das Palavras*, de Cláudio Moreno, publicada quinzenalmente no *Caderno Cultura* do jornal Zero Hora. O objetivo geral é analisar as relações entre as figuras do narrador e narratário em crônicas de conteúdo especializado. O trabalho partiu da seguinte pergunta: – quais as estratégias utilizadas pelo narrador para aproximar-se do leitor, trazendo a norma culta da língua portuguesa ao rés-do-chão? Por meio de pesquisa bibliográfica, contextualizamos a crônica dentro do suplemento cultural, espaço de tensão e de mediação de saberes. Através de entrevista em profundidade conversamos com o próprio autor da coluna a fim de bem delimitar seu perfil e trajetória profissional. Finalmente, empregamos fundamentos da narratologia para analisar um *corpus* de nove textos, divididos em cinco temas, publicados de janeiro a maio de 2011. Foi constatado que o narrador Cláudio Moreno se utiliza de estratégias cronísticas muito bem definidas para aproximar o leitor de seu texto, como o humor e o tratamento direto. Seu texto foge do estilo acadêmico e visa a fazer uma ponte entre o conhecimento erudito da língua portuguesa e o leitor médio culto, que o procura não apenas para solucionar dúvidas, mas também para se divertir.

**PALAVRAS-CHAVE:** crônica, narrativa, língua portuguesa, *O Prazer das Palavras*, Cláudio Moreno

## ABSTRACT

This paper examines the column *O Prazer das Palavras*, by Cláudio Moreno, which is published biweekly in the *Caderno Cultura* of the daily newspaper Zero Hora, of Porto Alegre, Brazil. The overall objective is to analyze the relationship between the narrator and the reader in specialized content essays. This work was based on the following question: - what are the strategies used by the narrator to bring the reader closer, bringing the Portuguese language to a fundamental, easy-to-understand level? Through research, we contextualized the essay within the cultural supplement, a space of tension and mediation. Through in-depth interviews with the author of the column we were able to define various aspects of his profile and career. Finally, we employed principles of narratology to analyze a group of nine texts, which were divided into five themes, published from January to May 2011. We found that the narrator Cláudio Moreno made use of very clearly defined essay strategies to bring his reader closer to the text, such as humor and direct address of the reader. The author does not have an academic writing style; he aims to create a connection between formal Portuguese and the average cultured reader, who looks to Moreno not only for answers to his questions, but also for entertainment.

**KEYWORDS:** chronicle, narrative, Portuguese, *O Prazer das Palavras*, Cláudio Moreno

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A CRÔNICA NO SUPLEMENTO CULTURAL: MEDIAÇÃO DOS SABERES ESPECIALIZADOS.....</b>	<b>10</b>
2.1. SUPLEMENTO CULTURAL: DOS RODAPÉS AOS CADERNOS DE CULTURA.....	10
2.2. UM ESPAÇO DE MEDIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA.....	13
2.3. CRÔNICA.....	14
2.4. A CRÔNICA DE MORENO.....	17
<b>3 O PROFESSOR NA MÍDIA: BREVE PERCURSO SOBRE CLÁUDIO MORENO.....</b>	<b>19</b>
3.1. DA ACADEMIA À CRÔNICA .....	20
3.2. O SÍTIO SUA LÍNGUA.....	22
3.3. A ORIGEM DE O PRAZER DAS PALAVRAS.....	23
<b>4 ANÁLISE NARRATIVA DE CRÔNICAS SELECIONADAS NA COLUNA O PRAZER DAS PALAVRAS.....</b>	<b>27</b>
4.1. METODOLOGIA: POR QUE A ANÁLISE NARRATIVA?.....	27
4.2. CRÔNICAS ESCOLHIDAS.....	29
4.2.1. <i>A logomarca e o ornitorrinco</i> .....	29
4.2.2. <i>Literalmente</i> .....	37
4.2.3. <i>O tsunami</i> .....	39
4.2.4. <i>Velas e velórios</i> .....	42
4.2.5. <i>Deixem nossa língua em paz</i> .....	45
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
ANEXO A – Entrevista com Cláudio Moreno.....	61
ANEXO B – A logomarca e o ornitorrinco (1) (15/01/2011).....	71
ANEXO C – A logomarca e o ornitorrinco (2) (12/02/2011).....	72
ANEXO D – A logomarca e o ornitorrinco (conclusão) (26/02/2011).....	73
ANEXO E – Literalmente (12/03/2011).....	74
ANEXO F – O tsunami (26/03/2011).....	75
ANEXO G – Velas e velórios (09/04/2011).....	76
ANEXO H – Deixem nossa língua em paz (1) (23/04/2011).....	77
ANEXO I – Deixem nossa língua em paz (2) (07/05/2011).....	78
ANEXO J – Deixem nossa língua em paz (3) (21/5/2011).....	79
ANEXO K – Autorização para publicação de entrevista.....	80

## 1 INTRODUÇÃO

A língua portuguesa vem se tornando um assunto bastante prolífico nos espaços midiáticos. Em virtude da fascinação que exerce sobre seus falantes, estes muitas vezes recorrem à mídia para solucionar suas dúvidas, pois ninguém está livre delas. Nem mesmo os autores desses espaços. Cláudio Moreno, professor e estudioso do nosso idioma, percebeu essa crescente curiosidade acerca dos fenômenos de linguagem e se inseriu nos meios de comunicação. É sobre sua crônica *O Prazer das Palavras*, veiculada pelo jornal Zero Hora, que trata esta monografia.

Moreno segue o mesmo caminho já trilhado por alguns de seus colegas no país. Em São Paulo, por exemplo, tivemos o professor Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), autor da coluna *Questões Vernáculas*, veiculado pelo jornal O Estado de São Paulo de 1936 a 1944; e do ainda ativo professor Pasquale Cipro Neto, que se notabilizou por apresentar programas no rádio e na televisão, além de escrever para jornais como a Folha de São Paulo. Moreno segue a mesma linha multimídia de Pasquale e ocupa espaços também na televisão – embora com menos frequência – e na internet – com seu *site Sua Língua*.

Mesmo não sendo jornalista, Moreno ocupa um espaço jornalístico muito importante. Geralmente, a crônica é destinada ou àqueles que como comunicadores chegaram ao topo da carreira e ganharam notoriedade suficiente para assinar um espaço de destaque; ou, como é o caso de Moreno, por profissionais que se notabilizaram em sua área. Estes, contudo, precisam aprender a dominar uma linguagem nova – uma linguagem midiática, em consonância com o veículo em que escrevem – de forma a fazer efetivamente a mediação entre um conhecimento especializado e um leitor leigo.

A escolha por este tema se deve ao pequeno volume de trabalhos disponíveis sobre o autor e sobre crônicas de conteúdo especializado, especialmente nos suplementos culturais. Ana Laura Colombo de Freitas (2008) escreveu trabalho análogo sobre a coluna do músico Celso Loureiro Chaves, que alterna com Moreno o espaço em que ambos escrevem quinzenalmente no *Caderno Cultura*, de Zero Hora.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo geral analisar as estratégias narrativas utilizadas pelo autor, com destaque para a figura do narrador e do narratário presente na crônica. O estudo é guiado pela seguinte questão de pesquisa: quais as estratégias utilizadas pelo narrador Moreno para aproximar um campo especializado do leitor e trazer a língua portuguesa ao rés-do-chão?

Nossos objetivos específicos são: entender a crônica e o suplemento cultural como espaço de mediação entre saberes especializados; situar a crônica *O Prazer da Palavras* na trajetória do

*Caderno Cultura* e na vida profissional do autor; e analisar a figura do narrador e do narratário, bem como as relações entre ambos nas crônicas escolhidas.

Para tanto, nos utilizaremos de pesquisa bibliográfica, que compreendeu leituras de Afrânio Coutinho (1996), Antônio Candido (1992), Davi Arrigucci Jr. (1987), Wellington Pereira (2004), Luiz Beltrão (1980) e Antônio Sanseverino (2002), autores que desenvolveram importantes trabalhos sobre o gênero crônica. Para o estudo dos suplementos culturais, que juntamente com as considerações sobre crônica constituem o segundo capítulo deste trabalho, estudaremos Everton Cardoso (2009 e 2010), Cida Golin (2010), Silviano Santiago (2004), Isabel Travancas (2001), Ana Laura Freitas (2008) e Sara Keller (2011).

Para melhor delimitar as questões específicas do trabalho, utilizamos o método de entrevista em profundidade, de acordo com Jorge Duarte (2006), para conversar com o próprio autor Cláudio Moreno. As informações fornecidas por ele, somadas à pesquisa acerca da trajetória do autor, formarão o capítulo 3.

No capítulo 4, empreenderemos análise narrativa a fim de melhor entender as idiossincrasias do trabalho de Moreno como cronista. Com apoio na leitura de Yves Reuter (2007) e de Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (2007), será dado destaque especial à relação narrador/narratário, bem como às estratégias cronísticas utilizadas por este narrador para apresentar sua mensagem. O corpus de análise é constituído por nove crônicas, publicadas de 15/1/2011 a 21/5/2011, que versam sobre cinco assuntos, analisados separadamente.

## **2 A CRÔNICA NO SUPLEMENTO CULTURAL: MEDIAÇÃO DOS SABERES ESPECIALIZADOS**

*Num país como o Brasil, onde se costumava  
identificar superioridade intelectual e literária com  
grandiloquência e requinte gramatical, a crônica  
operou milagres de simplificação e naturalidade.*

Antônio Candido

Neste capítulo contextualizaremos dois elementos nos quais se insere o nosso objeto de pesquisa. Primeiramente, será apresentado o suplemento cultural, espaço de tensão e mediação

dentro do jornalismo impresso, e a seguir serão abordados aspectos da crônica brasileira, especialmente a crônica dentro desse espaço de tensão.

## 2.1. SUPLEMENTO CULTURAL: DOS RODAPÉS AOS CADERNOS DE CULTURA

A história do jornalismo cultural no Brasil é de certa forma a história dos suplementos culturais, embora esses só tenham ganhado força e se afirmado junto ao público em meados do século XX. Ao longo da história da imprensa escrita no Brasil, o espaço no jornalismo impresso dedicado exclusivamente à cultura tem como antepassados os rodapés e, mais tarde, os folhetins (CARDOSO, 2009). Contudo, esses processos nem sempre foram planejados.

Quando do surgimento do jornalismo empresarial, no momento em que os espaços de opinião foram perdendo lugar nos periódicos para textos informativos – o que de certa forma caracteriza a adoção de um modelo mais estadunidense de jornalismo, em detrimento do modelo francês que vigorava na imprensa brasileira (GOLIN E CARDOSO, 2010) –, elementos até então bastante presentes nos jornais, como os poemas e o comentário, foram relegados ao canto inferior das páginas: o rodapé. Estabelecia-se, com essa ruptura, o primeiro espaço bem definido dedicado à cultura no jornalismo brasileiro. Apesar do surgimento quase incidental, os rodapés passaram a constituir espaço importante no jornal, e vieram a ser uma espécie de laboratório da crônica; um lugar para o comentário mais leve e descontraído, embora não necessariamente menos sério, que contrastava com a linguagem mais rebuscada do resto do jornal. Os escritores que se ocupavam daquele espaço poderiam muitas vezes tratar do mesmo tema abordado na página ao lado, mas o faziam de forma mais literária do que propriamente jornalística. Com o tempo, o pé da página foi ganhando destaque e perdendo qualquer conotação negativa que pudesse vir a ter. Além disso, o rodapé passou a se caracterizar como o espaço destinado àqueles que dentro das redações demonstravam mais intimidade com as letras e podiam ali exercitar suas habilidades textuais (SANTIAGO, 2004).

Um dos pontos altos da história do rodapé foi o surgimento do folhetim, onde, onde se destacaram nomes como Machado de Assis (1839-1908) e Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), eram publicados como encarte nos jornais brasileiros e se constituíam em espaços dedicados exclusivamente à literatura (“Memórias de um Sargento de Milícias”, mais famoso romance de Manuel Antônio de Almeida, foi inicialmente publicado em folhetins do Correio Mercantil do Rio de Janeiro entre 1852 e 1853). Contudo, isso não significou o fim dos rodapés; o próprio Machado,

por exemplo, continuou – paralelamente ao seu trabalho nos folhetins – exercendo o papel de cronista, com seu olhar sagaz e bem humorado acerca da realidade brasileira à época do Segundo Império e nos primórdios do período republicano.

Desde o seu surgimento, tanto o rodapé quanto o folhetim passaram a contrapor a seriedade do jornalismo noticioso, ainda incipiente no Brasil, e a moldar o jornalismo cultural. Poderíamos encontrar aí indícios do que viria a ser o suplemento cultural.

Cardoso (2009) aponta que os suplementos culturais tiveram seu apogeu no país nos anos 1950. Os motivos principais são o bom momento econômico após a Segunda Guerra Mundial e a queda da taxa de analfabetismo, especialmente em relação ao início do século. Com mais capacidade de investimento e mais leitores em potencial, o jornalismo cultural que vinha tomando forma nas décadas anteriores adquiriu a maturidade necessária para se afirmar como gênero independente.

Os suplementos tinham ares de encarte, quase de fascículo colecionável; o *Caderno de Sábado* do Correio do Povo, publicado de 1967 a 1981, publicava em cada edição uma lista, intitulada “Recorte e Guarde”, com uma relação dos livros ali mencionados como dica para os leitores do suplemento (CARDOSO, 2009). Características como essa promoviam a fidelização de seu público, que não era necessariamente o mesmo leitor do resto do jornal, e reforçavam a ideia de que o caderno era algo especial, voltado a um consumo diferenciado. Do ponto de vista financeiro, Travancas (2001) ressalta que os suplementos são pouco viáveis e até deficitários para os jornais, pois via de regra contêm pouca ou nenhuma publicidade. O motivo de sua permanência nos grandes periódicos parece caracterizar um desejo de conferir “prestígio para os jornais e status para quem trabalha neles” (TRAVANCAS, 2001, p. 36).

Tradicionalmente, os suplementos culturais dos grandes periódicos brasileiros não são publicados no meio da semana, pelo já mencionado aspecto financeiro e também por exigirem mais tempo para sua leitura. Isso não significa dizer que a ação do jornalismo cultural está restrita aos finais de semana; especialmente a partir da década de 1980, que assinalou a transição para um novo modelo de jornalismo cultural. Ana Laura Colombo de Freitas (2008) pondera que recentemente

esta dicotomia tem se organizado da seguinte forma no jornalismo impresso: diariamente, os jornais portam cadernos que assumem a função de guias da agenda cultural dirigidos a leitores apressados; e, semanalmente, veiculam suplementos compostos por textos críticos e ensaísticos, mais aprofundados e longos, visto que os leitores dispõem de mais tempo livre (FREITAS, 2008, pg. 11).

Exemplificando com o jornal Zero Hora, onde é publicada quinzenalmente a crônica estudada neste trabalho, o primeiro caso apresentado pela autora é representado pelo *Segundo*

*Caderno*; publicação em tom mais informal, que dá dicas sobre a cena cultural de Porto Alegre e apresenta textos curtos. É no segundo cenário, porém, que se insere o tipo de publicação analisado neste capítulo.

O *Caderno Cultura* de Zero Hora, que teve como antecessores na Zero Hora o *Caderno de Cultura* (1967-1970) e o *ZH Cultura* (1981-1991), surgiu em 1992. Em linhas gerais, trazia a mesma ideia dos seus predecessores: publicar textos mais extensos (pelo menos em relação ao resto do jornal) que promovam a reflexão artístico-intelectual. Tem “a pretensão de ser um espaço de debates e de circulação de ideias, que se debruça sobre as questões do pensamento mundial”, embora, como pondera Sara Keller (2011, pg. 30), “a partir de uma perspectiva regional”. É publicado aos sábados e está vinculado à editoria do *Segundo Caderno*, anteriormente referido, o que de certa forma denota uma subordinação aos valores comerciais que regem o jornalismo cultural.

Nesse breve histórico dos suplementos culturais de Zero Hora, duas coisas em especial chamam a atenção: o íterim superior a uma década, entre os anos de 1970 e 1981, em que o jornal **não teve** suplemento cultural; e as mudanças de nome e, conseqüentemente, de formato desses suplementos. Podemos inferir a partir daí que o público-leitor de jornais, e mais especificamente de Zero Hora, foi mudando e o produto teve de se adaptar a essas mudanças. O fato é que a ideia por trás dos três cadernos, bem como da maioria dos suplementos no Brasil, era a mesma: trazer textos densos e longos, que tratassem sobre arte, cultura e diferentes campos do conhecimento em tom acadêmico ou lírico.

Como foi destacado, os suplementos não se direcionavam a todo o público-leitor dos jornais. Por isso, “a partir de meados da década de 1960, passaram por modificações profundas, que visavam levá-los ao 'leitor comum', diminuir a distância entre o jornalismo de cultura e a maior parte do público médio<sup>1</sup>” (CARDOSO, 2009). Isso se verifica na reformulação que se deu no *Caderno Cultura* em 1998. Duas semanas após a inovação gráfica, Marcelo Rech, então diretor de redação de Zero Hora, falou ao leitor sobre as mudanças. Abaixo, está reproduzido trecho do primeiro parágrafo de sua Carta ao Leitor (apud SARA KELLER, 2011, p. 28):

(...) o caderno sofreu uma cirurgia profunda em seu desenho, que o tornou mais arejado, mais fácil de ler e, sobretudo, mais arrojado. A nova arquitetura de páginas do *Cultura* foi concebida pelo editor de Arte de ZH, Luís Adolfo Lino de Souza, que conciliou um desenho clássico e elegante, adequado ao denso conteúdo dos textos, a um visual moderno e ousado. (RECH, 1998, pg. 18)

Embora Rech pondere no segundo parágrafo que “a essência do caderno – a leitura de fôlego e o livre trânsito de ideias – deveria conviver em sintonia com a atratividade gráfica”, fica claro que

1 Moreno fala que se dirige em suas crônicas ao “leitor médio culto”.

no cenário atual, de domínio da grande mídia corporativa, a erudição característica dos suplementos semanais não mais tem o lugar de destaque que ocupara outrora; e que editorialmente a tal “atratividade gráfica” viria a suplantiar textos mais aprofundados em ordem de importância. Para os demais suplementos culturais que se mantiveram no país, foi adotado no lugar do jargão acadêmico especializado um tom descontraído, o que de certa forma caracteriza um retorno aos rodapés (CARDOSO, 2009).

## 2.2. UM ESPAÇO DE MEDIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

É preciso ter em mente que o *Caderno Cultura* de Zero Hora, como os outros que inspiraram sua criação, se caracteriza enquanto suplemento cultural como um espaço de tensão; um lugar de mediação entre o campo especializado e o leitor. No suplemento, o tom noticioso e imediatista do corpo do jornal cede espaço à reflexão mais aprofundada que não é necessariamente jornalística, exceto pela função inerente da mediação – cadernos de cultura se prestam de certa forma a traduzir erudição, a levar ao público leigo um conteúdo especializado que na sua forma bruta talvez não seria compreendido de todo. O *Caderno Cultura*, cabe ressaltar, é um produto jornalístico com um espaço muito bem definido, e o fato de não ser sempre feito por jornalistas não faz dele um corpo estranho dentro do jornal.

Implícita também nesse tipo de suplemento está uma ideia de democratização da cultura. De fundamentação iluminista, o *Caderno Cultura* visa a levar o saber ao público leigo, que não abre suas páginas apenas para se informar, mas para ampliar seus conhecimentos nas mais diversas áreas do conhecimento humano e também para se divertir. Por ser veiculado aos sábados, o *Cultura* também pretende ser um produto de entretenimento, para ser consumido no tempo livre do leitor culto, em um momento de prazer e fuga da rotina.

Nesse contexto, na visão de Golin e Cardoso (2010), está atualmente deflagrado no jornalismo cultural um processo que envolve três partes com objetivos bem definidos, naquilo que caracterizam como um “jogo de distinção”:

o jornalismo toma para si o poder da assinatura de certos artistas e instituições para legitimar-se; artistas e instituições usam a visibilidade da mídia para dar maior alcance à sua assinatura; e o leitor/espectador busca prestígio ao obter a informação em determinados veículos especializados. Enfim, é um processo intrincado em que a distinção parece ser um capital a ser rateado entre os agentes envolvidos na produção, na montagem e na circulação do jornalismo cultural. (Golin e Cardoso, 2010, pg. 195).

De fato, os suplementos culturais atendem a uma demanda por bens simbólicos específica

do público-leitor por erudição, mesmo que diluída – especialmente se comparada ao conteúdo oferecido por suplementos culturais no seu auge, em meados do século XX. O *Caderno Cultura* de Zero Hora não encontra rival no Rio Grande do Sul – o *Caderno de Sábado*, do Correio do Povo, parou de ser publicado em 1981 – e se apresenta como o único suplemento cultural no estado que guarda alguma semelhança com aqueles anteriormente mencionados, pioneiros desse tipo de publicação.

Além de textos voltados à literatura e arte (assuntos eruditos em geral, mas estes são predominantes), o *Caderno Cultura* passou a se notabilizar por seus colunistas fixos. Primeiramente, em 1999, o músico e professor do Instituto de Artes da UFRGS Celso Loureiro Chaves passou a assinar a coluna *Música* em ZH e, pouco depois, Cláudio Moreno também passa a assinar coluna quinzenal no periódico, como veremos no capítulo 2 deste trabalho. Antes disso, vamos nos deter sobre aspectos que caracterizam o objeto de nossa análise: a crônica.

### 2.3. CRÔNICA

Crônica, um gênero menor, marcado pela periodicidade. Do grego *chronos*, tempo (ARRIGUCCI, 1987). Neste capítulo, a fim de bem delimitar o gênero crônica, analisaremos a definição de diferentes autores a respeito do tema, que ora se complementam, ora se repetem e algumas (poucas) vezes divergem.

Afrânio Coutinho (1996) prega que na crítica em Literatura “impõe-se o rigor e a precisão no uso dos termos literários adequados”. Por isso, começemos com a definição de crônica utilizada pelo próprio Coutinho. Para o autor, o termo adquiriu dois sentidos na língua portuguesa: o de relato histórico dos acontecimentos em ordem cronológica e o de gênero ensaístico estritamente ligado ao jornalismo.

Há também de se fazer uma diferenciação (ainda que breve) entre crônica e ensaio, dois dos mais importantes representantes do chamado *gênero ensaístico*. Para Coutinho (1996), o ensaio está mais próximo da linguagem oral. O autor constata que “o gênero possui ancestrais ilustres, como Sócrates, Platão, Teofrasto, os hebreus do Eclesiastes, dos Provérbios e outras peças da literatura bíblica; Cícero, Sêneca, Plutarco, Plínio, Marco Aurélio etc”. Montaigne, com seus *Essais* (1956), iniciou o gênero na Modernidade. Nos séculos seguintes, autores britânicos como Cowley, Browne, Charles Lamb, Ruskin e Chesterton – bem como Francis Bacon, pioneiro no gênero no Reino Unido – ajudaram a difundir o ensaio na Europa. Unamuno, Ganimet e Azorín fizeram o mesmo trabalho

na Espanha no crepúsculo do século XIX.

É um tipo de composição, geralmente em prosa, “que tenta (ensaia) ou experimenta interpretar a realidade às custas de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência ou recordações”. Designa no Brasil o estudo – crítico, filosófico, histórico, político etc. Há de se tomar cuidado para não haver confusão em torno do termo – em inglês, também se denomina *essay* (literalmente, “ensaio”) o que no Brasil chamamos de **crônica**.

Pois na crônica jornalística, o autor se dirige diretamente ao leitor. Para Sanseverino (2003, pg. 37), a crônica surge “como imitação do discurso oral, simula a conversa entre o autor e o leitor, trazendo ao jornal uma percepção subjetiva do mundo”. Segundo Coutinho (1996), é arte menor, por ser efêmera, e indissociável do seu veículo, que concede o espaço e abona a opinião do cronista. Há discussões sobre o seu real valor literário. Coutinho é taxativo: “...ela somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 1996, p. 123). Sanseverino pondera que as crônicas são, de fato, definidas por um caráter híbrido, misturando jornalismo e literatura. Para ele, é no exercício da crônica que o jornalista mais se aproxima da condição de artista: “não há separação entre o artesão (jornalista), forma de ganha-pão, e o artista (poeta), trabalho isolado e distante do real” (SANSEVERINO, 2003, p. 36).

Para Davi Arrigucci Jr. (1987), a crônica é um gênero de literatura ligado ao jornal, desprezioso, próximo da conversa e da vida cotidiana.

A crônica se situa bem perto do chão, no cotidiano da cidade moderna, e escolhe a linguagem simples e comunicativa, o tom menor do bate-papo entre amigos, para tratar das pequenas coisas que formam a vida diária, onde às vezes se encontra a mais alta poesia” (ARRIGUCCI, 1987, pg. 55).

Não é, portanto, rasa, embora via de regra seja um gênero que prima pela simplicidade. Não podemos esquecer de nomes como Machado de Assis (1839-1908), José de Alencar (1829-1877) e Rubem Braga (1913-1990) que não apenas começaram sua carreira como cronistas como ajudaram a definir e delimitar o gênero em si – sendo que o último se desenvolveu como escritor mais no gênero crônica do que em qualquer outro. Arrigucci (1987) pondera que a crônica teve de passar por longa aprendizagem a fim de se modelar e se adaptar ao público; à medida que o jornal foi amadurecendo no Brasil, os cronistas precisaram encontrar nas crônicas um equilíbrio entre o caráter noticioso que veio a definir os demais gêneros jornalísticos e o tom lírico que marcou o século XIX, intensamente influenciado pelo Romantismo.

Entretanto, Wellington Pereira (2004) afirma que “as técnicas que regem o jornalismo noticioso ou opinativo não se aplicam ao exercício do cronista”. Este, ao invés de informar,

interpreta os fatos sociais de forma tautológica e descontraída. Cabe ao cronista propiciar a aproximação entre o leitor e o texto, sem a preocupação de doutrinar<sup>2</sup>, ampliando a capacidade de percepção dos acontecimentos sociais. Em linhas gerais, o cronista promove uma ruptura com o resto do conteúdo do jornal, pelo menos no que concerne a forma. “O que atrai o cronista não é o caráter insólito dos acontecimentos, mas a capacidade de provocar uma tensão entre o que foi estabelecido socialmente e o que pode se estabelecer culturalmente” (PEREIRA, 2004, p.96).

O cronista, pois, oferece uma visão diferente dos fatos; uma releitura do que já está posto. Embora, como constata Pereira, haja uma liberdade maior em relação aos moldes jornalísticos tradicionais por parte do cronista, este tem sim a preocupação de contextualizar os fatos que são discorridos em linguagem técnica no resto do jornal, embora com uma roupagem mais leve. O formato singelo, no entanto, não indica necessariamente que o cronista trata apenas de assuntos de pouca importância, ou que a crônica seja uma forma de valor literário desprezível. Sanseverino lembra que tanto a crônica quanto o folhetim “abriram espaço para ampliar a representação da realidade sem preconceito de separar alta e baixa literatura” (SANSEVERINO, 2002, p. 37).

Antônio Candido (1992), já mencionado anteriormente, saúda o fato da crônica não ser um gênero maior, pois isso a deixa mais próxima de nós. Para o autor, é um gênero que “se ajusta à sensibilidade de todo o dia”, e que, “na sua despreensão, humaniza” (1992, p. 13), pois mesmo quando a crônica trata de assuntos sérios, ela o faz de forma menos sisuda. Para o autor é exatamente dessa despreensão que os cronistas se utilizam para conferir a sua obra alguma profundidade e dar ao seu trabalho um acabamento que tornam a crônica “uma inesperada embora discreta candidata à perfeição”.

Candido afirma que a crônica não nasceu com o jornal, mas com a popularização deste. Como também afirmou Arrigucci (1987), ela foi perdendo ao longo dos anos sua função de informar e comentar para, segundo Candido, assumir o intuito primordial de divertir.

Candido defende, aliás, que a crônica, por seu caráter simples e acessível, tenha seu uso perpetuado nas salas de aula para disseminar o gosto pela leitura:

é importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica. Os professores tendem muitas vezes a inculcar nos alunos uma ideia de falsa seriedade; uma noção duvidosa de que as coisas sérias são graves, pesadas, e que conseqüentemente a leveza é superficial. Na verdade, aprende-se muito quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas. (CANDIDO, 1992, p. 19)

2 O que não se aplica exatamente à crônica de Moreno, como veremos a seguir. Machado de Assis, por exemplo, escrevia sobre o cotidiano. Moreno escreve sobre conteúdo especializado. Tem, portanto, o intuito claro e manifesto de instruir o leitor.

Na verdade, a própria crônica passou por um amadurecimento. Foi preciso algumas décadas para que os cronistas aceitassem o que Cândido postula com tanta propriedade: que a crônica só é boa no momento em que se aceita como algo menor, efêmero e leve, tão próxima do fazer jornalístico e, ao mesmo tempo, tão distante desse âmbito noticioso sério e rigoroso.

#### 2.4. A CRÔNICA DE MORENO

Wellington Pereira (2004) havia referido que Machado de Assis, a exemplo de muitos cronistas do século XIX, não tinha a intenção de, por meio de sua crônica, doutrinar. Entretanto, constatamos, principalmente a partir da metade do século XX, que a crônica passa a ter também esse objetivo. Isso se verifica na crônica de conteúdo especializado, escrita por um perito em determinada área, cujo objetivo é ilustrar seu público acerca do assunto que domina. É o caso, evidentemente, do professor Moreno.

Como explica Sanseverino (2003, pg. 37), a crônica também pode trazer em si

uma forma pedagógica, em que o cronista volta-se às vivências imediatas da cidade, para aquilo que escapa às notícias veiculadas pelo jornal. Ou destaca uma percepção inusitada de um fato noticiado, ou percebe um gesto mínimo na rua, no bonde, na casa de alguém, que exprime o modo de as pessoas se apropriarem dos objetos.

Em *O Prazer das Palavras*, texto que escreve para Zero Hora, Moreno trata da língua genericamente, sem uma preocupação – a priori – com atualidades, mas também explora assuntos em voga. Esmiúça-os como cronista tradicional, destaca as idiossincrasias do comportamento humano frente ao seu objeto (no caso, a língua) e se utiliza de tom descontraído; mas também dá o seu parecer de especialista.

Entretanto, *O Prazer das Palavras* guarda algumas características bastante particulares na comparação com outros representantes do gênero. Isso se dá por dois fatores principais.

Primeiro, pelo espaço que sua crônica ocupa em Zero Hora. A crônica costuma ser ágil, inquieta, portadora das “novidades avassaladoras” (PEREIRA, 2004). Mas as crônicas de Moreno, bem como as de Celso Loureiro Chaves, ocupam um espaço em um suplemento semanal; um espaço de tensão, de onde fala o especialista. Um lugar especial onde os critérios de noticiabilidade de Traquina (2005) tem relevância menor do que nos demais espaços noticiosos do resto do jornal (muito embora o Caderno *Cultura* já tenha nascido, na condição de produto cultural, com características muito mais jornalísticas do que alguns de seus antecessores como o *Caderno de Sábado* e o *Suplemento Dominical* do Jornal do Brasil, com mais espaços para publicidade, mais

voltado à agenda comercial-cultural da cidade e com textos mais curtos e menos aprofundados que estes).

Segundo, justamente por sua clara e manifesta intenção de instruir o seu leitor. Moreno ocupa este espaço como professor e escreve sob a narração de um personagem professor. Embora procure adotar uma postura descritiva quando trata de diferentes fenômenos linguísticos, não hesita em ser prescritivo quando julga que determinado debate impõe a necessidade de se afirmar como autoridade perante o público leigo – como também acontece em sala de aula.

De acordo com os critérios de Luiz Beltrão (1980, pg. 68), a crônica de Moreno, é, quanto à natureza do tema, especializada – na qual o autor “focaliza apenas assuntos referentes a um campo específico de atividade, no qual é expert” – e, quanto ao tratamento dado ao tema, analítica – tipo de crônica “em que predomina a dialética: os fatos são expostos com brevidade e logo dissecados com objetividade”. As crônicas analíticas, para Beltrão, assemelham-se a pequenos ensaios científicos, “inclusive na linguagem sóbria, elegante, enérgica, embora não lhe devam faltar capricho e graça”.

Ainda quanto ao tratamento do tema, a crônica de Moreno, se por um lado está bem classificada como analítica, flerta constantemente com uma abordagem satírico-humorística. Segundo o próprio Moreno, isso é premeditado e constitui uma estratégia para a maior aproximação do leitor, que tende a se sentir mais confortável com determinado tema quando uma voz de autoridade o trata com descontração, levando um tema erudito para o rés-do-chão.

### 3 O PROFESSOR NA MÍDIA: BREVE PERCURSO SOBRE CLÁUDIO MORENO

Neste segundo capítulo apresentaremos o professor Cláudio Moreno, autor da coluna *O Prazer das Palavras*, publicada quinzenalmente no jornal Zero Hora, e um pouco da sua trajetória como professor e cronista. Para obter a maioria das informações aqui disponibilizadas, foi realizada entrevista em profundidade com o autor, de acordo com Jorge Duarte (2006).

Recurso metodológico vastamente utilizado em pesquisas acadêmicas, a entrevista em profundidade permite “explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas” (DUARTE, 2006). Para este trabalho, foi escolhido como mais adequado um modelo de entrevista semiaberta, método qualitativo que possibilita maior interatividade com o entrevistado do que o modelo fechado – que conta com respostas programadas, geralmente no formato de questionário – e é mais direcionado do que o modelo aberto – tradicionalmente com uma única questão central.

Thiollent (1981) pondera que o uso de entrevistas pode ser imaginativo e crítico, sem que se perca o rigor metodológico. Foi justamente com esse o intuito que se deram os dois encontros com autor, nos dias 6/7/2011 e 1/11/2011; Moreno se mostrou acessível, cooperativo e bem humorado – bom humor que é justamente uma das estratégias cronísticas a serem analisadas no próximo capítulo.

As questões foram elaboradas previamente de forma semiestruturada e dispostas em roteiro, o que vai ao encontro da postura *neutra* que foi adotada no ato da entrevista. Nesta, em contraposição aos modelos *fraco*, que é permissivo e passivo em relação às informações obtidas pela fonte, e *forte*, em que o entrevistado é pressionado pelo entrevistador por algum motivo (Duarte, 2006), o modelo *neutro* parece o mais adequado frente a uma fonte tão importante, mas que mesmo assim precisa de algum tipo de direcionamento (principalmente para que não se perca o foco proposto pelo trabalho).

No que tange a seleção dos informantes, Duarte (2006) afirma que nos estudos qualitativos “são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo. Desse modo, e no limite, uma única entrevista pode ser mais adequada para esclarecer determinada questão do que um censo nacional”. Nesse contexto, a escolha por Moreno parece óbvia, pois é ele o autor do objeto deste trabalho. Ambos os encontros foram bastante esclarecedores, seja no sentido de contribuir com a metodologia de análise narrativa a ser empreendida no próximo capítulo, seja para fornecer dados biográficos e clarificar aspectos de sua postura docente e midiática, que vem a formar a periferia em torno do *narrador* que escreve *O Prazer das Palavras*.

Como o intuito inicial era que as entrevistas fossem publicadas, foi utilizado um gravador

digital para que elas fossem registradas com o máximo de precisão, pois, como lembra Duarte (2006, p. 76), ao contrário de outros métodos, “a gravação possibilita o registro literal e integral”. Ambas estão transcritas em anexo, no fim deste trabalho.

### 3.1. DA ACADEMIA À CRÔNICA

Há pelo menos dez anos, o professor Moreno vem ocupando espaços na grande mídia com alguma frequência; apenas para o jornal Zero Hora, por exemplo, Moreno escreve desde 2001. Sua relação com a crônica, pois, não é exatamente recente. Entretanto, o assunto de que trata nesses espaços, a língua portuguesa, o acompanha há muito mais tempo.

Cláudio Moreno nasceu na década de 1940, em Rio Grande, e veio para Porto Alegre ainda jovem para estudar no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Leitor ávido”, segundo suas próprias palavras, ingressou nas Letras na esperança de que o curso o levasse à Literatura, o que não se confirmou plenamente; descobriu que a Literatura compreende apenas uma parte do universo das Letras. Ao longo do curso, teve contato com alguns nomes que marcaram fortemente sua formação como Joaquim Matoso Câmara Júnior (1904-1970), um dos principais linguistas do país e membro fundador da Associação Brasileira de Filologia, e o gramático e dicionarista Celso Pedro Luft (1921-1995), que foi professor de Moreno e mais tarde viria a se tornar seu amigo. Para Moreno (2011), o grande mérito de teóricos como Matoso Câmara Júnior e Luft é o de aliar cultura com saber técnico – já que, na sua opinião, está configurada hoje no campo das Letras uma dicotomia que lhe é muito prejudicial: “hoje, a maioria dos linguistas, por exemplo, são extremamente técnicos, mas eles não conhecem literatura. E o pessoal de literatura pedala na parte de linguagem” (MORENO, 2011<sup>3</sup>). Graduiu-se em Letras com ênfase em Português e Grego em 1969 e apenas três anos depois, em 1972, ingressou no corpo docente do mesmo Instituto de Letras em que se formou.

Contudo, a carreira acadêmica não foi exatamente ao encontro dos interesses do jovem Moreno. Ao final dos anos 1970, conquistou pela UFRGS o título de mestre e vinte anos depois, em 1997, obteve seu doutoramento, pela PUCRS. O percurso foi custoso; sua tese, *Morfologia Nominal do Português*, segundo o próprio, é “um tijolo de erudição e fórmulas” que abarca “toda uma tensão de proposições e hipóteses que é ilegível”<sup>4</sup>. Principalmente, diz, porque é escrito em um estilo acadêmico que não é exatamente o seu.

---

3 Depoimento de Cláudio Moreno no dia 1/11/2011. A transcrição completa da entrevista se encontra em anexo no fim deste trabalho.

4 Depoimento de Cláudio Moreno no dia 6/7/2011. A transcrição completa da entrevista se encontra em anexo no fim deste trabalho.

A carreira acadêmica não ofereceu exatamente o que o professor procurava em sua vida profissional, o que o levou a se aposentar assim que acumulou o tempo necessário para fazê-lo. Encontrou maior satisfação em outros âmbitos de atuação primeiramente com a fundação do curso Unificado, em 1977, uma das mais bem sucedidas experiências de curso pré-vestibular em Porto Alegre, do qual Moreno é um dos proprietários e onde dá aulas ainda hoje. E, segundo, ao começar a trabalhar – escrever, principalmente – em espaços midiáticos.

Sua experiência no Unificado lhe trouxe o maior contato com jovens, o que o levou a aperfeiçoar suas estratégias de retórica. Para atrair a atenção de vestibulandos, que geralmente constituem um perfil menos culto e mais dispersivo (ao menos na comparação com universitários), a aula precisa ser o mais atraente e interativa possível. Curiosamente, uma das táticas de Moreno para captar o público jovem é a de trazer à aula fabulas e narrativas da mitologia grega – assunto de sua predileção<sup>5</sup> – o que encontrou aceitação surpreendentemente alta entre os jovens. Tal experiência apurou a retórica didática de Moreno não apenas como contador de histórias, mas como mediador entre a alta cultura e um público não erudito – o que mais tarde veio a ser fundamental para suas experiências nos meios de comunicação. O jornalismo é, afinal, um espaço de mediação. Especialmente quando estamos falando de jornalismo especializado, este faz a ponte entre o conteúdo pesquisado na sua forma bruta e o leitor leigo. Esta tarefa fica mais fácil se o intermediário, mesmo não sendo jornalista, é um especialista no assunto abordado.

Para tanto, Moreno passou a se utilizar do humor como artimanha comunicativa, tanto em suas aulas, quanto em seus espaços na mídia. A explicação é a mais elementar possível: segundo o autor, quando se faz alguma coisa com prazer, isso é transmitido para o público que se pretende atingir. E, para Moreno, o exercício do humor em seu trabalho – por meio de sarcasmo, ironias e afins – é uma das suas formas que encontrou para obter realização pessoal e profissional.

Outra estratégia recorrente nas crônicas é a forma direta de se dirigir ao seu público. O uso de “tu”, “você” e até mesmo “nós” fazem parte de um jogo retórico que visa a “chamar” o leitor para o texto. Em entrevista a este trabalho, Moreno explicou:

(...) a Otis vai lançar um novo elevador e tem que escrever um manual. Então eles têm equipes de redatores técnicos. Caras formados, que escrevem aquilo bem. E uma coisa que eles descobriram é que quando se quer dizer, digamos assim, “o elevador deve ser acionado”, formas diretas como **“você deve acionar o elevador”** mudam o grau de compreensão instantaneamente.

Essa prática aumenta o engajamento do receptor com o interlocutor. O uso de pronomes pessoais, por exemplo, conclama o leitor, já que é a ele que o texto se dirige, a prestar mais atenção

---

5 Moreno publicou em 2004, pela editora L&PM, os livros *Tróia, o romance de uma guerra* e *Um rio que vem da Grécia*.

àquilo que está lendo.

### 3.2. O SÍTIO *SUA LÍNGUA*

Antes de começar a escrever para Zero Hora, Moreno criou um *site* – o Sua Língua – voltado a dirimir dúvidas acerca da língua portuguesa, que foi o seu primeiro espaço midiático a permitir maior interação com o público. No *Sua Língua*, o professor passou a manter uma comunicação direta com milhares de pessoas, que passaram a lhe enviar *emails* com dúvidas. Logo não foi mais possível responder a todas elas e foi necessário fazer uma triagem – para isso passou a agrupar *emails* com dúvidas semelhantes, respondendo-as justamente por meio das crônicas publicadas no *site*. “eu recebo muita pergunta. Milhares de perguntas. Eu respondo um vigésimo, um centésimo delas. Mas pelas perguntas eu vejo o que está no momento queimando”, explica Moreno, demonstrando também preocupação com o critério jornalístico de atualidade.

Moreno manteve o *site* em domínio próprio até ser contratado pelo clicRBS, que passou a lhe patrocinar. O motivo de ter mantido por tanto tempo um espaço gratuito voltado ao esclarecimento de dúvidas do leitor-internauta é explicado na seção “O Autor”, hospedado no endereço <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/sobre-o-autor/>:

Do jardim-de-infância à universidade, (Cláudio Moreno) estudou toda sua vida em escolas públicas e gratuitas, razão pela qual, sentindo-se em dívida para com aqueles que indiretamente custearam sua educação, resolveu criar e manter este saite como uma pequena retribuição por aquilo que recebeu.

Apesar de ser referido no trecho anterior como “saite”, o espaço também é chamado por Moreno de sítio – o que, defende o professor, é uma forma aportuguesada legítima para o já tão popularizado anglicismo *site* (grafado em itálico por se tratar de vocábulo estrangeiro). Saite, sítio ou *site*, o espaço é usado por ele para defender suas opiniões firmes, bem fundamentadas e, por vezes, controversas. Moreno sustenta com energia, por exemplo, que a difundidíssima forma de escrever “Nova York” é, nas suas palavras, um “jacaré com cabeça de cavalo”; ou seja, um híbrido injustificável, pois envolve uma palavra portuguesa (“Nova”) e outra em Inglês (“York”). O correto, defende um Moreno taxativo, é Nova Iorque, já que “York” foi aportuguesada há muito tempo sem acarretar qualquer prejuízo na sua compreensão, assim como “whisky” (uísque), “mayonnaise” (maionese) e tantos outros termos que se originaram de línguas estrangeiras.

Ao mesmo tempo, não pensemos que Moreno é contra os chamados “estrangeirismos”. Para o professor, sua inserção na língua portuguesa é inevitável, principalmente devido à nossa exposição crescente aos vocábulos estrangeiros. Apenas explica que a tendência natural, como já se verificou com tantas palavras, é que essas palavras passem pelo “filtro” que o português tem e ganhem acentos, percam consoantes etc. Moreno não se apega a dogmas; está pronto a defender

argumentos à primeira vista divergentes, mas que precisam dialogar entre si em nome do bom senso que deve nortear as questões relativas à língua. Para quem tem como objeto de estudo um campo que envolve tantas nuances, ponderação é a palavra-chave.

Pouco apegado a títulos, Moreno usa o “Doutor” em seu *site* com claro intuito humorístico. Segundo ele, é uma homenagem à figura do “Doutor com dê maiúsculo” que tanto aparecia em anúncios publicitários em revistas brasileiras como *O Cruzeiro* e *A Cigarra* (publicadas, respectivamente, de 1928 a 1975 e de 1914 a 1975), que aconselhavam, por exemplo, as pessoas que tinham mau hálito a usarem determinado creme dental. O “Doutor” representava o argumento de autoridade, o especialista, munido de um título de relevo que por si só conferia autenticidade à sua mensagem. Moreno brinca com o fato de ser Doutor em Letras lhe dar mais credibilidade para falar sobre a Língua; assunto em que já era perito muito antes de ter obtido seu doutoramento.

### 3.3. A ORIGEM DE O PRAZER DAS PALAVRAS

Sua relação com a imprensa ganhou a contornos mais bem definidos no ano de 2001. O grande dicionário organizado por Antônio Houaiss, que viria a ser reputado como o mais completo dicionário da língua portuguesa no Brasil, fora lançado naquele ano – um ano após o falecimento do autor. Cláudia Laitano, então editora do Segundo Caderno de *Zero Hora*, convidou Moreno a escrever sobre o dicionário, o que ele fez com entusiasmo em um “artigo de duas páginas, gigantesco” – como disse o próprio, em entrevista para este trabalho – intitulado *Sai Aurélio, Entra Houaiss*. Apesar do tamanho, maior do que o recomendado para um jornal de grande circulação, o resultado foi exaltado pela editora, que aprovou o estilo irreverente do texto de seu ex-professor (Cláudia fora aluna de Moreno na faculdade). Abaixo, reproduzo o primeiro parágrafo do artigo:

Por vinte e cinco anos o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira foi um companheiro inseparável no meu trabalho com a Língua Portuguesa. Fui um aurelista de primeira hora; aderi ao *Novo Dicionário* em 1975, no dia em que foi lançado, e passei entusiasmado para a 2a. edição, a melhor de todas, em 1986 (até hoje eu a mantenho instalada no meu computador). Já a 3a. edição, póstuma, com sua pífia capinha multicolor e o título oportunista de *Aurélio-Século XXI*, não me agradou e perdeu a minha confiança: é que, morto Aurélio em 1989, os atuais editores, em vez de se limitar aos acréscimos indispensáveis e às eventuais correções, tiveram o topete de fazer um sem-número de “revisões” desastradas no texto do *Aurélio-vivo* (é assim que me refiro à 2a. edição). Está certo, pensei, desanimado — é a Nova Ordem: se alunos ensinam o professor e funcionários escolhem o Reitor, então amanuenses podem agora corrigir o Mestre... Assim mesmo, terminei virando o Milênio com o *Aurélio*, e aurelista cheguei até este mês de setembro de 2001. Agora, contudo, troquei: começa a Era do Houaiss (MORENO, 2001).

Fica claro o intuito do autor de se colocar na posição de especialista para analisar um assunto de sua competência. Também já é mostrado um traço característico que é patente em todos (ou quase todos) seus textos: o humor. Ao se utilizar de adjetivações – “pífia”, “oportunista” – e

sarcasmo – “está certo, pensei desanimado (...)” – Moreno adota em sua crônica um discurso que claramente a caracteriza como satírico-humorística, de acordo com a já mencionada classificação proposta por Luiz Beltrão (1980).

Seu sarcasmo, observamos, é revestido de forte crítica política e social. Para ser entendido, pois, seu texto precisa necessariamente estar ligado a acontecimentos atuais; Jacobus (2010) aponta que “a necessidade de conhecimento contextual faz-se essencial à compreensão, de um modo geral, do humor”, o que verificamos na crônica de Moreno enquanto produto jornalístico.

Esse sarcasmo se manifesta em dois momentos: primeiro, no trecho “se alunos ensinam o professor”, Moreno se manifesta contra a atual situação do ensino no Brasil, expressa na deterioração da figura do educador, que não mais goza da autoridade perante o aluno que se verificava outrora. De acordo com esse discurso, a perda de autoridade do professor explica parte da defasagem que acomete o sistema educacional brasileiro. Segundo, no trecho “(e se) funcionários escolhem o reitor”, o professor deixa clara sua posição contrária ao movimento pela paridade, bandeira levantada em universidades do país para que os votos de alunos, funcionários e professores tenham o mesmo peso nas eleições para reitor<sup>6</sup>.

Pois se por um lado Moreno se mostra aberto ao debate democrático nos diferentes espaços a ele concedidos, demonstra nas questões referentes ao Ensino, principalmente o Ensino Público, ser favorável à figura de uma presença docente firme em sala de aula. Assim, notamos que, além da crítica diretamente (ou indiretamente, já que ele se utiliza de sarcasmo) expressa contra os “amanuenses”, que não podem corrigir o “Mestre” Luft, em uma única frase Moreno investe contra os movimentos universitários e a inversão de valores no nosso ensino.

Por fim, ele se permite até mesmo um neologismo – aurelista. De fácil compreensão e bem contextualizado, o termo é adotado por Moreno para indicar sua subserviência perante outros mestres que o inspiraram em sua formação.

Moreno gosta de estar “em boa companhia”, como ele mesmo diz, no que se tange o campo intelectual. Foi aluno e amigo de Celso Pedro Luft (1921-1995), a quem se refere como uma figura quase paterna e seu mentor. Famoso gramático, filólogo e dicionarista, Luft foi também cronista. De 1970 a 1984 ele manteve uma coluna diária (“foram cerca de 3600 colunas”, espanta-se Moreno) no Correio do Povo, chamada *O Mundo das Palavras*. De forma decisiva, essas crônicas influenciaram Moreno, que após boa recepção por parte do público e da própria Zero Hora aceitou o convite para escrever regularmente no jornal. Com isso, lhe foram entregues dois espaços quinzenais: uma coluna sobre mitologia grega e sua coluna no *Caderno Cultura*, intitulada *O Prazer das Palavras*,

---

6 Hoje, na contagem final dos votos para esse pleito na UFRGS, os professores representam 70% da votação, enquanto alunos e funcionários dividem igualmente os 30% restantes.

que é nosso objeto de análise.

Sobre o título da sua crônica, o professor revela mais uma influência: “O Montaigne, que é o cara mais genial do mundo – não só pelo que ele escreve, mas pelo que viveu –, tinha um lema: ‘não faço nada que não me dê prazer’”<sup>7</sup> (Moreno, 2011). Quando descobriu isso, Moreno garante que sua vida mudou para melhor em vários aspectos, entre eles o da escrita. “Me dá prazer, se não eu não faria. E eu percebi que quando se faz uma crônica com prazer, isso se transmite pro leitor”<sup>8</sup>, conclui.

Ao comparar sua coluna com a de Luft, no entanto, Moreno diz que apesar da semelhança do título há uma diferença de perfil – principalmente no que se refere ao uso do humor – e, humildemente, se coloca abaixo do mestre: “ele era técnico. Por isso que eu mudei – a minha é *O Prazer das Palavras* – ele era um *gentleman* e jamais faria essas palhaçadas”<sup>9</sup>.

A respeito do seu papel midiático, Moreno demonstra ter noção exata do lugar que ocupa em Zero Hora e inclusive do papel jornalístico da sua coluna – mesmo que no Caderno Cultura alguns valores-notícia não sejam tão observados quanto em outras seções do jornal. Ele expressa preocupação com o critério de atualidade, por exemplo:

Eu escolho o assunto que está em voga. Tudo que acontece hoje repercute instantaneamente, com a internet, etc. Então sempre que tem uma agitação na parte de linguagem, eu escolho como tema. Então surge o Acordo [Ortográfico, em vigor desde 2009], eu falo no Acordo; vem o livro do MEC, eu falo sobre o livro do MEC; a logomarca, etc. (MORENO, 2011)

Ainda sobre o quesito novidade, o professor se mostra ciente acerca da limitação inerente a uma coluna quinzenal nesse sentido. Já aconteceu de um assunto que requeria sua atenção ter vindo à tona poucos dias após sua crônica ter sido publicada. Nesses casos, Moreno não esconde a frustração, pois tenta ao máximo acompanhar o que está sendo comentado atualmente:

É como se eu tivesse perdido o momento. (...). Claro, no futuro, quando isso é transformado em livro, ninguém sabe o que estava acontecendo naquele momento, mas se alguém pegasse, data por data, e fosse olhar os jornais daquela semana, veria que geralmente é o assunto do momento.

O fato é que a popularidade das suas crônicas vem crescendo. E, segundo Moreno, não apenas entre o perfil para o qual ele escreve – o leitor médio culto de classe média: “O cara que arrumava as garrafas de vinho no supermercado me disse 'o senhor não é aquele que escreve na Zero Hora? Eu leio muito a sua coluna'. Também porque eu escrevo em um estilo que não é o acadêmico”<sup>10</sup>.

7 Depoimento de Cláudio Moreno no dia 6/7/2011. A transcrição completa da entrevista se encontra em anexo no fim deste trabalho.

8 Idem.

9 Idem.

10 Idem.

E assim, sem pompa e grandiloquência, mas também mantendo certo rigor científico, Moreno visa a desmistificar a norma culta da língua portuguesa, dominada por tão poucos, para deixá-la mais próxima de nós. A língua naturalmente exerce fascínio sobre os seus falantes, pois por um lado é algo cotidiano e por outro suscita dúvidas diariamente. Em linhas gerais, o trabalho de Moreno n'*O Prazer das Palavras* é explicá-la de maneira inteligível, mas que não a vulgarize. Nesse processo, sua crônica acaba por trazer a língua, pouco a pouco, ao rés-do-chão.

## 4 ANÁLISE NARRATIVA DE CRÔNICAS SELECIONADAS NA COLUNA O PRAZER DAS PALAVRAS

### 4.1. METODOLOGIA: POR QUE A ANÁLISE NARRATIVA?

Antes de nos aprofundarmos na análise propriamente dita, consideremos alguns conceitos fundamentais no campo de estudos da narratologia, que serão bastante explorados neste capítulo. Por meio desta metodologia, utilizada especialmente nos estudos literários, conduziremos nossa análise.

Em primeiro lugar, é preciso que esteja clara a diferença entre autor e narrador. O autor é o escritor, o ser humano por trás da história, situado no “não-texto”. Já o narrador “só existe no texto e mediante o texto, por intermédio das palavras” (REUTER, 2007). Em ficção, temos isso mais claro nas figuras dos narradores autodiegético (aquele que narra e participa da história como personagem principal) e homodiegético (que narra e também participa do enredo, porém como personagem secundário). Não podemos confundir, por exemplo, o autor Machado de Assis, que escreveu o clássico da literatura brasileira *Dom Casmurro* (1900), com o narrador Bentinho, personagem-narrador do livro que conta a história de sua vida.

No caso do narrador heterodiegético, que não participa ativamente da história que conta nem integra de qualquer forma o universo diegético em questão, a distinção entre autor e narrador pode ficar um pouco menos clara. Evidentemente, também nesse caso a distinção é necessária; é fundamental diferenciar o autor Truman Capote (1924-1984), por exemplo, controverso jornalista estadunidense, envolvido em diversas polêmicas para produzir sua obra-prima *A Sangue Frio*, do narrador onisciente escolhido por Capote para contar a história nesse livro (muito embora a vida do autor tenha sido marcada pelo seu envolvimento na obra). O narrador heterodiegético é uma criação do autor para contar uma história da mesma forma que Bentinho é o narrador escolhido por Machado para contar *Dom Casmurro*. Como pondera Yves Reuter (2007, p. 19) em *A Análise da Narrativa*, “essa distinção, longe de ser puramente técnica, tem importantes consequências práticas: ela autoriza, especialmente, uma liberdade fundamental para o escritor, aquela que consiste em contar histórias por meio de múltiplas identidades”.

Mais do que professor, Moreno é um contador de histórias – um narrador por excelência. Constatamos grande riqueza narrativa nas crônicas que analisaremos neste capítulo. Por meio de perspectivas narrativas distintas, Moreno escreve para *Zero Hora* se utilizando de um amplo leque

de técnicas cronísticas. Cabe ressaltar, a postura adotada n' *O Prazer das Palavras* não é nem a de professor universitário, nem a de professor de cursinho<sup>11</sup>.

Em segundo lugar, é igualmente importante diferenciar a figura do leitor da figura do narratário: a dualidade autor/narrador é análoga à do leitor/narratário. O leitor é a pessoa em carne osso que se situa fora do texto (no “não-texto”) e o lê, enquanto o narratário é aquele que, mesmo que não diretamente, se situa dentro da história, pois a história é dirigida a ele. Narratário, para Reuter (2007), é a imagem do leitor construída textualmente pelo autor para que este possa jogar com ela como desejar, a fim de dar os rumos que lhe convier à narrativa.

De certa forma, pode dizer-se que o narratário está para o narrador como o **leitor pretendido** está para o autor (REIS E LOPES, 2007). Quando Moreno diz que escreve para o leitor médio culto, infere-se que, de acordo com o autor, a maioria do seu público-leitor se encaixa nessa categoria. Ele escreve, pois, de acordo com o que ele imagina ser as demandas desse perfil em relação ao seu texto<sup>12</sup>. O “leitor médio culto” é, pois, o leitor pretendido do **autor** Moreno, e é dele que surge o narratário para quem o **narrador** Moreno escreve na maioria de suas crônicas. Em última análise, apontam Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (2007), é o narratário que determina a estratégia narrativa adotada pelo narrador.

Cabe ressaltar, quando utilizarmos o termo “Moreno” a partir deste ponto, estaremos falando sobre o **narrador** Moreno. Quando for necessário evocar o autor Moreno, isso será devidamente explicitado.

O corpus das crônicas estudadas no capítulo a seguir foi coletado de janeiro a maio de 2011. São nove crônicas, sendo que as três primeiras e as três últimas – respectivamente, “A logomarca e o ornitorrinco” e “Deixem nossa língua em paz” – serão analisadas em conjunto, de forma que todas totalizam cinco crônicas. Nossa análise levará em conta nove figuras de narrador e narratário, buscando compreender as estratégias que o cronista utiliza para falar de seu objeto.

---

11 Segundo o autor, em entrevista para este trabalho, sequer o narrador Moreno que escreve sobre mitologia grega em Zero Hora é o mesmo narrador do espaço aqui estudado (MORENO, 2011). A transcrição completa da entrevista está em anexo no fim deste trabalho.

12 Essa noção pode ser enganosa; o próprio Moreno diz já ter encontrado pessoas de nível sócio-cultural mais baixo dizendo ser seus leitores. O próprio conceito de “leitor médio culto” é um tanto fluido, mas possivelmente se refere a uma parcela **razoavelmente** ilustrada da classe média. Este, cabe lembrar, não era exatamente o perfil de leitor almejado pelos suplementos culturais de outrora.

## 4.2. CRÔNICAS ESCOLHIDAS

### 4.2.1. *A logomarca e o ornitorrinco*

Moreno abre a primeira das crônicas analisadas do nosso corpus dizendo que nos últimos dois anos ele – o narrador Cláudio Moreno – dedicou a maior parte das suas colunas a combater o preconceito linguístico. Isso nos dá um indício de como se comporta o narrador da coluna *O Prazer das Palavras*.

Vocábulos são condenados por diversas razões; segundo Moreno, a mais frequente acusação é a de “novidade”, o que, tendo em vista que algumas das palavras acusadas são “mais velhas que a Sé de Braga”, se dá devido à “incultura de seus acusadores”. Já no primeiro parágrafo, Moreno graceja demonstrando um traço de erudição – por mais que exista o ditado popular “mais velho que a Sé de Braga”, este não é mais tão conhecido, de maneira que sua utilização denota, mesmo que superficialmente, conhecimento acerca da pátria que deu origem à nossa língua – e trata de desqualificar as investidas dos tais acusadores, acusando-os de incultos.

Nesse momento, pode surgir alguma dúvida acerca do narratário. Quem é ele? Seria um acusador inculto, que Moreno trata de desqualificar? A princípio, não. Prova é a maneira como o narrador se refere ao narratário já no início do segundo parágrafo: “Para início de conversa, amigo leitor (...)”. Essa postura amistosa mostra que inicialmente Moreno vê no narratário, no mínimo, um aliado em potencial.

Prosseguindo, ele afirma que alguns termos sofrem com uma má-vontade injustificada por parte de um público leigo, que não tem a devida competência para julgar de maneira tão definitiva um vocábulo. Essa é a postura que caracteriza o narrador d’*O Prazer das Palavras*: uma grande disposição, em uma clara perspectiva iluminista, para dar luz às discussões acerca do tema língua, no qual é especialista, aliada a uma oposição ferrenha ao público leigo que se aventura a teorizar erroneamente.

Para isso, o narrador apresenta no terceiro parágrafo um leitor que escreveu para saber se a palavra logomarca existia ou não. Aqui pode haver alguma confusão entre o autor e o narrador Cláudio Moreno. Dúvidas de leitores são uma fonte quase inesgotável de assunto para *O Prazer das Palavras*, e geralmente é delas que vêm as ideias para as crônicas. Entretanto, cabe ressaltar que é ao autor Moreno que são enviadas as correspondências, já que o narrador Moreno está confinado ao

universo diegético d’*O Prazer das Palavras*. Em linhas gerais, embora isso possa configurar uma simplificação, podemos dizer, para efeitos de melhor compreensão, que o autor recebe as perguntas, mas o narrador as responde.

Diante da dúvida, o narrador se mostra surpreso com a “má-vontade contra logomarca, palavra veterana no meu vocabulário, madura frequentadora dos dicionários” (Moreno, 2011), pois, segundo ele, a palavra sofria perseguição de alguns profissionais da área gráfica sob a alegação de ser uma invenção de publicitários brasileiros, o que o narrador já trata de rechaçar enquanto argumento linguístico válido. A seguir, introduz a questão central de “A logomarca e o ornitorrinco” – enviada por alguém apresentado na primeira parte apenas como um “leitor qualificado” (para fins de análise nesta narrativa em particular, nem um leitor, nem um narratário; um personagem), mas identificado no início da segunda crônica como C. Maciel –, separada por Moreno em duas partes: o que faz com que uma palavra efetivamente exista e o que é necessário para que ela seja considerada apropriada?

Para responder a essa questão, o narrador se utiliza da internet. Ao pesquisar as páginas indicadas por C. Maciel, demonstra perplexidade diante da ampla discussão entre profissionais da área gráfica acerca de um tema no qual não têm a competência exigida; a linguística. Nesse parágrafo, o quarto da primeira parte, Moreno trata primeiramente de desqualificar os oponentes para depois afirmar sua condição de especialista. O narrador afirma que designers, publicitários, etc. podem no máximo ter opiniões sobre o assunto linguagem e nada mais, e apresenta algumas comparações para exemplificar melhor ao narratário:

Este seu criado pode achar Walter Gropius um gênio e Niemeyer um arquiteto cuja fama está muito acima do valor que tem, pode achar os sapatos dinamarqueses mais bonitos e confortáveis do que os italianos, pode preferir os caças americanos aos caças franceses (...)  
(MORENO, 2011)

Com esses três casos, o narrador sugere tacitamente, se utilizando de sutil ironia, que não é especialista em arquitetura, indústria calçadista ou aviação militar; da mesma forma que publicitários, designers e outros profissionais da área gráfica não são especialistas em língua portuguesa. O narrador deixa implícito, inclusive que ele próprio tem uma preferência em cada um desses pares; que, a julgar pela boa fama de Niemeyer, dos sapatos italianos e dos caças franceses, provavelmente é representada pela segunda opção de cada dupla. Para o narrador, a segunda opção representa o bom gosto e uma certa unanimidade dentro de seu segmento. Dessa forma, sinaliza que não é razoável ir contra a opinião de especialistas e, em última análise, contra o bom senso. Finaliza: “pode (este seu criado), aliás, ter opinião sobre quase tudo, mas não passarão de **opiniões**

do cidadão que digita estas palavras”. Com isso, o narrador Moreno pondera que não interfere em áreas que não lhe dizem respeito e, por conseguinte, não admitirá posturas categóricas em sua área provenientes de pessoas sem a formação devida.

É interessante esclarecermos aqui que a ironia tão usada por Moreno em sua crônica é um recurso literário em que o interlocutor diz o contrário do que quer dizer, mas de forma a deixar sua verdadeira mensagem subentendida. Tomemos, por exemplo, a comparação entre Gropius e Niemeyer (“Este seu criado pode achar Walter Gropius um gênio...”); neste trecho, o narrador dá indícios de que, ao contrário, não acha Walter Gropius um gênio, e o contraste com um arquiteto consagrado como Oscar Niemeyer vem a confirmar sua intenção. Essa contextualização, por menor que seja, é absolutamente necessária para a compreensão por parte do interlocutor, que precisa enxergar esse contraste para que a ironia faça sentido. Como observou Kierkegaard (1991, p. 216), ao se utilizar desse recurso, “o orador pressupõe que os ouvintes o compreendem, e deste modo, através de uma negação do fenômeno imediato, a essência acaba se identificando com o fenômeno”.

A seguir, o narrador cita o Google, mais frequentado site de pesquisa da internet, e verifica que o termo logomarca possui mais de dois milhões de ocorrências nesse *site*; de forma que, se utilizando de sarcasmo, ele afirma que “negar sua existência é algo assim como negar a existência dos Andes”. A utilização da colossal cadeia montanhosa sul americana em sua comparação flerta intencionalmente com o grotesco, no intuito de elevar ao absurdo o argumento daqueles que negam a existência de “logomarca”. O narrador também se apoia na argumentação construída no segundo parágrafo, no qual diz que, até por razões editoriais, é impossível a qualquer dicionário registrar todas as palavras de uma língua, de forma que alguns termos, novos ou não, por vezes não são contemplados. Em contrapartida, pode-se **afirmar** – diz Moreno – que quando uma palavra é dicionarizada, ela não apenas não é nova, mas já está suficientemente disseminada para não ser questionada – já que a língua é viva e está em constante processo de renovação. Dessa forma, o narrador constata linguisticamente que pelo menos a existência do termo está provada.

O narrador finaliza a primeira parte da forma polêmica que lhe é característica. Primeiro, condena a “atitude paroquialista” dos habitantes de alguns municípios “que teimam em escrever à sua maneira o nome da cidade em que moram, como se o fato de viver lá lhes desse uma autoridade em ortografia maior do que a dos filólogos e gramáticos”, em uma clara alusão a Bajé e Erexim (de acordo com a norma correta). Depois, de forma até surpreendente, busca trazer para o seu lado a classe que de certa forma atacou no quarto parágrafo:

Alguns alegam que o termo (logomarca) teria sido criado por publicitários. E daí? Qual é o problema? As palavras são criadas por pescadores, advogados, leiteiros, apontadores de jogo do bicho, prostitutas etc. – todos criam, e só os publicitários e designers iam ficar de

fora? (MORENO, 2011)

Com essa argumentação ao mesmo tempo polêmica e inclusiva (com a citação de classes marginalizadas, como prostitutas e apontadores de jogo do bicho, e de profissionais de menor poder aquisitivo, como leiteiros e pescadores), o narrador condena o preconceito linguístico e ressalta que o já mencionado processo de criação de novas palavras é plenamente legítimo em uma língua viva.

A segunda parte da crônica é voltada à adequação do uso do termo logomarca. Já no segundo parágrafo, é apresentado um elemento importante na narrativa, que será apresentado ora como personagem, ora como narratário: a designer Ana Luísa Escorel.

Autora do que Moreno classifica como “uma obra isolada, mas importante em seu ramo”, ela é apresentada pelo narrador primeiramente como uma **personagem** da narrativa, sendo referenciada inicialmente na terceira pessoa. É apontada pelo narrador como uma designer de reconhecido valor e também é tratada por ele como “professora”, o que ao mesmo tempo demonstra elegância e configura uma estratégia narrativa inteligente por parte do narrador, pois a seguir ela será duramente criticada.

Moreno identifica demasia na postura adotada pela professora contra logomarca. Para o narrador, a designer condena a palavra “com um misto de fúria e desprezo, num tom tão taxativo que fez vibrar a corda fundamentalista que muitos profissionais desta área trazem escondida no peito”. Desta forma, ele a acusa de radicalismo e alerta para que seus colegas de área sejam mais flexíveis sobre o tema. Para o narrador, a argumentação da autora e de seus seguidores é débil pois se apoia “mais na indignação e na veemência do que propriamente na pesquisa”, de forma que escoo como “areia entre os dedos” – metáfora utilizada para apontar a inconsistência da arguição.

No terceiro parágrafo Moreno mostra de maneira clara como Ana Luíza Escorel cumpre duplo papel na segunda parte da crônica:

Ela acusa: “Logomarca é uma dessas criações **tipicamente brasileiras**” (eis um jeito realmente esquisito de criticar!). Pois não é, professora; se fosse criação tupiniquim, como a jaboticaba ou o cheque pré-datado, teríamos de convir que nossos inventores acertaram em cheio desta vez, pois o vocábulo vai se tornando sucesso internacional.

Na primeira frase ela é apresentada como uma personagem da narrativa e ainda tem uma citação destacada. Logo a seguir, ela passa a ser tratada, pela primeira vez no texto, como um narratário bem definido. Cabe esclarecer: a designer era um dos leitores pretendidos do autor Moreno para esta coluna desde o seu início; a diferença é que neste ponto ela toma forma muito mais bem definida na narrativa, sendo inclusive referida como interlocutora direta do narrador

Moreno. Embora o professor frequentemente se dirija a seus leitores, em poucos momentos temos um narrador e um narratário tão explicitados n’*O Prazer das Palavras*.

No parágrafo seguinte, Moreno afirma que logomarca provavelmente veio do inglês *logomark*. Após apresentar uma lista de termos provenientes do Português que constituem, nas palavras do narrador, “modesta contribuição do nosso idioma para o léxico do Inglês”, ele aponta sarcasticamente que fomos nós, lusófonos, que provavelmente importamos o termo: “infelizmente para mim e para senhora (por motivos diferentes claro)”. O narrador usa “infelizmente” para ele próprio por ser gramático e professor de Português, já que um termo pelo qual nutre simpatia não se originou no nosso idioma, e para Ana Luísa Escorel porque dessa forma ela começa a levar desvantagem na discussão acerca de logomarca.

O narrador abre o quarto parágrafo apontando um erro de sintaxe cometido pela autora ao atacar logomarca – “Logomarca quer dizer absolutamente nada”.

(parêntese indispensável: em algum lugar, decerto por culpa de um vil revisor, perdeu-se a negativa que sempre deve anteceder a presença de “nada” (...) A construção “logomarca quer dizer nada” é, em vernáculo, tão absurda quanto “eu comprei nada” ou “encontrei nada na gaveta”)

Sem interromper o ritmo da narrativa, pois se utiliza de parêntese, Moreno ataca sua interlocutora pelo solecismo e, antecipando uma possível réplica, sugere ironicamente que o erro se deu por culpa de um revisor que tinha a intenção de prejudicá-la. Dessa forma, claro, **descarta** que o erro tenha sido uma falha de revisão e trata de desqualificar a autora antes de atacar o argumento em si, o que faz primeiramente contrariando a professora. Explica que logotipo, citado pela primeira vez na crônica, é considerado por alguns como o conjunto da representação gráfica do nome e do símbolo visual que o acompanha. Pondera que Houaiss, entre outros, chamam de logotipo apenas as letras do nome de uma marca e utilizam logomarca para o conjunto formado pelo logotipo e o sinal gráfico.

Moreno afirma que no Inglês pode haver mais confusão acerca do termo, já que autores atribuem diferentes significados a palavras como *logo*, *logotype*, *logomark* e *wordmark*, o que classifica como corriqueiro “em qualquer área do conhecimento humano”. Para apresentar um de seus argumentos mais consistentes nessa crônica, o narrador cita um “grande escritório de propriedade industrial da Califórnia” (embora não diga o seu nome), que cobra um valor menor de seus clientes para registrar uma *wordmark* do que uma *logomark*, que demanda uma pesquisa mais demorada. Desta forma, o narrador entende que fica claro a diferença entre os dois termos, já que “tanto os que cobram quanto os que pagam enxergam nelas coisas diferentes”. Isso prova que, a

despeito da divergência a respeito da adequação dos diversos termos que ocupam campos semânticos semelhantes, muitos deles já têm uma aplicação prática muito consistente no cotidiano desse segmento profissional. Prova também que *logomark*, definitivamente, existe. E logomarca?

Moreno volta ao artigo de Ana Luiza Escorel para em seguida desferir o argumento definitivo apresentado nessa segunda parte da crônica. A autora classifica como espantosa a maneira como “cerca de dois terços da população ligada à comunicação gráfica no Brasil” utiliza um termo tão descabido, na sua opinião, como logomarca. Se valendo de interrogações – ápice do direcionamento ao narratário Ana Luísa Escorel no texto – o narrador questiona a autora com suas próprias palavras e em seguida afirma que linguisticamente “a realidade está claríssima”. Com um fragmento de linguagem oral, direta, Moreno afirma que “logotipo perdeu a parada”; o design e comunicação visual são os ramos da escolha de muitos profissionais jovens, o que justifica plenamente esse toque um tanto informal ao final do texto. Autoridade em linguística, o narrador Moreno utiliza um fragmento da fala da autora para explicar que a difusão massiva do termo por profissionais da área gráfica legitima “logomarca” como um termo não apenas existente, mas expressivo – em metáfora, o narrador diz que essa preferência dentro do segmento foi como um plebiscito, já realizado, que deu a vitória a “logomarca”.

A terceira parte da crônica toma o exemplo específico de logomarca e parte para um olhar mais global sobre o surgimento de palavras em um idioma. O narratário (que não mais é Ana Luísa Escorel) é referido já na primeira linha por Moreno, que usa a primeira pessoa do singular – “Como vimos nas duas colunas anteriores”.

Para o narrador, logomarca “chegou para ficar” e passou a dividir o campo semântico antes ocupado apenas por logotipo. A efetiva permanência do termo no nosso léxico está inclusive sujeita a preferências pessoais. “Afinal”, diz Moreno, “tenho um amigo que come jiló com quiabo e outro, para minha incredulidade, que distingue o sabor de vários tipos de chuchu...”. O gracejo – leve, especialmente se comparado a outras formas de humor mais incisivas utilizadas por Moreno – se presta a distensionar o ambiente carregado deixado pela segunda coluna. A seguir, ele apresenta uma pergunta enviada por outro leitor. Podemos dizer que a figura construída por Moreno em cima desse leitor constitui o narratário da conclusão da crônica *A logomarca e o ornitorrinco*; de forma que tivemos, nas três partes, pelo menos três narratários – o leitor genérico que era introduzido às rusgas envolvendo o termo logomarca, a autora Ana Luiza Escorel e esse novo leitor, anônimo, que envia a seguinte questão: como nasce uma palavra?

O narrador apresenta o questionamento como “assaz oportuno” e aproveita para se afirmar como autoridade, dizendo que tem certeza de que sua resposta “vai trazer mais um pouco de luz à

discussão” posta anteriormente. Aqui, observamos uma certa altivez que vem a compor o “personagem” Moreno que vive dentro do texto, em função dessa crônica específica. Não está em questão aqui se o autor Moreno, o escritor e professor de Português, é orgulhoso e não hesita em se envolver energicamente em embates intelectuais; cabe entendermos que o **narrador** Moreno é assim. Definir até que ponto o autor emprestou características suas à sua criação envolveria um estudo mais amplo; e talvez subjetivo demais.

Moreno diz que a fórmula que Epicuro elaborou para resumir a vida do homem pode se aplicar também às palavras. Ao citar “Eu não era; fui; não sou mais”, Moreno ostenta sua erudição e nos diz que palavras são tão finitas quanto vidas humanas. Palavras surgem conforme a necessidade dos falantes de uma determinada língua, têm seu uso difundido, caem em desuso e, eventualmente, desaparecem. Isso, ressalta, vale tanto para vocábulos novos quanto para os antigos. Quanto à incorporação de novas palavras ao nosso léxico, há duas possibilidades: a criação do termo no lugar em que a língua é falada ou a importação de um termo estrangeiro. Esses são – “obrigatoriamente” – os dois únicos caminhos possíveis, assegura o professor, posicionando-se de maneira firme a fim de justificar sua condição de autoridade e dar segurança ao narratário, que o consulta e o lê buscando sanar suas dúvidas.

Na opinião de Moreno, logomarca provavelmente vem do Inglês *logomark* já que diacronicamente palavras compostas nesse idioma apresentam o núcleo à direita e o especificador à esquerda. Isso não é impossível no Português – dizer “verde casa” ao invés de “casa verde”, por exemplo –, mas não é o mais comum e ocorre mais em narrativas líricas e poéticas; no Inglês o especificador **sempre** vem à esquerda.

Logo que se dá esse surgimento de palavras novas, ou a importação de termos estrangeiros, o narrador acha mais adequado classificá-los como brotos vocabulares, que podem ou não germinar e ter seu uso disseminado por um bom número de falantes da língua. Cita um exemplo de broto vocabular que aparentemente não vingou: o verbo “desapludir”, usado por Mário de Andrade, que é nas palavras do professor “inviável” e “parece fadado a secar e desaparecer, como ocorreu, aliás, com milhares de ‘promessas’ desse tipo”, ressalta. O motivo é simples: os falantes não o adotaram; ou o adotaram e o esqueceram. Dessa forma, ele só sobreviverá em registros escritos. Moreno afirma que com “logomarca”, atualmente, se dá o contrário. E explica, linguisticamente, de forma simplificada para o narratário leigo:

Ninguém a autorizou a existir; ela existe simplesmente porque foi “criada” (prefiro esse termo a “inventada”), e os falantes do Português gostaram dela e a adotaram para sempre (ou até o dia em que entre em desuso). Foi só isso – aliás, exatamente o que ocorreu, há algumas décadas, com logotipo, que também não existia e foi criada e consagrada pelo uso.

O narrador toca num ponto importantíssimo no que tange o surgimento de termos para a linguística: a consagração pelo uso. Toda palavra, para sobreviver, precisa ser usada. Quanto mais usada ela for, menor a chance de cair no esquecimento e maior a probabilidade de que ela conste em dicionários (que são um retrato – por vezes imperfeito, é verdade – de um momento específico da língua).

Para representar o conjunto formado por letras e imagens que simboliza uma marca ou um produto, logotipo antes reinava sozinho na terminologia do design gráfico. Em um dado momento, passou a conviver também com logomarca. Para o narrador só há dois desfechos possíveis nesses casos: “ou uma das formas sufoca a outra e a força a se aposentar, ou elas dividem o patrimônio semântico e passam a ter significados bem específicos”. Como já observamos, a segunda alternativa é viável, mas caberá principalmente aos profissionais da área bem delimitar cada um dos termos a fim de definir essa disputa; já que, segundo o narrador (ao final da segunda parte da crônica), o bordão “é o povo que faz a língua” é não apenas demagógico, mas também equivocado. Caso essa questão não seja administrada corretamente pelos profissionais responsáveis, Moreno alerta para o risco de ambos os termos se tornarem “completamente inúteis” (essa questão será discutida mais amplamente na análise da crônica *Literalmente*).

Somente no último parágrafo da terceira parte – a última de uma série de três – o narrador apresenta o segundo elemento do título: o ornitorrinco. Trata-se de uma hábil estratégia para prender a atenção do narratário, já que a presença tanto do animal ornitorrinco quanto da palavra que o representa semanticamente raramente passa despercebida. O ornitorrinco é um mamífero que tem bico de pato e bota ovos (seu nome remete a pássaro; *ornithos* é o grego para “ave”), o que o levou, em dado momento, a ser considerado uma aberração da natureza. O narrador se utiliza do ornitorrinco a fim de, por meio de um *link* com a zoologia, apelar para a tolerância do narratário. Ele roga a esse narratário (a quem, nesse ponto, chama de leitor) que se lembre do fato da Natureza ter plantado na Oceania o ornitorrinco, que chegou a ser considerado uma fraude científica, mas devido ao grande número deles que habita os rios australianos, convenceu seus detratores do contrário. Moreno finaliza citando Umberto Eco (a terceira citação de um autor reconhecido em uma única crônica, o que reforça a erudição do narrador), se utilizando de argumento irretocável proferido pelo autor italiano:

Hoje, segundo Umberto Eco, o ornitorrinco serve para nos alertar para o fato de que sempre vai haver, bem perto de nós, alguma coisa que, embora não se enquadre nos padrões a que estamos habituados, tem todo o direito de existir.

Em uma crônica marcada pelo conflito e por embates acadêmico-ideológicos, o narrador conclui pedindo serenidade e ponderação para aqueles que se dispõem a aprender sobre uma língua

como o Português. A julgar pelas três crônicas dedicadas à discussão de um único termo (que, evidentemente, trouxe questões periféricas importantes), conclui-se que se trata de uma tema complexo; ou de um tema simples que abre interessantes possibilidades de problematização.

#### 4.2.2. *Literalmente*

O narrador da crônica *O Prazer das Palavras* se caracteriza, no que tange aos fenômenos linguísticos, por uma postura descritiva. A linguística, aliás, é uma ciência eminentemente descritiva, de forma que se presta a estudar a língua falada – que sempre precede a língua escrita – sem a pretensão de intervir diretamente no seu objeto de estudo (PETTER, 2010). Gramáticas, dicionários e manuais de ortografia se prestam a registrar como a língua se encontra em determinado momento e a ensiná-la de acordo com um conjunto de regras que seguem uma norma pré-existente (sendo que no estudo formal da língua geralmente se preconiza a norma culta).

Pois Moreno é um narrador descritivo, que se coloca diante da língua como um observador, não como um agente. Entretanto, a despeito dessa postura que norteia a maioria de suas crônicas, como *O tsunami*, *Deixem nossa língua em paz* e até mesmo *A logomarca e o ornitorrinco* – na qual a briga do narrador era, no final das contas, para que não se interferisse no que ele julgava ser uma manifestação natural e legítima da língua – temos em *Literalmente* uma postura diferente. Aqui, o narrador se insurge contra o que ele julga ser um mau uso do Português, que nesse caso precisa ser combatido nos meios cabíveis, e manifesta sua contrariedade diante daquilo que acredita ser um processo já em andamento.

É considerado natural (e necessário) a qualquer língua observar mudanças de significado em algumas palavras. Como mostra o narrador, o Português testemunhou isso, por exemplo, com o termo “fumar”, que antes era usado no sentido de “fumegar” e “defumar”. Quando Cristóvão Colombo descobriu a América, “fumar” passou a designar somente o “hábito daninho de aspirar a fumaça do tabaco” – afirma um narrador com termos bastante precisos, em definição que poderia ser dicionarizada. Ironicamente, Moreno diz que fumar é “uma invenção do demo, sem dúvida, mas compensada amplamente pela introdução do chocolate no Ocidente, alimento que os astecas, com muita propriedade, consideravam divino”. Ele se refere ao intercâmbio cultural pós-descobrimento que popularizou o chocolate (consumido em forma líquida por maias e astecas na América Central) e o fumo na Europa. O narrador parece apreciar bastante o primeiro e, devido à flagrante ironia, demonstra uma certa indiferença em relação ao segundo; postura liberal que caracteriza o

pensamento político de Moreno, como também veremos mais adiante.

Por vezes, diz o narrador, a mudança de significado é tão radical que inverte o sentido original da palavra, como aconteceu com “temporão”. O termo vem do latim *temparaneus* (o narrador frequentemente usa termos da “língua-mãe” para explicar melhor alguns fenômenos da língua portuguesa), que significa “na hora certa” ou “antes da hora”. Para isso, ele usa como exemplo um trecho da tradução clássica da Bíblia, versada no século XVII por João Ferreira de Almeida<sup>13</sup>: “Temamos, agora, ao Senhor, nosso Deus, que dá chuva, a temporã e a tardia”, no qual o termo “tardio” claramente se opõe a “temporão”, de maneira que fica claro que aqui este significa “prematureo”<sup>14</sup>.

Em virtude do que o narrador classifica como a “química misteriosa da evolução linguística”, “temporão” passou também a significar o oposto do que significara, “sem levar em conta a distinção, outrora importante, entre o antes e o depois”. Dessa forma, para o narrador, seu uso se tornou problemático, já que hoje não é mais possível empregá-la sem esclarecer, em seguida, qual o sentido que se quer atribuir a ela.

É o mesmo que vem acontecendo com “literalmente”. Se socorrendo novamente do latim, o narrador explica – didaticamente – que “letra” vem de *littera*; dessa forma, “literalmente” significa “ao pé da letra”, “no rigor da letra”. Para Moreno, “é um advérbio valioso para avisar meu interlocutor que vou empregar determinado vocábulo ou expressão no sentido estrito, não no sentido figurado”. Exemplifica com a comum expressão – metafórica, portanto – “de parar o trânsito”; se dissermos “Uma morena de parar o trânsito”, nos referimos a uma mulher tão bonita que, utilizando uma hipérbole, seria capaz de fazer os motoristas pararem seus carros só para admirá-la. Já se usarmos a palavra literalmente, o sentido figurado está descartado, como destaca o narrador: “a chegada da seleção literalmente parou o trânsito da cidade”. Nessa frase, Moreno indica que isto realmente aconteceu e que não estamos usando a expressão carregada de exagero referida anteriormente. Somos levados a concluir que devido à existência da expressão referida no primeiro exemplo, há quase a necessidade de se utilizar “literalmente” no segundo caso. De qualquer forma, quando isso é feito, não restam (ou não deveriam restar) dúvidas de que se está querendo empregar o sentido estrito e literal da frase.

Contudo, “um belo dia”, afirma sarcasticamente o narrador, “deu tangolomango neste

13 Moreno se equivoca ao referir o tradutor português como *Joaquim* Ferreira de Almeida.

14 O narrador também destaca que “temporão” foi o objeto de uma coluna publicada n’*O Prazer das Palavras* e no segundo volume do livro homônimo de crônicas assinado pelo autor Moreno. O sucesso editorial do livro repete experiências de outros autores que vêm a provar que uma crônicas em um livro não é um “passarinho afogado”, como chegou a sugerir Tristão de Athayde.

advérbio e ele começou a inverter seu sinal, servindo de reforço, e não de advertência para figuras de exagero!”. A exclamação deixa clara a indignação de Moreno frente à situação. Uma das frases usadas por ele para a sua exemplificação, “Estou com tanta fome que seria capaz de comer um boi, literalmente”, é ilustrada na crônica pelo cartunista Eduardo Oliveira, o Edu, de forma a auxiliar na narrativa; a imagem de um homem comendo a cabeça de um bovino reforça a ideia grotesca que o narrador quer passar. Nesses casos, diz Moreno, “é tamanho o exagero que fica fácil perceber com que intenção foi empregado o advérbio”.

O problema maior acontece quando o termo é usado em frases ambíguas, que exigem clarificação posterior para que sejam efetivamente compreendidas. Na opinião de Moreno, é uma pena que isso esteja ocorrendo pois a língua empobrece ao se apagar essa distinção. Embora resignado, o narrador passa ao narratário – nesta crônica, um tanto opaco, quase um aluno em uma aula meramente expositiva – um prognóstico bastante sombrio para “literalmente”: “Infelizmente não há nada que possamos fazer; o fruto já está envenenado e logo, logo ficará imprestável”. Nesta última frase, Moreno expressa forte julgamento dotado até mesmo de um certo exagero, no intuito de mostrar ao narratário o quão nocivo pode ser o uso errado do vocábulo em questão.

#### 4.2.3. *O tsunami*

Retomando a postura que lhe é característica, nesta crônica Moreno versa sobre os estrangeirismos que afloram não só na nossa, mas em qualquer língua<sup>15</sup>. Primeiramente, na frase “Raros serão os leitores...”, ele evoca a figura “leitores” para demonstrar um certo desconhecimento acerca do seu narratário; essa coluna não se volta a nenhum perfil de narratário específico, pois o tema tratado não é, de fato, do conhecimento de muitos. O narrador apresenta, ainda na primeira frase, o dr. Castro Lopes, “homem de letras que chegou a gozar de certa notoriedade no final do século XIX”, um detrator daquilo que classificava como “invasão” de palavras estrangeiras no nosso léxico – uma causa equivocada, afirma Moreno.

Se utilizando da mesma estratégia empregada em *A logomarca e ornitorrinco*, Moreno procura antes de qualquer coisa dar as credenciais do objeto de sua crítica. Apresenta o personagem (doutor Castro Lopes) inclusive com um certo distanciamento, mas demonstrando invariavelmente a erudição que o autoriza a ocupar este lugar narrativo. Também chama atenção a escolha pelo termo “equivocado”. Por mais que seja quase sinônimo de “errado”, ele se presta a suavizar a forte

<sup>15</sup> *O tsunami* é a primeira das crônicas do nosso corpus a tratar sobre os estrangeirismos. Em *Deixem nossa língua em paz*, Moreno aprofunda a questão em mais três crônicas.

discordância que o narrador prefere enfatizar posteriormente, por meio de discussão técnica fundamentada em argumentos linguísticos.

É bem verdade, a pompa e circunstância não duram muito: o narrador classifica Castro Lopes como um “filólogo diletante” – ou seja, amador, no máximo um conhecedor distante de uma área que não domina – que era motivo de chacota para Machado de Assis e outros de seus contemporâneos que integravam a intelectualidade brasileira na época. O motivo principal é o seu livro *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, produto do que o narrador chama de “indignação de opereta contra os estrangeirismos”, para os quais o autor propunha “soluções estapafúrdias” como alternativa. Os “barbarismos dispensáveis” do título são os estrangeirismos condenados por ele, enquanto os “neologismos indispensáveis” eram as soluções que o próprio Castro Lopes – “sem muito estudo ou modéstia” – criou para a resolução desse “problema”.

A crítica principal de Moreno é exatamente essa: estrangeirismos não apenas **não são** um problema como muitas vezes apresentam soluções para situações em que determinado idioma precisa de auxílio; no caso de não ter um termo adequado para exprimir uma situação, um sentimento, um objeto, etc. Castro Lopes não teve sucesso não apenas porque suas propostas não foram aceitas (já que a língua se desenvolve por meio de processos naturais e não por imposições ou sugestões), mas também pela “boa saúde de que até hoje desfrutam palavras que ele condenou”, afirma Moreno. Alguns dos estrangeirismos que ele atacou caíram em desuso, mas provavelmente não em função de suas críticas.

O narrador apresenta com escárnio algumas das sugestões apresentadas pelo dr. Castro Lopes. Como na crônica, elencaremos os termos provenientes de outros idiomas e, entre parênteses, seus neologismos: abajur (*lucivelo*), piquenique (*convescote*), turista (*ludâmbulo*), engrenagem (*entrosagem*), feérico (*fádico*), drenar (*haurinxugar*), massagem (*premagem*), engomar (*telisar*), golpe de Estado (*legicídio social*), greve (*operinsurreição*), chalé (*castelete*).

Outro termo que para o qual Moreno chama a atenção é *runimol*, que foi o nome proposto por Castro Lopes para “avalanche”. A formação desse “pequeno *frankenstein*”, forma que o narrador encontrou para dizer que o vocábulo era uma aberração, se deu pela união de “ru” (do latim *ruere*, “correr precipitadamente”), “ni” (de *nix* ou *nivis*, “neve”) e “mol” (de *moles*, “massa”). Quando preveu “o fiasco” – como o narrador classifica o destino do neologismo –, o autor sugeriu como alternativa o termo *alude*, que tinha a vantagem de ser uma palavra portuguesa.

O narrador aproveita mais um erro de Castro Lopes (“pois esta é uma velha importação do espanhol”) para apontar o cerne da questão: nenhuma língua pode evitar ou mesmo prescindir de

estrangeirismos. Eles fazem parte de um processo mais amplo de globalização que, claro, também se estende à língua. Estrangeirismos nos ajudam a compreender melhor alguns fenômenos e expressar alguns conceitos e ideias com grau de especificidade maior. A necessidade da importação de vocábulos, claro, varia de acordo com o lugar.

Como mostra Margarida Petter, em seu artigo *Língua, Linguagem, Linguística*, “os Gbaya, caçadores, coletores e cultivadores da República Centro-Africana, têm denominação para 82 espécies de lagartas, das quais 59 são comestíveis” (PETTER, 2010, p. 20). A partir daí, ao encontro da argumentação de Moreno, tiramos duas conclusões importantes: é absolutamente necessário a um caçador dos Gbaya, por questões de sobrevivência, conhecer diferentes espécies de lagarta e, mais importante, saber quais dessas espécies são comestíveis. Segundo, os habitantes de civilizações majoritariamente urbanas e industrializadas, que não tiveram na caça condição fundamental para o seu desenvolvimento, não tiveram (ou pelo menos não têm, contemporaneamente) grande contato com essa fauna específica, de forma que um morador urbano de Porto Alegre, por exemplo, não tem contato com lagartas e, a princípio, não precisa conhecer a seu respeito a menos que, por algum motivo, isso venha a ser necessário.

Assim, quando as avalanches, como apontou o narrador, começaram a se tornar conhecidas dos habitantes de países lusófonos (por meio do processo de globalização anteriormente mencionado), o termo “avalanche” precisou ser importado, porque tal fenômeno não era comum nem em Portugal, nem no Brasil, nem em qualquer outro país de língua portuguesa, o que desobriga o Português de ter um termo específico equivalente. O mesmo ocorre com tsunami, palavra japonesa, “pronunciada até a náusea nos últimos dias”<sup>16</sup>, já que a crônica, de 26 de março de 2011, foi publicada pouco após um tsunami atingir em cheio a costa japonesa. Alguns defendem que ele não é necessário, já que existe o termo *maremoto* para este fenômeno. O narrador diz que outros contrapõem, afirmando que “*maremoto* designa o sismo ocorrido no mar, e tsunami seria apenas a onda por ele produzida”, mas prefere deixar essa diferença técnica para geólogos e sismólogos decidirem.

De qualquer forma, “tsunami” já foi incorporada ao nosso léxico que, diz Moreno, “o adotou como substantivo masculino, passível de flexionar também em número: o tsunami, os tsunamis”. Isso demonstra que os falantes do português já se sentem confortáveis para usar o termo sem maiores constrangimentos.

Esta crônica apresenta uma assimetria em relação ao narrador e o narratário. A despeito de

<sup>16</sup> Ironicamente, em uma coluna a favor da introdução de vocábulos estrangeiros na língua portuguesa, Moreno apresenta uma alternativa interessantíssima para a muito usada expressão latina *ad nauseum*, que significa “em demasia”, “repetido ao ponto de provocar náuseas”.

buscar permanentemente uma aproximação com o cotidiano do leitor, a postura professoral de Moreno é aqui semelhante à encontrada em *Literalmente*; temos em *O tsunami* um narrador que não dialoga diretamente com seu narratário, mas que visa a iluminá-lo com seu conhecimento sobre a língua – embora caiba ressaltar que o narratário aqui é ligeiramente mais bem definido do que na crônica anterior.

No meio da crônica, como importante elemento acessório, a ilustração do chargista Edu sintetiza o argumento de Moreno com exatidão: ela mostra o dr. Castro Lopes sendo engolido por um tsunami. A imagem representa a vitória dos estrangeirismos sobre um pensamento retrógrado e conservador acerca da língua, o que será discutido pelo narrador em *Deixem nossa língua em paz*, a última crônica analisada por nós.

#### 4.2.4. *Velas e velórios*

Nesta crônica, possivelmente a que mais exercita as habilidades de Moreno como dicionarista (o que exige grande domínio da língua), o narrador retoma o contato mais direto com seu interlocutor. O narratário, inicialmente identificado apenas como “leitor”, é invocado já na primeira linha, no modo imperativo da terceira pessoa do singular, quando Moreno, ainda mais didático do que de costume, o convida a refletir sobre a formação de vocábulos semelhantes (ou idênticos) em uma mesma língua, mas de origens diferentes. Se utilizando de metáfora, ele compara essas palavras a dois rios paralelos, mas de nascentes distintas (“nascidos a dezenas de quilômetros um do outro”), que se encontram na mesma foz e misturam suas águas, impossibilitando a partir daí a distinção de suas origens.

Novamente ocupando o lugar de quem sabe, do especialista versando sobre o tema que domina, o narrador lança mão do latim – língua mãe do Português – para apresentar o vocábulo *sigillum*. A partir deste, nosso idioma gerou “sigilo” e “selo”, que significavam a mesma coisa: “o sinete que tornava inviolável uma carta ou um documento”. Após um tempo, afirma Moreno, “sigilo” passou a significar “segredo” e apenas “selo” manteve seu significado original, também passando a designar “a estampilha que corresponde ao porte que deve ser pago para enviar qualquer correspondência”. O verbo derivado de selo passou a ser “selar”. “Este”, afirma o professor, pausando a narrativa, “é o primeiro rio”.

Já do latim *sella* – que significa “cadeira”, “assento” - veio o substantivo “sela”, usado para “o assento de couro que usamos nos animais de montaria”. Fazendo uma analogia muito bem

humorada, o narrador prossegue: “A bicicleta, que é o cavalo urbano, recebe uma versão reduzida da **sela**, que se chama, não por acaso, de **selim**”. O autor sabe como origens etimológicas de termos cotidianos são interessantes e mexem com a curiosidade do leitor, especialmente o leitor de sua coluna – pressupõe-se, um interessado na língua –, de forma que seu narrador se utiliza bastante deste artifício. “Sela” também originou o verbo “selar”. Este é o segundo rio na analogia proposta pelo narrador no início do texto.

Tanto “selo” quanto “sela”, embora sejam de origens diferentes, como apontado por Moreno, vieram a produzir um verbo idêntico, “misturando suas águas” – finaliza a analogia. Seguidor da maior geração de dicionaristas do país, o narrador recomenda: “um bom dicionário, aliás, para seguir a boa técnica, tem a obrigação de abrir dois verbetes, um para cada **selar**, pois se trata de dois vocábulos individuais que casualmente convergiram na mesma forma”. Assim, nesses dois primeiros parágrafos, Moreno dá mostras de que busca trazer a língua ao rés-do-chão, mas sem perder o rigor acadêmico que recomenda Afrânio Coutinho (1996).

Essa introdução se presta a ajudar a solucionar a dúvida de “um ilustre leitor desta coluna (tem nove anos apenas, mas vai completar dez em agosto, o que, ele imagina, vai colocá-lo em outra fase da vida...)”. Provavelmente filho de um amigo pessoal do autor (“da última vez em que conversamos, em um desses churrascos de família”), esse leitor, além de personagem, é o **narratário** de *Velas e velórios*, como ficará mais claro em outros momentos do texto. O mesmo aconteceu na segunda parte de *A logomarca e o ornitorrinco* com a professora Ana Luísa Escorel, que ocupou o lugar de narratário e de personagem. O gracejo com a idade do menino não denota menosprezo acerca de seus anseios, ao contrário. O fato de dedicar uma crônica a ele mostra duas coisas: que Moreno – tanto o autor quanto o narrador – responde todas as perguntas que recebe com atenção; e que o narratário do *Prazer das Palavras* é variável, e constitui um perfil mais amplo do que talvez imaginara o próprio autor quando o limitou em um primeiro momento ao perfil do “leitor médio culto” (MORENO, 2011).

O menino se mostrou insatisfeito com a expressão “ameaça velada”, encontrada em um conto de Sherlock Holmes, “que ele tanto aprecia” – aqui Moreno, que reforça sua familiaridade com o menino, ainda o trata como personagem da narrativa, citando-o na terceira pessoa do singular. Socorrendo-se de sua memória lexical, o menino ponderou logicamente que “velado” deveria significar bem iluminado, já que o termo é tão semelhante a “vela”. E foi além: “não costumamos velar os defuntos? Não ouvia ele o avô se referir seguidamente a lâmpadas de 40 velas, de 60 velas?”

Embora ciências como a Linguística não sejam exatas, o raciocínio lógico é uma ferramenta importante para a boa compreensão de uma língua; o narrador parece apreciar qualquer esforço nesse sentido naqueles que o consultam, mesmo quando a conclusão é equivocada. O tom paternal, ligeiramente afetuoso, que emprega para tratar a dúvida do menino é complementado pela postura professoral, que lhe é peculiar. Os dois, aliás, não são excludentes, como lembra Candido: “os professores tendem muitas vezes a incutir nos alunos uma ideia de falsa seriedade; uma noção duvidosa de que as coisas sérias são graves, pesadas” (CANDIDO, 1992).

Na verdade, a pergunta do narratário exige três respostas diferentes, como mostra o narrador. É retomado o tratamento direto:

Se você está lendo esta coluna desde o início, meu jovem amigo, já deverá ter percebido que a solução do problema foi antecipada pela história dos dois rios que se unem num só. Neste caso, a única diferença é que estamos diante de **três** (e não **duas**) palavras diferentes, de famílias diferentes, oriundas de radicais diferentes, que vou descrever individualmente.

O adjetivo “jovem” elimina quaisquer dúvidas que pudessem pairar sobre a indefinição do narratário nesta crônica. Notamos que o narrador repete três vezes a palavra “diferentes”. Aqui, a redundância é intencional e serve para reforçar que palavras iguais não necessariamente significam a mesma coisa e podem ter origens distintas. Professor, Moreno sabe que a repetição, quando usada corretamente (embora não exclusivamente), é um instrumento didático e pedagógico e bastante eficaz.

O primeiro vocábulo na exemplificação do narrador é o substantivo “vela”, que nomeia o objeto feito “de cera ou de parafina, que acendemos na igreja ou no bolo de aniversário. “Vela” não produz verbo ou qualquer adjetivo derivado.

O segundo vocábulo é “velório”, oriundo do verbo latino *vigilare*; literalmente, “velar”, que significa “vigiar, ficar acordado”. O narrador se socorre de José de Alencar, Machado de Assis e do padre Antônio Vieira (um dos ídolos do autor Moreno) para dar exemplos de frases com o verbo “velar”; geralmente, como já vimos, o narrador lança mão da boa literatura para fundamentar seus argumentos linguísticos, já que para o autor Moreno falta conhecimento acerca da obra de grandes autores a muitos especialistas em linguística. Para o narrador, “o fato de nossa cultura ainda usar velas durante os velórios (há países em que elas são proibidas, por medo de incêndio) é a coincidência que aumentou a confusão entre dois termos, que nada têm a ver um com o outro”, mostrando que as teorias etimológicas mais interessantes nem sempre são verdadeiras.

O terceiro e último vocábulo que guarda semelhança com os demais é o adjetivo “velado”, que tem o sentido de “obscuro, encoberto”, encontrado pelo narratário no conto de Sherlock Holmes

que leu. Aliás, o narrador ressalta que “quando dizemos que as mulheres muçulmanas costumam sair à rua com o rosto **velado**”, este adjetivo é do mesmo campo semântico que encontramos em “ameaça velada”.

Moreno se dirige diretamente ao narratário (“Como você pode ver, caro leitor...”) para concluir que Conan Doyle, criador do personagem Sherlock Holmes, usou a expressão “ameaça velada” corretamente. E finaliza com mais uma curiosidade etimológica: é do radical de “velar” que vem o verbo “revelar”, que dicionários definem primeiramente como “tirar o véu”.

#### 4.2.5. *Deixem nossa língua em paz*

Na última crônica aqui analisada, o narrador investe com energia contra aqueles que se posicionam contrariamente à inclusão de vocábulos estrangeiros na nossa língua. O tema que já havia sido abordado em *O tsunami* é aqui aprofundado devido a eventos recentes: no dia 19/4 a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, por 26 votos a 24, projeto de lei do deputado Raul Carrion, do PC do B, para limitar o uso de palavras estrangeiras no estado. A aprovação se deu quatro dias antes da publicação da primeira parte da coluna, o que mostra uma limitação temporal previamente identificada por Moreno em entrevista para este trabalho. O professor lamenta que em alguns casos, o fato de *O Prazer das Palavras* ser quinzenal impede que ele aborde determinado assunto no momento em que este atrai mais atenção.

Neste texto, Moreno lida com um narratário mais distante e não muito bem definido. A primeira linha, contudo, dá uma pista. Após a epígrafe “Quem poderá nos defender?”, ironizando o assunto principal do texto que só será apresentado no segundo parágrafo, o narrador diz o seguinte: “Quem trabalha na imprensa sabe muito bem que nosso dinheiro ou nossa linguagem são assuntos que sempre mobilizam instantaneamente a atenção do público brasileiro”.

A partir desse parágrafo, podemos inferir duas coisas: que profissionais da imprensa provavelmente constituem boa parte de seu público-leitor, já que trabalham com a língua e precisam constantemente aprimorar suas habilidades gramaticais; e que o narratário deste texto específico pode ser, embora não esteja absolutamente claro, justamente esse leitor que trabalha nos meios de comunicação.

Moreno, como já foi proposto, por todas as idiosincrasias presentes no *Prazer das Palavras* (que não configura um modelo tradicional de crônica cotidiana, como aquelas presentes no corpo do

jornal) tem sim o intuito de doutrinar, de orientar o seu leitor nas questões referentes ao campo em que é especialista, a despeito do que Wellington Pereira (2004) observa como padrão dentro do gênero. O direcionamento, mesmo que discreto, a esse perfil de leitor (jornalistas e comunicadores) é uma poderosa ferramenta de persuasão num tema em que Moreno tenta arregimentar seguidores.

Como ocorreu em *A logomarca e o ornitorrinco*, esta crônica é dividida em três partes. A despeito da polêmica que geram, os assuntos em casos como esse são vistos pelo autor como dignos de reflexão mais aprofundada e, portanto, envolvem uma maior problematização; mesmo que Moreno não escreva no estilo acadêmico e que o *Caderno Cultura* não ofereça o espaço físico adequado para uma discussão de maior envergadura. Pois se *A logomarca e o ornitorrinco* era dirigida principalmente a profissionais da área de comunicação visual (um leitor mais instruído do que aquele inserido no padrão “leitor médio culto”), *Deixem nossa língua em paz* parece ser voltada a profissionais da área do jornalismo – os chamados “formadores de opinião” –, também um perfil mais instruído.

Ao assunto principal: o narrador diz que dinheiro e linguagem são dois temas que rendem a deputados uma exposição jornalística que lhes é muito interessante; o que Moreno chama de “luz fascinante dos refletores”. Para o narrador, esse ímpeto parecia ter arrefecido.

A indiscutível estabilidade do real criado por FHC quase nos fez esquecer a época em que o país trocava freneticamente de moeda, e a aprovação do último Acordo Ortográfico (pífio, é verdade, mas novinho em folha) esfriou, ao menos por alguns anos, qualquer outra proposta de reforma.

Moreno demonstra neste trecho duas coisas: uma simpatia pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – ou pelo menos por essa medida específica –, o que vai ao encontro de uma postura política mais à direita do espectro político já verificada em outros espaços; e uma profunda antipatia pelo Acordo Ortográfico, em vigor desde 2009 (alvo de várias de suas crônicas).

Contudo, “inspirados talvez nos modernos ideais de reaproveitamento e reciclagem”, o narrador aponta sarcasticamente que “alguns políticos ladinos atinaram com outra forma de extrair ouro da mina da linguagem”. A ironia com “reaproveitamento” e “reciclagem” é possivelmente uma alusão aos movimentos ecológicos, que frequentemente batem de frente com posturas mais conservadoras. Um desses “políticos ladinos” é apresentado a seguir: ele se refere, inicialmente a Aldo Rebelo, então deputado do PC do B (hoje ministro dos Esportes no Governo Federal), que apresentara em 1999 um projeto de lei para proteger e defender – ao que o narrador insere, entre parênteses, um ponto de interrogação, sugerindo que a proposta não faz sentido – a língua portuguesa de vocábulos estrangeiros. O narrador relata, com pesar, que o projeto foi aprovado (em

12/12/2007). Isso ocorreu “apesar da condenação que recebeu de **todos** os linguistas deste país”; Moreno destaca “**todos**” em negrito, o que – embora o rigor científico desautorize termos reducionistas – não se trata propriamente de uma generalização irresponsável, pois a linguística prima por ser uma ciência descritiva, que se posta justamente contra medidas prescritivas e impositivas como essa (PETTER, 2010). Também chama a atenção do narrador a “pobreza constrangedora da justificativa apresentada”, pois o deputado se limitou a citar o que Moreno qualifica como “a opinião enviesada” de apenas “um antigo gramático”. Aí podemos observar que a restrição do narrador está expressa tanto no termo “enviesada” (torta, ambígua) quanto em “antigo” – o que não se trata de uma visão discriminatória de Moreno para com os mais velhos, mas sim de um alerta para possíveis conceitos ultrapassados utilizados na defesa do projeto. Para Moreno, sua efetiva adoção é absolutamente inviável e atualmente ele “dorme (...) nas gavetas do Congresso, depois de ter rendido a seu autor uma colossal exposição jornalística”.

Ao relatar que foi procurado à época para dar sua opinião sobre o tema, o narrador interpõe um parêntese que tem papel central no seu ataque à proposta que julga ser autoritária. “Minha explicação era muito simples: grande parte deles tinha caído numa engenhosa jogada de *marketing* (Epa! Bata na boca, seu herege, e troque isso já – **marquetingue**, ou **márquetin**, ou **mercadologia**, sei lá – mas troque!)”.

O tom agressivo assumido pelo narrador ao interpretar um defensor imaginário do projeto tem dois propósitos: qualificá-lo como dogmático e demonstrar o prejuízo que ele pode causar caso seja efetivamente implementado no cotidiano. Moreno mostra como alguns termos estrangeiros como *marketing* estão enraizados no Português e não constituem ameaça, pelo contrário; de certa forma já foram incorporados à língua portuguesa e ajudam a enriquecê-la.

A Ilustração de Edu Oliveira na primeira parte de *Deixem nossa língua em paz* reforça a opinião do narrador de que o projeto é despótico. Ela mostra uma figura militar severa vestindo trajes verdes, brandindo um dedo impositivo e rilhando os dentes, enquanto lê um livro que, pelo que sugere a imagem, contém normas rigorosas que deverão ser implementadas à força. Tanto o livro quanto o boné do homem são adornados com uma estrela vermelha, que é um dos símbolos do comunismo; o motivo da alusão a uma figura comunista é claro, já que tanto Rebelo quanto Carrion, criadores dos projetos atacados na crônica, são membros do PC do B – e regimes comunistas são conhecidos por seu caráter rígido e doutrinário. A sombra formada pelo homem está de ponta-cabeça, sugerindo que projetos de lei contra palavras estrangeiras são, como a imagem, incoerentes.

Voltando ao cerne da argumentação, para o narrador, a expressão “defesa da Língua Portuguesa”, motivo alegado por Aldo Rebelo para justificar seu projeto, “escondia um sutil truque

de lógica, uma ‘petição de princípio’, porque pressupunha como fato indiscutível que ela estivesse sendo ameaçada”. Moreno afirma que isso não ocorria (e não ocorre); a língua não está ameaçada porque os vocábulos estrangeiros foram adotados pelos próprios falantes do português, que viram (e veem) neles a oportunidade de enriquecer seu vocabulário e expressar “nuanças de significado que os nossos (vocábulos) não conseguem transmitir”. No entanto, a ideia de ameaça serviu para atrair simpatizantes à causa de Rebelo.

No quarto parágrafo da primeira parte, o narrador fala da notícia recente referida no início desta análise: o projeto de lei “do mesmo calibre” – em claro tom depreciativo –, desta vez em nível estadual, proposto pelo deputado Raul Carrion, “prometendo novamente aquilo que ninguém está autorizado a fazer: ‘defender’ a Língua Portuguesa do mau uso que seus falantes fazem dos vocábulos de origem estrangeira – em outras palavras, defender os falantes daquilo que eles mesmos resolveram fazer”. Neste último trecho, Moreno deixa claro; a língua não precisa de defesa, e seus falantes são soberanos para se expressarem da maneira que desejarem. Se alguns elementos porventura forem incorporados de maneira inadequada, a língua tem mecanismos próprios – e naturais – para descartá-los ou substituí-los.

Para surpresa do narrador, como também já foi referido aqui, o projeto foi aprovado, “numa decisão que não honra a tradicional qualidade da Assembleia gaúcha”. Moreno qualifica o projeto como “equivocado”, pois “se baseia no princípio ingênuo de que os vocábulos estrangeiros são usados por razões fúteis, quando haveria em nosso léxico vocábulos legitimamente vernáculos que poderiam cumprir o mesmo papel”. Há muito tempo as línguas se socorrem de outros idiomas para complementar seus vocabulários. A lista no Português é extensa, e não se limita apenas aos modernos *shopping*, *internet* e *playground*; “maionese”, “garagem”, “túnel” e uma infinidade de outros termos vêm de línguas estrangeiras e já foram incorporados ao nosso idioma sem maior resistência (com a exceção, é claro, de figuras como o dr. Castro Lopes, analisado em *O tsunami*).

Para classificar o projeto como “autoritário”, o narrador se socorre do Direito:

a liberdade de expressão proclamada por nossa Constituição e pela Declaração dos Direitos do Homem implica para cada cidadão o direito de escolher os termos que julgar mais adequados para expressar seu pensamento – e nenhuma lei poderá proibir que ele resolva fazer isso usando vocábulos estrangeiros, expressões regionais, gírias ou até mesmo formas condenadas pela língua culta padrão.

Por fim, Moreno lembra que o PC do B, ao defender esse tipo de lei, cai em forte contradição. O Partido Comunista do Brasil, para o narrador, ignora que projetos semelhantes vicejam nos programas de partidos de extrema-direita na Europa.

Na segunda parte da crônica, Moreno expõe outra epígrafe, desta vez de Mario Quintana: “Os bons velhos tempos? Mas os tempos são sempre bons, a gente é que não presta mais!”. A frase do poeta gaúcho se presta a introduzir a ideia de que a língua não está em decadência, mas que os seus falantes acabam muitas vezes por deturpá-la.

Sem se deter propriamente no projeto de lei em si, o narrador procura nesta segunda parte aprofundar a questão da língua portuguesa e sua suposta decadência – um dos prováveis motivos do sucesso por trás dos projetos. Deixa claro, busca fazer isso por meio do debate e da argumentação:

Ora, como não sou daqueles que procuram encerrar a discussão na base do grito e da carranca, brandindo o diploma como se fosse um porrete – a famosa cacetada do *argumentum baculinum* –, vou explicar por que tachei o projeto de equivocado e de autoritário.

*Argumentum baculinum*, em latim, significa “o argumento do porrete”; ou seja, o uso de ação coercitiva para se atingir um objetivo. Notamos que aqui o narrador retoma o tom didático e mais conciliador empregado em outras de suas crônicas.

A primeira razão apontada por Moreno é justamente a de que o Português não está em decadência. Embora reconheça que a ideia central do projeto é sedutora, “pois vem ao encontro daquela sensação difusa, compartilhada por grande parte dos falantes, de que algo precisa ser feito para evitar, ou ao menos refrear, a degradação que parece ter atacado nosso idioma”, ele reitera que esse pressuposto é falso. O narrador vai além; ele assegura “que a história dessas mudanças sempre apontou para o aperfeiçoamento, não para o declínio” da língua. Moreno afirma que a dificuldade dos mais jovens em se expressar, devido ao seu vocabulário reduzido, não é decorrência da adoção de palavras estrangeiras e tem raízes em problemas mais sérios, como a defasagem na nossa educação, que exigiriam “uma mudança radical de atitude e de política cultural, cem vezes mais profunda que essa constrangedora leizinha, tão inócua quanto clister em defunto”. A metáfora utilizada pelo narrador, comparando a lei à administração de um medicamento em um cadáver, se alia aos adjetivos “constrangedora” e “inócua” para desqualificar completamente aquilo que o ele chama, pejorativamente no diminutivo, de “leizinha”.

“Nossa língua não é autossuficiente” é a segunda razão dada por Moreno. Outros idiomas têm palavras que o nosso não tem, afirma o professor, daí a necessidade de importá-las. “Assim como os navegantes do Renascimento iam às Índias para comprar a pimenta e a canela que não vicejam na Europa”, compara didaticamente o narrador, uma língua busca em outros idiomas palavras que não tem para expandir seu léxico. Para isso, há lugares específicos para a proliferação de determinados vocábulos. “Tobogã, iceberg, esqui, trenó e iglu só poderiam vir de culturas com

neve, frio e gelo”; é perfeitamente comum, pois, que o Português se socorra dessas culturas para importar essas palavras específicas, já que os países lusófonos não estão acostumados com frios extremos. E continua:

Batique, sarongue, sagu e orangotango têm a marca do Oceano Índico. Soprano, maestro, piano, sonata, virtuoso vêm da musicalíssima Itália. Agora que vivemos a extraordinária revolução introduzida pelo computador e pela internet, importamos do Inglês. É simples assim.

Finalmente, a terceira razão fornecida pelo narrador é dotada de humor: “A língua não interrompeu sua evolução só porque eu nasci”. Apelando para o bom senso do narratário, Moreno pede que não prevaleça um caráter narcisista e egocêntrico nas opiniões referentes a um bem público e comum como a língua. Reitera, ainda, a ideia de que uma língua muda, evolui, incorpora novas palavras e descarta outras. A língua é maior que os seus falantes e não pode corresponder às vontades de cada indivíduo. “Ora”, avalia o narrador, convidando o narratário a uma reflexão mais ponderada, “como eu passo e a língua fica, não tenho o direito nem a capacidade de decidir quais destas palavras estrangeiras que andam por aí terminarão sendo aceitas pelo idioma”. Para Moreno, é impossível determinar quais são os estrangeirismos **consagrados** (destacado no texto em negrito), como prevê tanto o projeto de Aldo Rebelo quanto o de Raul Carrion – embora aqui o narrador se refira ao “projeto”, não deixando claro a qual se refere. Isto significaria que aqueles vocábulos estrangeiros que chegaram à língua “antes de mim tiveram a sorte de conquistar a nacionalidade brasileira, enquanto os novos – isto é, os que agora tentam ingressar em nosso território – chegaram tarde demais e devem sofrer os rigores desta nova lei...”, afirma ironicamente o narrador, visando a demonstrar o quão injusta – e de difícil aplicação – ela é.

Por fim, o narrador relembra o dr. Castro Lopes, que era contra o “depravado gosto de enxertar na língua portuguesa palavras de idioma estrangeiro”. Ao recuperar a polêmica figura, Moreno mostra o quanto essa tendência de hostilizar palavras novas é antiga, e o quanto ela pode ser retrógrada. O narrador lembra ainda que algumas das palavras que ele condenou realmente foram abandonadas, mas outras – “massagem, turista, engrenagem, carnê, greve, envelope, elite, creche, etiqueta, ateliê e líder” – foram adotadas definitivamente e hoje convivem com as palavras “nativas” de nosso vocabulário pacificamente.

Na terceira parte da crônica, como nas duas anteriores, Moreno abre com uma epígrafe, que ao contrário das outras não tem propósitos humorísticos: “Os estrangeirismos são judeus da linguagem”. O autor é o teórico alemão de origem judaica Theodor Adorno, expoente da Escola de Frankfurt. O tom pesado da frase, que remete à perseguição aos judeus – e possivelmente ao

Holocausto, do qual Adorno logrou escapar – dá mostras ao narratário de como Moreno vê o tratamento dispensado aos vocábulos estrangeiros e sugere que neste fragmento encontraremos um narrador mais voltado a questões políticas.

O narrador, se dirigindo diretamente ao narratário – com direito a um “vocês, caros amigos”, aparentemente desprovido de ironia –, diz ter “quase certeza – a julgar pelas declarações em *off* de assessores do Piratini – de que a malparida lei contra estrangeirismos já terá sido vetada pelo governador Tarso Genro” quando sua coluna estiver sendo lida. Moreno revela neste trecho ter revelações dos bastidores da avaliação do projeto de Raul Carrion, que ele desqualifica incisivamente com o adjetivo “malparida”. Na verdade, o projeto teve veto parcial do governador; Tarso sancionou apenas o artigo 2º do projeto de lei, determinando que os órgãos, instituições, empresas e fundações públicas priorizem, na redação de documentos oficiais, sítios virtuais, materiais de propaganda e publicidade, ou qualquer outra forma de redação institucional, o uso da língua portuguesa<sup>17</sup>, o que não deve gerar consequências práticas maiores. O grau de incerteza expressado pelo narrador se deve a um fato informado por ele próprio na sequência do texto: *Deixem nossa língua em paz (3)*, publicada no dia 21/5, foi escrita na terça-feira anterior, dia 17/5; isso acontece com frequência, já que a página do *Caderno Cultura* precisa ser diagramada com antecedência maior em comparação a outras seções do jornal.

Mesmo diante da quase certeza quanto ao veto, que na prática ocorreu, Moreno diz que vai manter sua promessa e mostrar por que considera o projeto autoritário, de forma que este alerta “sirva de vacina para nos imunizar, por muito tempo, contra aventuras semelhantes”. A utilização dos termos “imunizar” e “vacina” relacionam o projeto a algo nocivo, uma doença que precisa ser tratada, mas que pode voltar. O fato de ser o seu alerta um potencial antídoto demonstra que o narrador sabe que sua opinião é importante e reconhecida em assuntos como esse.

Para o narrador, todo purismo, que é de certa forma o que propunham os projetos, tem cunho fascista. E indica o que, segundo ele, pode vir a ser uma perigosa sequência de atos autoritários: “É assim que as coisas começam: apontar estrangeiros, limpar, expurgar – tudo isso em nome de uma pureza linguística; depois vem a limpeza étnica; depois, a ideológica. Nós já vimos este filme”.

Regimes totalitários como o nazismo e o fascismo, que afrontaram democracias por décadas na Europa, tinham como principal vetor ideológico um forte nacionalismo. Quando Rebelo e Carrion criaram seus projetos, estava implícita a ideia de defesa da língua enquanto símbolo da identidade nacional. Embora haja exagero quando o narrador sugere que tal se assemelha ao início de um regime totalitário, realmente há paralelos entre o discurso nazista, por exemplo, que

---

17 Informação disponível no site: <http://www.radioguaiba.com.br/Noticias/?Noticia=294777>

identifica judeus como elementos nocivos à pureza ariana, e a alegação de que palavras estrangeiras não são bem vindas e não devem mais ser aceitas em nosso léxico.

“Na Itália de Mussolini”, diz Moreno, “a Academia desencadeou uma campanha ‘purificadora’ do italiano, publicando listas periódicas dos vocábulos que deveriam ser banidos”. O mesmo aconteceu na Espanha do ditador Francisco Franco e, para a surpresa do narrador, na França em 1990, com a lei Tourbon, associada a políticos de extrema-direita como Jean-Marie Le Pen. Movimentos semelhantes acontecem na Alemanha (apoiados “pelos velhos partidários do nacionalismo”, diz Moreno), e tanto no Irã de Ahmadinejad quanto na “China do capitalismo sem sindicatos”. Dessa forma, o narrador recorre a uma visão histórica para demonstrar que o contexto político-social de determinado país, do qual a língua é tributária, influencia fortemente também a maneira com que as pessoas se comunicam.

Essencialmente liberal, o narrador afirma que não cabe a ninguém “se arvorar juiz de seus semelhantes”. Gostos pessoais não devem, segundo Moreno, sobrepujar a liberdade de expressão, como diz neste trecho bem humorado, mas bastante revelador do seu modo de pensar:

“mas o senhor não acha ridículo usarem *sale* em vez de liquidação?”, pergunta uma leitora, num tom que chega a sugerir que ela está perdendo a paciência comigo. Acho, madame – assim como acho ridículo organizar uma festa caríssima para comemorar o aniversário do cachorro ou escolher a data da cesariana para que o nenê nasça dentro do “signo certo”. Acho errado, ridículo e muito mais – mas os outros nada têm a ver com a minha opinião.

Aqui, ele faz brevemente da leitora que lhe enviou a pergunta o seu narratário, como já vimos em outros momentos de sua crônica. Tratando-a ironicamente por “Madame”, Moreno usa uma forma pouco coloquial de se dirigir às pessoas (ao menos cotidianamente), adotando um tratamento cheio de pompa e pouco espontâneo, provocado pelo próprio narratário, ao usar em sua pergunta um tom quase agressivo. Após se dirigir ao narratário de forma apaziguadora, o narrador revela seu posicionamento pessoal acerca do assunto, o que confere ainda mais credibilidade ao seu argumento, já que está defendendo algo de que discorda. Até porque, como ele próprio diz, argumentos bem embasados são mais importantes do que opiniões.

Insistindo em sua franqueza, Moreno convida o narratário a concordar que não são todos os termos estrangeiros que causam desconforto, mas sim os do inglês. “(...) os que vêm do francês, do espanhol, do italiano, do russo ou das línguas da Ásia não chamam atenção e não dão brotoeja. O que nos incomoda são os que vêm do inglês”. Isso ocorre principalmente, aponta, devido à ampla influência cultural que os Estados Unidos, maior potência econômica do mundo, exerce não apenas sobre o Brasil, mas sobre a grande maioria dos países no mundo. No entanto, diz o professor, “trocar um vocábulo inglês por um equivalente nacional em nada vai reduzir o imperialismo

cultural a que estamos submetidos”. E faz um gracejo com uma data festiva estadunidense:

Chamar o **Halloween de Festa das Bruxas** (ou **Bailanta do Bruxaredo**, para quem prefere uma dicção mais gaudéria) não vai diminuir o mal-estar que sinto diante da adesão cada vez maior de nossas crianças a esta festa completamente exótica à nossa cultura, que nem ao menos tem a atenuante de incluir, entre suas figuras, o Saci, o Boitatá, o Curupira e a Mula-sem-Cabeça.

Dessa forma, o narrador observa que pior que a adoção de termos em inglês é o culto a uma tradição pouco identificada com a cultura brasileira, o que denota desconhecimento acerca do nosso próprio folclore. Moreno alega que, por conta de um pensamento politicamente correto, a preocupação de banir estrangeirismos retrata uma falsa lógica. Para o narrador,

o certo é “Liberte sua mente, que o resto vem atrás (inclusive a linguagem)”, e não “Liberte sua linguagem, que a mente vem atrás” (não é por acaso que o lema daquela campanha anti-homofóbica dos EUA era “*Free your mind and your ass will follow*”, e não o contrário, como alguns marotos sugeriram – e só não traduzo porque pode haver crianças na sala).

Além da mensagem em si, a referência à campanha estadunidense contra a homofobia tem o objetivo de, além de fazer rir, mostrar ao narratário que posturas preconceituosas e conservadoras muitas vezes andam juntas. Ao não traduzir a expressão em inglês (literalmente: “liberte sua mente, que sua bunda vem atrás”, mote da campanha que tinha claro objetivo de chocar a parcela mais conservadora da sociedade daquele país), Moreno ou conta com um conhecimento prévio do já tão difundido idioma por parte do narratário, ou deseja usar o trecho para fazer o comentário jocoso que vem a seguir.

De qualquer forma, de acordo com o narrador, esta lei não alcançaria o objetivo desejado se fosse aplicada. O problema, exemplifica, não é utilizarmos todo o vocabulário do inglês para o jargão computacional, mas sermos submetidos comercialmente à tecnologia produzida nos EUA neste setor – e critica a Argentina, que, como outros países, prima por traduzir praticamente todo conteúdo estrangeiro com termos próprios e genuinamente espanhóis: “trocar **mouse** por *ratón*, como fazem os argentinos, não é motivo para orgulho nacional, se continuarmos a utilizar este dispositivo para navegar nas ondas do Windows, da Microsoft Corporation”. Ao usar o termo navegarmos, na primeira pessoa do plural, Moreno convoca o narratário, inferindo que não se refere somente aos argentinos, mas também a nós, brasileiros, que poderíamos experimentar situação semelhante à de nossos vizinhos caso uma dessas leis fossem aprovadas. O narrador parece sugerir ao narratário, no último parágrafo analisado neste trabalho, que uma língua só será relevante internacionalmente quando seu país for relevante política e economicamente, e não através de leis orientadas por princípios autoritários.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos nove crônicas de Cláudio Moreno, divididas em cinco assuntos, coletadas de janeiro a maio de 2011, que constituíram o nosso *corpus* de pesquisa. O *corpus* corresponde às primeiras nove crônicas de Moreno no ano e foram escolhidas a partir dos temas abordados, polêmicos em sua maioria, o que favorece a presença de um narrador firme.

O fato da crônica *O Prazer das Palavras* estar situada no *Caderno Cultura*, o suplemento cultural de Zero Hora, é preponderante para o desenvolvimento de um texto mais crítico e reflexivo como é o de Moreno. A crônica, vimos com Candido (1992) e Pereira (2004), tradicionalmente configura um espaço de leveza e descontração que, se por um lado contrapõe a seriedade do jornalismo noticioso, se situa próxima deste e muitas vezes trata do mesmo objeto. Crônicas em suplementos culturais trazem outra formatação. Não têm a preocupação com atualidade que caracteriza os textos dos mais diversos gêneros presentes no corpo do jornal, mesmo os ensaísticos.

De maneira geral, até pela ligação umbilical que tem com os gêneros informativos, Wellington Pereira (2004) disse que a crônica não deve ter como objetivo doutrinar o leitor; principalmente devido a sua forma “despretensiosa, próxima da conversa e da vida de todo dia”, como identificou Davi Arrigucci Jr. (1987, pg. 51). Mesmo tendo essas características, a crônica de Moreno tem sim tom didático e, portanto, o objetivo de instruir seu leitor. Moreno, afinal de contas, é um professor e escreve como tal, de maneira que constrói seu narrador como uma figura que ensina, aponta erros e, portanto, doutrina.

Por meio de comparação com outros suplementos, com destaque para aqueles surgidos a partir da segunda metade do século XX, pudemos verificar que o *Caderno Cultura* de Zero Hora tem algumas diferenças em relação aos suplementos culturais pioneiros no Brasil. Cadernos como o *Suplemento Literário*, do Estado de S. Paulo; o *Suplemento Dominical*, do Jornal do Brasil; e o próprio *Caderno de Sábado*, do Correio do Povo, eram espaços maiores, que primavam pela leitura de fôlego, com conteúdo literário e artístico mais aprofundado. Isso se verifica no *Caderno Cultura* de maneira muito mais diluída; a própria crônica de Moreno, embora seja um espaço de debate e reflexão, é fisicamente limitado para fazê-lo mais amplamente. Como constataram Golin e Cardoso (2010) em relação aos suplementos em geral, a permanência de um caderno semanal como esse em Zero Hora parece configurar um jogo de prestígio mantido tanto pelos que o fazem, que se apropriam de certas assinaturas para se legitimarem; como pelos especialistas e artistas que ganham um espaço considerável para escrever; quanto, finalmente, pelo leitor, que desfruta desse espaço voltado a textos mais densos e que, portanto, se dirige a um consumo diferenciado – razão pela qual

esses suplementos encontraram seu lugar nas edições de sábado e domingo dos grandes periódicos.

De qualquer forma, o professor parece ter se encontrado como cronista. Nesses dez anos em que ocupa esse espaço, ele demonstra ter plena compreensão do papel da crônica enquanto produto jornalístico e do lugar que ela ocupa na mídia impressa. Moreno parece saber que o papel que exerce por meio de seus espaços midiáticos lhe confere o poder inerente aos meios de comunicação, o poder de se fazer ouvir e de influenciar. Se não é jornalista, mostra ter preocupação com elementos genuinamente jornalísticos, como o fato de sua coluna ser apenas quinzenal, o que por vezes o deixa fora de grandes discussões em sua área – principalmente quando estas acontecem pouco depois da última edição d'*O Prazer das Palavras* ter sido publicada.

Ao longo de sua trajetória como professor, como foi mostrado no capítulo 3, ele precisou encontrar uma maneira de transmitir um conhecimento especializado, às vezes flertando com o erudito, aos mais diferentes tipos de público. Suas experiências em diferentes ambientes de ensino lapidaram suas habilidades comunicativas – Moreno deu aulas, por exemplo, na UFRGS e no cursinho Unificado (o que faz até hoje). Nestes diferentes ambientes aprimorou sua retórica e técnica didática de forma a se tornar um mediador muito capaz. Essa mediação, como ele próprio destacou, muitas vezes se dá entre a alta cultura e um público médio; seja em suas aulas ou nas crônicas, Moreno frequentemente lança mão de termos latinos, contos de mitologia grega, e obras de grandes mestres da língua portuguesa como forma de captar a atenção de seu interlocutor. Acostumado a ser referido como argumento de autoridade, o professor sabe que um discurso fundamentado com exemplos de Eça de Queirós, Machado de Assis e Antônio Vieira ganham muito não apenas em elegância, mas principalmente em autenticidade.

Sabedor das dificuldades de uma abordagem acadêmica rigorosa, Moreno visa em seu texto a traduzir teorias para uma linguagem simples e cotidiana. Nesse aspecto, mesmo com todas as características que a diferencia das demais, a crônica de Moreno foge de um formato pretensioso e grandiloquente; ela se aproxima do padrão de leveza identificado neste gênero por Antonio Candido (1992) e o capacita a levar seu assunto, a língua, ao rés-do-chão.

Foram identificadas no capítulo 4 algumas das estratégias utilizadas pelo autor na aproximação com o seu leitor. O narrador Moreno, que prima por uma linguagem simples e direta, não abre mão de tom firme e professoral. Demonstra o tempo todo sua autoridade e, por isso, impõe sua opinião nos assuntos que dizem respeito à língua. É um narrador controlador e presente, muitas vezes flertando com uma abordagem prescritiva; contudo, tenta ao máximo equilibrar essa postura com uma visão descritiva acerca dos fatos linguísticos que permeiam as questões que analisa. A linguística é, afinal, uma ciência eminentemente descritiva, como bem observou Margarida Petter (2010). Cabe ao linguista observar os fenômenos da língua de forma a descrevê-los, sem rotular

uma determinada maneira de falar como certa; até porque se há uma maneira certa, podemos pressupor que há tantas outras “erradas”. Contudo, o professor lembra que esta postura muitas vezes não é a mais adequada em sala de aula – ou numa crônica em que os leitores buscam um posicionamento firme e até mesmo categórico. Moreno flerta com as duas abordagens e por vezes entra em contradição, mas principalmente porque procura avaliar qual é a postura mais adequada em determinado caso.

Considerando-se que muitas das crônicas se originam de dúvidas enviadas por leitores, pudemos observar que o narratário em *O Prazer das Palavras* não é fixo. Moreno identificou seu leitor pretendido como o “leitor médio culto”; pressupõe-se, um leitor razoavelmente culto, instruído o suficiente para entender suas referências e a maior parte de seus gracejos e ironias. Notamos que a primeira crônica, *A logomarca e o ornitorrinco*, é claramente voltada aos profissionais que trabalham com comunicação gráfica, já que está em questão a existência do termo “logomarca”, tão conhecido por esse segmento. O narratário, em dado momento, chega a ser a própria Ana Luiza Escorel, autora de importante obra na área de design, que questiona “logomarca” e é referida diretamente pelo narrador. Por meio de ironias e argumentos linguísticos, Moreno confronta a autora e questiona suas convicções.

Na segunda, *Literalmente*, o narrador se mostra mais normativo que de costume. Condena a significação distorcida do termo que se popularizou e afirma que este – a menos que haja um maior cuidado por parte dos falantes no momento de empregá-lo – caminha a passos largos para se tornar inútil.

Em *O tsunami*, a terceira crônica, o narrador recupera a figura quase folclórica do Dr. Castro Lopes, inimigo ferrenho dos estrangeirismos, para convocar o narratário a uma importante reflexão: a língua tem nos neologismos importante instrumento de renovação e ampliação de seu léxico. Moreno ainda vem a aprofundar essa questão na última crônica.

A quarta, *Velas e velórios*, talvez seja a mais importante para analisar a relação narrador/narratário. Aqui, o papel de ambos está muito claro, com equivalentes bem definidos no não-texto. O narrador Moreno, professoral, paciente, explica ao narratário (versão “de papel” para um conhecido seu que está prestes a completar dez anos) as nuances envolvidas na formação de novos vocábulos. Se utilizando de termos simples, usando como referência radicais latinos e exemplificando com grandes nomes da nossa literatura, o narrador não apenas responde a dúvida de seu narratário como satisfaz curiosidades etimológicas em palavras usadas por nós cotidianamente.

A quinta e última crônica se divide em três momentos bastante distintos. Tendo como narratário um público ligado à comunicação, Moreno praticamente constrói três narradores diferentes. O da primeira parte, severo, faz uma crítica feroz à lei que buscava restringir o uso de

palavras estrangeiras no Rio Grande do Sul. A despeito da postura enérgica, cabe lembrar que aqui o narrador defende uma postura descritiva, no sentido de que é impossível impor aos falantes qualquer tipo de restrição no uso de estrangeirismos. No segundo fragmento, mais calmo, Moreno avisa seu narratário já no início do texto que pretende contribuir para a discussão de maneira racional e ponderada, expondo argumentos e se mostrando aberto ao debate. Já no terceiro trecho, o narrador alterna uma postura grave e cautelosa – com a qual alerta para os riscos de tal projeto de lei – com outra mais bem humorada – que usa para ironizar a indignação de uma leitora e escrever de maneira mais despojada.

O humor, aliás, é traço marcante de suas crônicas. Por meio de ironia e sarcasmo, o narrador lança mão deste artifício mesmo em situações tensas; sem, é claro, deixar seu objeto de lado. O humor é ferramenta auxiliar nas crônicas de Moreno. Muitas vezes é usado para suavizar uma crítica que, sem ele, talvez se tornasse severa demais.

Outro artifício que observamos ser bastante utilizado pelo narrador é o tratamento direto ao narratário, que visa a aproximar o leitor do texto. É comum encontrarmos no texto de Cláudio Moreno palavras e expressões como “você”, “nós” e “caro leitor”. Isso, disse o autor, é premeditado e usado como estratégia comunicativa por um cronista que, quinzenalmente, convida seu leitor a encontrar um pouco de prazer na língua que falamos diariamente.

## REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: \_\_\_\_\_. **Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

CARDOSO, Everton Terres. **Enciclopédia para formar leitores – A cultura na gênese do Caderno de Sábado do Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1969)**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 13-52.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: \_\_\_\_\_. et.al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1971. p. 105-128.

CRESTANI, Jaqueline. **NARRAÇÃO E JORNALISMO – O narrador na esquina de *piauí***. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: \_\_\_\_\_ e BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

FREITAS, Ana Laura Colombo de. **Um intelectual na imprensa: uma análise da coluna *Música*, de Celso Loureiro Chaves, no caderno Cultura do jornal Zero Hora**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GOLIN, Cida e CARDOSO, Everton Terres. Jornalismo e a representação do sistema de produção cultural: mediação e visibilidade. In: BOLAÑO, César, GOLIN, Cida e BRITTOS, Valério (Orgs.). **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/Unisinos; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010.

JACOBUS, Rodrigo. Um nobre bufão no reino da grande imprensa: a construção do personagem

Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário A Manhã (1926-1935). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

KELLER, Sara. Retratos da vida cultural no Rio Grande do Sul: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno *Cultura* de Zero Hora. Projeto de qualificação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. **O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 209-223.

MORENO, Cláudio. *O Prazer das Palavras*. Porto Alegre, 2011. Entrevista concedida ao autor em 6/7/2011 e 1/11/2011.

\_\_\_\_\_. **A logomarca e o ornitorrinco [1]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 15/01/2011.

\_\_\_\_\_. **A logomarca e o ornitorrinco [2]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 12/02/2011.

\_\_\_\_\_. **A logomarca e o ornitorrinco [conclusão]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 26/02/2011.

\_\_\_\_\_. **Literalmente**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 13/03/2011.

\_\_\_\_\_. **O tsunami**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 26/03/2011.

\_\_\_\_\_. **Velas e velórios**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 09/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Deixem nossa língua em paz [1]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 23/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Deixem nossa língua em paz [2]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 07/05/2011.

\_\_\_\_\_. **Deixem nossa língua em paz [3]**. Zero Hora, caderno Cultura, Porto Alegre, 21/05/2011.

PEREIRA, Wellington. **Crônica: a arte do útil ao fútil: ensaio sobre a crônica no jornalismo impresso**. Salvador: Calandra, 2004.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua e linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

RÁDIO GUAÍBA. Confirmado veto parcial de Tarso a projeto que coíbe estrangeirismos. Disponível em <http://www.radioguaiba.com.br/Noticias/?Noticia=294777>. Acesso em 19/10/2011.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Narratologia**; 7ª ed. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2007.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**; 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SANSEVERINO, Antônio. **Entre o arcaico e o moderno**: a crônica de Machado de Assis e João do Rio. In: Conexão (Caxias do Sul), Caxias do Sul-RS, v. 1, n. 2, 2002. pg. 35-54.

SUA LÍNGUA. O autor. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/sobre-o-autor/>. Acesso em 10/08/2011.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal** – os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

## ANEXO A – Entrevista com Cláudio Moreno

Entrevista com o professor Cláudio Moreno, autor da coluna *O Prazer das Palavras*, conduzida em dois momentos, nos dias 6/7/2011 e 1/11/2011. Ambas ocorreram no Curso Pré-Vestibular Unificado, situado na Avenida Alberto Bins, nº 467.

Pedro Heberle – De acordo com Wellington Pereira, há na crônica uma ruptura com o resto do jornal, e essa ruptura fica ainda mais evidente no tipo de crônica que o senhor escreve, no espaço que o senhor escreve, o espaço de tensão que é o caderno Cultura. Para quem, afinal, o senhor escreve?

Cláudio Moreno – Eu escrevo para o leitor médio culto. No Guia Prático do Português Correto, aquela seriezinha da LP&M, eu escrevi na apresentação que escrevo para explicar as coisas como eu gostaria que tivessem me explicado quando eu era criança, quando eu era aluno. Então é, para começar, para quem se interessa por Português. E ela é muito lida! Muito mais lida que eu pensava... o que leem essa coluna é impressionante, porque há uma preocupação com a língua portuguesa. Mas por isso eu fiz questão de colocar “O Prazer das Palavras”. É uma espécie de diálogo com o público que se diverte com as palavras, que tem prazer com elas.

PH – Por “muito mais gente” o senhor quer dizer que o público médio culto é maior que o senhor pensava ou não só ele...

CM – Não! O cara que arrumava as garrafas de vinho no supermercado me disse “o senhor não é aquele que escreve na Zero Hora? Eu leio muito a sua coluna”. Também porque eu escrevo em um estilo que não é o acadêmico. A minha tese de doutorado, depois que eu defendi, eu nunca mais abri e nunca mais vou abrir. Eu odeio aquela tese. A linguagem é toda uma tensão de proposições e hipóteses que é ilegível; enquanto isso, esse (Crônica) é um texto que é para ser lido. [retoma] Se não der prazer na hora de escrever, não dará prazer ao leitor na hora de ler. É uma espécie de divertimento culto. Como é a do Celso Loureiro Chaves também. Ele não está dissertando sobre música, ele não está escrevendo para seus pares, para maestros... Claro ele não tem essa comunicação que eu tenho com o jovem, como a que aparece aqui [no cursinho Unificado, local da entrevista, do qual Moreno é proprietário e onde leciona].

PH – O senhor acha que isso aparece na crônica?

CM – Ah, claro, uma certa irreverência. Eu tenho uma posição que ele não tem e que o Luft não

tinha; eu sou mau, eu tenho um inimigo. Tem vezes que eu tô botando direto no rabo de alguém. Tem alguma coisa ali que faz alguém chiar. Dizem “Putz, fiquei puto com a tua crônica”... Bom, sinto muito.

PH – O senhor vem escrevendo essa coluna há algum tempo. Desde quando vem o seu relacionamento com a imprensa, seja em participações em TV, que o senhor eventualmente faz, ou com sua própria coluna?

CM – Bom, isso é uma coisa muito pessoal, é um desenvolvimento muito pessoal. Eu tinha, vamos dizer assim, um bloqueio na minha vida, eu quase não escrevia o ano inteiro e quase não publicava. E aí eu fiz uma terapia, mudou minha vida [em tom casual]... uma coisa fundamental. E aí, de repente, isso faz uns dez anos, comecei a escrever e não parei mais; na Superinteressante, na Mundo Estranho. Aí a Cláudia Laitano, que é a editora geral do *Caderno Cultura*, sugeriu que eu fizesse uma crônica sobre Português e uma outra sobre mitologia. Ela disse “será que tu vai aguentar duas?”, eu disse “aguento!” e aí eu comecei a escrever. E isso me obriga a escrever, o que é muito bom; eu tenho que entregar, de 15 em 15 dias, uma crônica.

PH – Mas como o senhor viu essa ideia inicialmente?

CM – Começou assim: foi quando lançaram o Houaiss, em 2000. A Cláudia Laitano foi minha aluna na FABICO. Ela disse: “Moreno, tu podes analisar o Houaiss?” e aí eu comecei a descrever e saiu um artigo de página dupla, gigantesco, “Sai Aurélio, entra Houaiss”. Tá no meu site, inclusive. Aí ela disse “bah, é assim que eu queria que escrevessem sobre Português!”. Eu tinha, e até hoje tenho, esse tributo ao [gramático Celso Pedro] Luft, que tinha uma crônica chamada O Mundo das Palavras, que ele escreveu durante dez anos diariamente. Foram cerca de 3600 colunas. Só que ele era técnico. Por isso que eu mudei – a minha é O Prazer das Palavras – ele era um *gentleman* e jamais faria essas palhaçadas. Logo em seguida ela me convidou para escrever, isso já deve fazer mais ou menos uns oito anos.

PH – O senhor não é jornalista mas ocupa um espaço jornalístico considerável. Mas, imagino, o senhor não se considera jornalista.

CM – Não, claro que não. [enfático]

PH – O senhor é professor, sempre foi professor, e nós notamos, eu e minha orientadora – em momentos diferentes tivemos a mesma impressão – que a sua crônica tem um tom didático. Ela seria uma maneira do senhor dar aula?

CM – Sim, no meu site eu botei, não sei se foi no meu currículo, que eu estudei a vida inteira em escola pública. Toda a vida. Clube Escolar, Instituto de Educação, Aplicação... meu pai nunca pagou colégio, nem poderia. Então eu tenho uma dívida; eu me sinto em dívida. Eu sou professor de Português e uma das poucas vozes que ainda não se calaram; ou porque morreram, ou porque desistiram. Então eu devolvo, tanto que meu site é de graça, e na verdade eu estou tentando ser uma voz que transmita para essa população uma mensagem de professor, claramente de professor. Muitas vezes até tá disfarçado, mas eu tô sempre dizendo “olha é assim, não é assim”, estou corrigindo os excessos de alguns colegas de São Paulo que dizem como tem que ser. Como no caso da logomarca, tem gente cagando regra aí uma barbaridade.

PH – Sem a competência devida.

CM – Depois eu descobri que essa professora [Ana Luísa Escorel, referida na crônica *A logomarca e o ornitorrinco*] é irmã do Antônio Candido. Então disseram “Óóó...” [simula espanto]. Quanto mais fizerem isso, mais é que eu vou botar no rabo.

PH – Irmã do Cândido, é?

CM – Sim. Só que como ela é irmã dele, toda a crítica da esquerda poupa, isso é um princípio básico. Não sei qual é a tua posição, mas não importa. A esquerda poupa. “Pablo Neruda, grande poeta”. É uma merda. Tu vai tentar ler e não consegue, mas o cara era do PC [Partido Comunista]. Os mitos estão caindo, ou já caíram. Eu era pequeno e lia o Jorge Amado; olhava a contracapa e via “publicado em 28 países”. Claro, todos no bloco soviético.

PH – Bom, para o próprio Antônio Cândido, o mérito do cronista está em trazer a vida ao rés-do-chão...

CM – Mas ele está falando do cronista tradicional, né.

PH – ...Sim. O senhor lida com conteúdo especializado mas ainda assim busca uma simplicidade.

CM – Sim, inclusive o grande comentário dos meus leitores é “Bah, como é simples explicado

assim”. Na verdade, foi o que eu fiz com o *Tróia* também. No fundo eu sou um mediador. Eu não sou um gênio, nem um criador; eu faço a mediação entre a cultura alta e o que as pessoas têm que saber. Então...

PH – Isso é o que o jornalista faz também.

CM – É o que o bom jornalista deveria fazer, né. Aí é que tá, tu pega um jornalista especializado em Literatura nos Estados Unidos o cara **entende** de Literatura e faz a coisa chegar...

PH – A tal mediação.

CM – A mediação. Então o *Tróia*, na verdade é a mediação de toda a tradição clássica pro leitor comum. A minha crônica também. A minha tese, por exemplo, não se entende um parágrafo. Tanto que no meu site, que é muito exposto, muito agitado, tem muita gente se metendo. Aí eu botei um PDF, clica ali e tá ali minha tese. Nunca mais se meteram porque os caras olharam e se espantaram. Se cai no pé quebra. É um tijolo de erudição e fórmulas...

PH – Confesso que eu tentei ler.

CM – Não, é muito difícil. Tem que ter todo um conhecimento de fonologia lexical, etc. Aqui (na crônica), não. Aqui é exatamente para aumentar cada vez mais meu público-leitor.

PH – E o senhor tem conseguido isso?

CM – Acho que sim. O retorno dessa coluna é espantoso; se dimensionar meu nome, em qualquer lugar, vão dizer “ah, o do jornal?”. Mais do que na TV. Porque na TV é na TVCOM; era, agora a Kátia [Suman, apresentadora] saiu. A TVCOM é regional, é local, não pega em todo lugar. Com a coluna, até em Santa Catarina: eu fui num médico em Itapema e ele me reconheceu.

PH – Pois a gente falava do Celso Loureiro Chaves, que trata sobre música, o que efetivamente não é algo ao alcance de todos.

CM – Sim, ainda mais a música que ele trata.

PH – Já a língua, mesmo o seu texto contendo uma boa dose de erudição, bem ou mal, é usada por todos.

CM – Esse é um assunto que é fascinante para todo mundo. O Brasil tem hoje milhares de especialistas falando na TV sobre língua portuguesa... um amigo meu, o Nogueira, fala no Programa do Huck. Todo mundo quer saber, é um assunto de interesse.

PH – A língua, pois, já está ao rés-do-chão?

CM – Como assim? Depende de quem escreve, né.

PH – Rés-do-chão no sentido de ser compreendida por todos.

CM – Não, por isso que tem todo esse trabalho de mediação. Vamos dizer assim, é como a Química, como a Biologia. Tem um cara que se escreve sobre Biologia que é o Stephen J. Gould. Ele dá aula em Harvard, mas consegue explicar pro leitor médio que lê jornal, o leitor comum médio culto. Quanto à língua, vamos dizer assim, as suas fórmulas explanatórias são muito difíceis. Eu tenho que explicar de uma maneira que seja inteligível, mas que não vulgarize. É um trabalho muito difícil. É muito difícil transformar um assunto que poderia ser explicado em um parágrafo, de técnico para técnico, para um público geral culto em dá 10 parágrafos. Tem redundância, tem a repetição necessária... não tem saída.

PH – O mesmo Cândido disse que a crônica foi ao longo dos anos perdendo sua função inicial de informar para assumir o intuito primordial de divertir. Mesmo assim, como o senhor já disse, há um interesse e uma preocupação de aproximação com o cotidiano?

CM – Na escolha dos assuntos, sim. Eu escolho o assunto que está em voga. Tudo que acontece hoje repercute instantaneamente, com a internet, etc. Então sempre que tem uma agitação na parte de linguagem, eu escolho como tema. Então surge o Acordo [Ortográfico, em vigor desde 2009], eu falo no Acordo; vem o livro do MEC, eu falo sobre o livro do MEC; a logomarca, etc. Como eu tenho o site, eu recebo muita pergunta. Milhares de perguntas. Eu respondo um vigésimo, um centésimo delas. Mas pelas perguntas eu vejo o que está no momento queimando. Essa é a minha preocupação com o cotidiano. Eu não vou tratar de um assunto qualquer que me interessou; raramente eu faço isso. “O que está no ar? É isso”. Então eu faço sobre isso. Até o problema de ser quinzenal é esse. O troço entrou hoje no ar e só daqui a quinze dias sai a minha coluna. É uma merda. É como se eu tivesse perdido o momento. Eu estou muito afinado. Claro, no futuro, quando

isso é transformado em livro, ninguém sabe o que estava acontecendo naquele momento, mas se alguém pegasse, data por data, e fosse olhar os jornais daquela semana, veria que geralmente é o assunto do momento. “Presidenta ou presidente?”, saiu a crônica do presidente. Por isso que ela é mais crônica, está ligada ao tempo.

PH – De acordo com os critérios de Luiz Beltrão, a sua crônica se classifica como especializada e analítica, mas por vezes flertando com uma abordagem satírico-humorística...

CM – Sim, sempre.

PH – ...o uso do humor nas suas crônicas é sutil, mas patente. Isso é premeditado?

CM – O Montaigne, que é o cara mais genial do mundo – não só pelo que ele escreve, mas pelo que viveu –, tinha um lema: “não faço nada que não me dê prazer”. Quando eu aprendi isso... às vezes eu fico dois dias fazendo uma crônica. Não é tarefa de revisão do simulado aqui do Unificado. Me dá prazer, se não eu não faria. E eu percebi que quando se faz uma crônica com prazer, isso se transmite pro leitor. Quando tu faz uma coisa amargo, isso se transmite pro leitor também.

PH – E, quanto a uma outra estratégia de aproximação do leitor, frequentemente o senhor se dirige ao seu público diretamente. Por vezes, inclusive, utilizando o tu, o você. Por quê?

CM – Isso é um princípio básico de escrita e retórica. Quanto mais tu te diriges à pessoa, mais claro fica o teu texto. Isso é básico; foi descoberto por quem fazia redação técnica. Redação técnica aqui no Brasil não tem mercado, nos EUA tem muito. Vamos supor, a Otis vai lançar um novo elevador e tem que escrever um manual. Então eles têm equipes de redatores técnicos. Caras formados, que escreve aquilo bem. E uma coisa que eles descobriram é quando se põe, digamos assim, “o elevador deve ser acionado”. “**Você deve acionar o elevador**” muda o grau de compreensão instantaneamente. Às vezes é muito para adesão. “Nós, caro leitor,...”, isso é um jogo retórico.

(Continuação da entrevista no dia 1/11/2011, na sede central do Curso Pré-Vestibular Unificado)

PH – Por que a decisão por Letras e por que Grego?

CM – Letras porque eu fui vocacionado, acho, desde pequeno. Talvez pela minha mãe, professora primária. Eu sempre fui um leitor ávido, desde criança, e achava que Letras era o curso que me

levaria à Literatura. Até porque eu fiz o curso clássico, naquele tempo era o clássico-científico, no [colégio] Aplicação, que era um curso muito forte em Literatura. Com o Jorge Appel, nós tínhamos aula, acho que uns doze ou treze, em volta de uma mesa discutindo, então Literatura era tudo. Depois eu vi que o curso de Letras não era exatamente isso. O curso de Letras prepara para muitas coisas; a Literatura é uma parte. Não é só para quem vai fazer Literatura.

E grego porque tinha que ter uma língua estrangeira; quem tirava Letras se licenciava em Português e em uma língua estrangeira. Como Inglês e Francês eu já falava, e o Grego sempre me encantou... eu podia ter feito Latim, mas escolhi o Grego porque eu tinha uma curiosidade muito grande.

PH – O senhor se aposentou cedo da UFRGS porque disse não concordar com muitas das diretrizes internas da universidade. De acordo com a sua visão ela oferece mais vantagens aos professores que ocupam cargos de comissão àqueles que priorizam o trabalho dentro de sala de aula. Eu gostaria que o senhor aprofundasse um pouco essa questão.

CM – Assim que eu tive tempo para me aposentar, eu me aposentei. Podia ter ficado mais tempo; muitos professores permanecem, ninguém é obrigado a se aposentar. Mas no nosso curso há uma série de benefícios, inclusive financeiros – incorporações ao salário, etc. – àqueles que trabalham nos órgãos colegiados. Isso é uma doença corporativa da UFRGS que favorece sempre aqueles que entre aspas – bem entre aspas – “trabalham para a coletividade”. Na verdade, estes fogem da sala de aula e o professor da sala de aula, que só dá aula, ele é visto como uma pessoa que não colabora, que não participa, quando na verdade quem está carregando o piano é ele. Eu não sei como são certos cursos científicos, mas na área humana isso é muito comum – na Letras **era** muito comum, não sei como é que tá hoje. Então é o tipo da coisa que não me serve, que não me servia, e eu saí. Tinha o direito de sair, de me aposentar. Eu lamento ter me afastado da UFRGS, mas não tinha mais por que ficar.

PH – O senhor falou não se orgulhar da sua tese de doutorado – nas suas próprias palavras, “um bloco de teoria intragável”...

CM – Não, não é não me orgulhar, é não gostar dela. Eu até tenho orgulho de ter passado por essa...

PH – Provação...

CM – Provação, realmente, é um trabalho de alto rigor. Mas eu não gosto, eu não consigo nem ler mais, porque ela é escrita num estilo que não é o meu, e é sobre um assunto que exige, por ser uma tese de doutorado, toda uma fundamentação que é muito árida. Me orgulho, só que ela sempre vai ficar fechada.

PH – Pois é, isso ficou um pouco nebuloso para mim porque o senhor já disse em algum espaço que o título de doutor é uma coisa mais abstrata, por ter uma aplicação mais ampla. Como é que o senhor lida como o título?

CM – Não, mas no mundo acadêmico, ser doutor é o topo. Isso é outra coisa. De tanto ver medíocres se doutorando e isso dando a eles uma hierarquia inclusive sobre mim eu disse “bom, no mínimo, como sobrevivência, eu vou também entrar para esse clube”. Eu fiz mestrado em 1977. O que que é o normal? Faz mestrado e logo depois faz doutorado. Eu fui fazer o meu doutorado em 1997, vinte anos depois. As exigências tinham baixado, dentro do meu critério, e tinha gente completamente medíocre – e está cada vez pior – com o título de doutor, que lhes dava acesso (não era exatamente o meu caso, porque eu tinha recém saído da UFRGS) a uma hierarquia acadêmica que eu mereço. Então eu fui lá e fui conquistar essa posição. Nunca mais me incomodaram. Quer dizer, eu passei a pertencer a um grupo do qual não pode mais se dizer “ah, mas ele é mestre apenas”, o que é uma injustiça! Eu conheço pessoas extremamente competentes que são mestres, ou até só com graduação, que são sempre preteridos, inclusive em participação de seminários. Já que é esse o jogo, então seremos. E fomos.

PH – Nessa mesma crônica o senhor falou que prefere o título de professor ao de doutor. No entanto, no seu antigo *site* a seção de perguntas era chamada “pergunte ao Doutor”...

CM – Ainda é!

PH – Ainda é? Mesmo no clicRBS?

CM – É, é.

PH – Isso é uma questão mercadológica?

CM – Não, é uma lembrança histórica. Havia nas antigas revistas brasileiras – O Cruzeiro, a Cigarra – várias propagandas, uma delas era, por exemplo, sobre mau hálito. Daí aparecia uma fotonovela com uma moça, “não sei por que os homens se afastam de mim...”, e aí um dentista vinha e propunha “experimente Colgate!”. Então era essa coisa meio “pergunte ao Doutor”. Assim, eu criei uma figura, “o Doutor”. Até hoje que lê meu *site* pode ver: “fulano disse tal coisa; o Doutor não concorda”.

PH – Então é dotado de tom humorístico?

CM – Sim, irônico! É um personagem, “o Doutor”, com dê maiúsculo. No início, inclusive, alguns

mal humorados, os mal humorados de sempre, disseram: “ah, ele fica se chamando de doutor...”. Mas é uma brincadeira. “Tem dúvida, o Doutor soluciona”. Ironizando, óbvio.

PH – E o Unificado, como começou? Como começou a sua experiência no Unificado?

CM – O Unificado foi formado por professores que saíram de vários cursos pré-vestibulares, para formar uma sociedade, e não tinham nesse grupo um professor de Português. Os que já me conheciam do trabalho do Anchieta e da UFRGS disseram “o indicado é o Moreno”. Foram me chamar, e eu prontamente aceitei.

PH – E como é dar aula para vestibulandos, principalmente nessa comparação com o estudante universitário?

CM – Olha, não tem nada a ver uma coisa com a outra, absolutamente...

PH – É um público mais dispersivo?

CM – Não, não é propriamente dispersivo, mas a função do professor de pré-vestibular é organizar um conteúdo que eles trazem desorganizado e completar as lacunas da formação. Na universidade tem o diálogo, os professores, pelo menos teoricamente, têm que fazer o aluno pensar, têm que apresentar várias hipóteses para o mesmo assunto, coisas que no pré-vestibular não se faz. No pré-vestibular tu tens que dar uma certeza do mínimo.

PH – O narrador Moreno do *Prazer das Palavras* se assemelha mais ao professor universitário ou ao professor de cursinho?

CM – Nenhum dos dois.

PH – É outra coisa?

CM – É outra coisa. Não, o narrador Moreno é um dos meus egos com que eu me divirto. Daí o título *O Prazer das Palavras*. Eu jamais sou sério no *Prazer das Palavras*; falo de coisas sérias, mas sempre brincando. Estou sempre zombando ou de alguém ou de alguma ideia. Mas não dá para imaginar que uma pessoa é ou isso, ou aquilo...não! Nós somos vários ao mesmo tempo. Eu escrevo ali diferente do que quando escrevo as crônicas da mitologia, por exemplo.

PH – Sim, é outro narrador.

CM – É outro narrador, completamente diferente. Ele se assemelha mais a mim como professor. Em qualquer nível, eu sempre fui um professor que se diverte com o que tá fazendo.

PH – O senhor já tinha exaltado o papel do prazer no seu trabalho. E o humor? Qual o papel do humor na sua vida e por que ele entra no seu trabalho no *Prazer das Palavras* de forma tão marcante?

CM – Eu só acredito em pessoas que saibam rir de si próprias e de tudo. Quem não souber fazer isso está fechado em algum tipo de prisão interna. Começa rindo de ti mesmo, depois tudo fica mais divertido. E menos obscuro. É muito importante rir de si próprio e levar a vida para um lado mais humorístico.

PH – Para fechar, o que o senhor pode citar como referências teóricas no campo das Letras e da Linguística, além do próprio professor Luft, por exemplo?

CM – O Matoso Câmara Júnior, grande figura da área da Linguística. É uma figura fundamental no Brasil. Depois vieram milhares de pesquisadores, mas o problema é que aliar cultura com saber técnico é raríssimo. Então pessoas como o Matoso Câmara e o Luft tinham essa aliança. Hoje a maioria dos linguistas, por exemplo, são extremamente técnicos, mas eles não conhecem Literatura. E o pessoal da Literatura pedala na parte de linguagem. Então a grande figura eu ainda acho que é o Matoso Câmara, entre os teóricos. Embora grande parte das ideias dele em Linguística estejam ultrapassadas, a maneira de raciocinar e o que ele trouxe para o Brasil...

PH – É o que fica, né? Porque normas mudam....

CM – Mudam, claro! E descobrem coisas novas. Mas aquele rigor e o tipo de olhar que ele tem sobre a linguagem tornou ele um cara único aqui.

PH – Ah, sim, e as charges da sua coluna são feitas por quem?

CM – As charges da minha coluna são feitas por um desenhista brilhante, que é o Edu. Ele é ilustrador da Zero Hora. Ele recebe a coluna na quarta-feira de manhã e acho que eles fecham o suplemento na quinta, então ele tem algumas horas para bolar a charge dele. É uma pena que quando eu publiquei na L&PM não deu para publicar com as charges.

## ANEXO B – A logomarca e o ornitorrinco [1] (15/01/2011)

O Prazer das Palavras

## A logomarca e o ornitorrinco (1)

Um levantamento feito nos dois últimos anos mostra que um número expressivo das colunas que escrevi foi dedicado a combater o preconceito contra determinados vocábulos que, por diferentes motivos – todos eles contestáveis –, sofrem verdadeiras campanhas de difamação na internet. Aqui um vocábulo é condenado porque é “feio”; ali, porque é “estrangeiro”; acolá, porque é “malformado”; ainda não ouvi, mas não vou me surpreender se a turba começa a jogar à fogueira da intolerância palavras por serem “gordas”, “vesgas”, “socialistas” ou “neoliberais”. A mais frequente – e mais curiosa – acusação utilizada nesse tribunal é a de “novidade”. O brasileiro médio tem demonstrado uma notória desconfiança por tudo que ele suspeite ser uma novidade lexical – e faço questão de frisar o “suspeite”, porque, muitas vezes, palavras mais velhas que a Sé de Braga passam por “novas” só por causa da incultura de seus acusadores.

Para início de conversa, o amigo leitor deve lembrar que ninguém conhece a totalidade do léxico de seu idioma, tornando-se impossível, portanto, distinguir-se o que é novo e o que não é. Entre os milhares de palavras que empregamos num simples dia, haverá talvez algumas novas, novíssimas até, mas que, por não chamarem a atenção do falante, terminam se misturando às outras como se já fossem de casa. Os dicionários

Cláudio Moreno



cm.moreno@terra.com.br

até que ajudam, mas numa única direção: como sempre apresentam, por razões editoriais, uma lista incompleta e limitada de nosso vocabulário, servem de menos para nos dizer o que não é mais novidade; quando registram uma palavra, é sinal de que ela passou a integrar definitivamente a lista das veteranas. Embora o inverso não seja verdadeiro – pois nunca poderemos determinar se a ausência de uma palavra no dicionário não se deve, muito simplesmente, a uma decisão tomada pelo sr. Houaiss ou pelo sr. Aurélio, que resolveram não incluí-la na lista por mera falta de espaço –, podemos ter certeza de uma coisa: palavra registrada não é palavra nova.

Por tudo isso, fiquei surpreso quando um leitor de Londrina (PR) escreveu para saber se a palavra **logomarca** existe ou não. Confesso que desconhecia essa má-vontade contra **logomarca**, palavra veterana no meu vocabulário, madura frequentadora dos dicionários. Segundo ele, porém, a palavra tem inimigos fegadais e “suscita que-relas sem fim” (leitor qualificado é isso aí!)

nos fóruns de discussão da área de design e publicidade; alguns, mais extremados, chegam a negar sua existência, acusando-a de ser um neologismo, “uma invenção de publicitários brasileiros” (acusação, eu diria, bastante singular nos tempos atuais...). Sua pergunta final – “Em suma, professor, o que faz com que uma palavra passe a existir? Uma palavra que é usada e entendida pela grande maioria e consta nos dicionários pode, ainda assim, ser considerada inapropriada?” – encerra duas questões diferentes: uma coisa é **existir**, a outra é ser **apropriada**. Vamos ver como **logomarca** se sai em ambos os quesitos.

O primeiro problema é saber se a danada **existe**. Dei uma passeada pelas páginas da internet indicadas pelo leitor e fiquei abismado de ver tantos designers e professores discutindo – vou ser franco, como sempre fui – um assunto em que não têm a menor competência. No que se refere a “neologismos”, “criação lexical”, “existe ou não existe tal vocábulo”, etc. – no que se refere a esses assuntos, repito, a comunidade dos designers, publicitários e similares pode ter, no máximo, **opiniões**. Nada mais do que isso. Este seu criado pode achar Walter Gropius um gênio e Niemeyer um arquiteto cuja fama está muito acima do valor que tem, pode achar os sapatos dinamarqueses mais bonitos e confortáveis do que os italianos, pode preferir os caças americanos aos caças franceses – pode, aliás, ter opinião sobre tudo, ou quase tudo, mas não passarão de



**opiniões** do cidadão que digita estas palavras. É preciso muito desconhecimento de como funciona uma língua para afirmar que uma palavra como **logomarca** – agora, janeiro de 2011, batendo mais de 2 milhões e meio de ocorrências no Google – não existe ou não deveria existir! Nossos melhores dicionários – **Aurélio**, **Houaiss** e **Aulete** – já registram o termo há vários anos, e alguns teimosos amadores vêm dizer que o termo não existe? Isso parece a mesma atitude paroquialista dos habitantes de certos municípios que teimam em escrever à sua maneira o nome da cidade em que moram, como se o fato de viver lá lhes desse uma autoridade em ortografia maior do que a dos filólogos e gramáticos...

Alguns alegam que o termo teria sido criado por nossos publicitários. E daí? Qual é o problema? As palavras são criadas por pescadores, advogados, leiteiros, apontadores de jogo do bicho, jornalistas, prostitutas, etc. – todos criam, e só os publicitários e designers iam ficar de fora?

## Parobé

Imponente edificação histórica em fase de captação de recursos, sua fachada principal é marcada pela abundância ornamental e ricas esculturas. As cúpulas, revestidas em cobre, contribuem para reforçar o caráter monumental do prédio, que foi concebido para a expansão das atividades do Instituto Técnico Profissional. Atualmente, abriga salas de aula e laboratórios.

Sete empresas e 192 doadores individuais já estão contribuindo para as obras de restauração deste edifício, que

**aguarda a sua retribuição.**

Accesse [www.predioshistoricos.ufrgs.br](http://www.predioshistoricos.ufrgs.br)  
ou ligue 3308 3018 e 3308 4216



Foto: Patrícia Cruz

Destinação dos bens de R\$ 1250



SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO



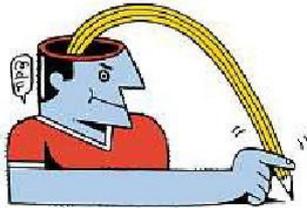
UFRGS

## ANEXO C – A logomarca e o ornitorrinco [2] (12/02/2011)

O Prazer das Palavras

## A logomarca e o ornitorrinco (2)

Dois leitores especializados (C. Maciel, de Londrina, e M. Verdi, de Porto Alegre), informados com a perseguição movida ao vocábulo **logomarca**, vieram bater à minha porta em busca de munição para enfrentar as vozes – algumas delas, pasme o leitor, ainda poderosas – que se opõem ao emprego desta palavra. Para organizar a discussão, dividi o problema em dois quesitos: (1) existe o substantivo **logomarca**? e (2) é adequado empregá-lo? Como vimos na coluna anterior, negar sua existência é algo assim como negar a existência dos Andes (é o mínimo que posso dizer de uma palavra que tem verbete próprio em todos os bons dicionários do idioma e que, no Google, ultrapassa a marca de 2 milhões de ocorrências nas páginas escritas em português). Ora, já que existe, vamos hoje falar sobre a adequação – ou não – de empregá-la.



Cláudio Moreno



cmoreno@terra.com.br

O maior foco de resistência a seu uso é uma obra isolada, mas importante em seu ramo – **O Efeito Multiplicador do Design** –, em que a autora, Ana Luiza Escorel, designer de reconhecido valor, condena **logomarca** com um misto de fúria e desprezo, num tom tão taxativo que fez vibrar a corda fundamentalista que muitos profissionais desta área trazem escondida no peito. Ora, não deu outra: o efeito multiplicador da internet (esse sim, esse é x.p.t.o.) difundiu por toda parte os argumentos da professora, que passaram a ser reaproveitados, ou melhor, reproduzidos, letra por letra, em vários sites e fóruns que se dedicam ao assunto. Infelizmente, como vamos ver, a autora (e seus seguidores), ao se apoiar mais na indignação e na veemência do que propriamente na pesquisa, vê toda sua argumentação escoar como areia entre os dedos.

Ela acusa: "Logomarca é uma dessas criações tipicamente brasileiras" (eis um jeito realmente esquisito de criticar!). Pois não

é, professora; se fosse criação tupiniquim, como a jaboticaba ou o cheque pré-datado, teríamos de convir que nossos inventores de palavras acertaram em cheio desta vez, pois o vocábulo vai se tornando sucesso internacional e já figura em milhares de saites da Austrália, do Japão, do Reino Unido e mesmo dos EUA, onde aparece como **logomark**, **logo mark** ou **logomarque**... Isso faria **logomarca** ingressar naquele grupo de vocábulos especialíssimos como **negro**, **tanque**, **albino**, **casta**, **cobra** ou **marmelada**, modesta contribuição de nosso idioma para o léxico do inglês, mas, infelizmente para mim e para a senhora (por motivos diferentes, é claro), o caminho foi o inverso: nós que o importamos de lá.

E continua: "Logomarca quer dizer absolutamente nada". (Parêntese indispensável: em algum lugar, decerto por culpa de um vil revisor, perdeu-se a negativa que sempre deve anteceder a presença de "nada": eu não comprei nada, ninguém viu nada, logomarca não quer dizer nada. A construção "logomarca quer dizer nada" é, em vernáculo, tão absurda quanto "eu comprei nada" ou "encontrei nada na gaveta"). Pois, a depender do autor, quer dizer, sim, professora. Uns chamam de **logotipo** o conjunto formado pela representação gráfica do nome + o símbolo visual que o acompanha; outros, porém – e Houaiss é um deles – chamam de **logotipo** apenas as letras do nome, em

sua configuração especial, e reservam **logomarca** para designar o conjunto formado pelo logotipo + o sinal gráfico. No inglês, também campeia aqui uma verdadeira dança das cadeiras, atribuindo-se, dependendo do autor e da teoria, valores diferentes a **logo**, **logotype**, **logomark**, **wordmark**, etc. Essas tempestades terminológicas são corriqueiras em qualquer área do conhecimento humano; não é por acaso que todas as teses e os artigos especializados gastem boa parte da introdução para definir os limites de cada termo empregado pelo autor. Um grande escritório de propriedade industrial da Califórnia cobra bem menos para registrar uma **wordmark** do que uma **logomark**, "cuja pesquisa é mais demorada" – o que sugere que tanto os que cobram quanto os que pagam enxergam nelas coisas diferentes...

Mas voltemos ao artigo: "É espantosa a desenvoltura com que cerca de dois terços da população ligada à comunicação gráfica no Brasil usa e veicula essa coisa nenhuma [a logomarca...], com a segurança de estar brandindo um termo de alto teor técnico e expressivo". Dois terços, professora? E senhora acha espantoso? Ora, em termos linguísticos, a realidade está claríssima: se não se usava **logomarca**, agora se usa. É assim que funciona. **Logotipo** perdeu a parada. E não se trata daquele demagógico (e equivocado) bordão de que "é o povo que faz a língua": foi a "a população ligada à comunicação gráfica no Brasil" (uso suas próprias palavras) que realizou o plebiscito que deu legitimidade ao termo. Mas o alcance dele ainda não está bem definido? Ora, o de **logotipo** tampouco, como pudemos ver.

(Continua)

*Parobé - Campos Centro - inaugurado em 1928  
Sete empresas e 192 doadores individuais  
já estão contribuindo para as obras  
de restauração.*

## Revele mais uma grande obra

**O Projeto de Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS é uma oportunidade de enriquecer o patrimônio cultural de Porto Alegre e valorizar a formação acadêmica de excelência. Sete prédios já foram concluídos, um está em obras e ainda faltam quatro edificações para serem restauradas – Química, Parobé, Medicina e Eletrotécnico.**

**Participe desta iniciativa, entre em contato conosco e faça a sua doação.**

**Contato**  
3308 3018 e 3308 4216  
predios.historicos@ufrgs.br  
www.predioshistoricos.ufrgs.br

Lei de Incentivo à Cultura  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

## ANEXO D – A logomarca e o ornitorrinco [conclusão] (26/02/2011)

## O Prazer das Palavras

## A logomarca e o ornitorrinco (conclusão)

Como vimos nas duas colunas anteriores, a palavra **logomarca** chegou para ficar, invadindo o campo semântico em que **logotipo** reinava sozinho. Se vamos incluí-la em nossa dieta ou classificá-la como erva daninha, isso é do gosto pessoal e não cabe discutir – afinal, tenho um amigo que come jiló com quiabo e outro, para minha incredulidade, que distingue o sabor de vários tipos de chuchu... Entre um sábado e outro, porém, um leitor que ainda não está bem convencido perguntou quem deteria este poder quase divino de inventar vocábulos novos; em suma, quem teria competência para conceder (ou negar) a **logomarca** o direito de existir – a Academia? O sindicato dos gramáticos? Alguma comissão de lexicógrafos? A pergunta que está por trás disso tudo – como nasce uma palavra? – é assaz oportuna, e tenho certeza de que a resposta vai trazer mais um pouco de luz à discussão. Lembra, apenas, que o processo que vou descrever vale para qualquer vocábulo, inclusive para os “antigos”, os confirmados há muitos séculos, que um dia, como todos nós, também foram recém-nascidos.

A fórmula que Epicuro usava para descrever nossa curta passagem por esta existência – “Eu não era; fui; não sou mais” – pode

**Cláudio Moreno**



cmoreno@terra.com.br

ser aplicada integralmente às palavras. Até um determinado momento, o léxico de nossa língua não incluía em suas listas o item **logomarca**. É praticamente impossível determinar este “quando”, já que só em textos escritos podemos fazer uma datação razoavelmente confiável; o que sabemos é que, num belo dia (pode parecer um tanto metafísico, mas não é), ela começou a ser usada, tendo saído, obrigatoriamente, de uma das duas fontes vivas do léxico: ou foi criada aqui dentro, ou veio de fora, importada de uma língua estrangeira. Como vimos no artigo anterior, há controvérsias sobre qual desses processos nos trouxe esta palavra; enquanto alguns a consideram uma criação “tupiniquim”, prefiro ver nela um decalque do Inglês **logomark** – que tem a estrutura semelhante à de **trademark**, **hallmark**, **wordmark**, **postmark** etc, em que **mark** é o núcleo e o elemento à esquerda é o especi-

ficador, como sói acontecer naquele idioma. Mas vamos adiante.

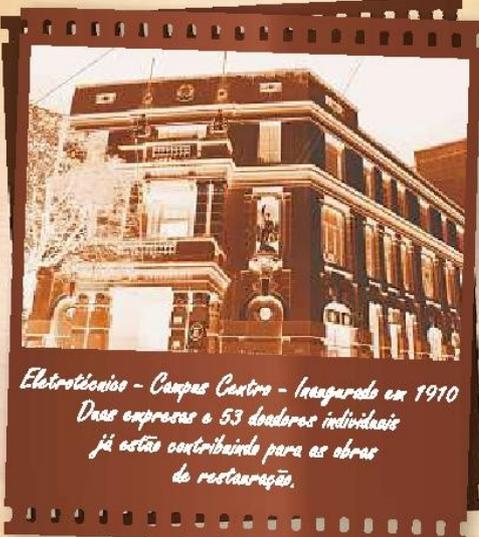
Nessa fase, em vez de dizer que “nasce o vocábulo”, acho mais adequado dizer que acabou de nascer “um broto vocábulo”, o qual, à semelhança dos brotos vegetais, poderá ou não encontrar terreno fértil para vingar. O estranho verbo **desaplaudir**, por exemplo, também veio à luz (até hoje, só o encontrei em Mário de Andrade: “Não fazem mais do que se escravizar a um vício reinol e europeu, que já levava Bougainville a **desaplaudir** as representações de brancaranas nos teatros do Rio de Janeiro”), mas me parece um broto mirrado, inviável, fadado a secar e desaparecer, como ocorreu, aliás, com milhares de “promessas” desse tipo, que deixam aqui e ali, em textos dispersos, os vestígios de sua efêmera existência. Nesse sentido, é indiscutível a vitalidade de **logomarca**, que conquistou verbete em nossos melhores dicionários e está batendo, como qualquer um pode constatar, uma marca de sete dígitos no Google.

Ninguém a autorizou a existir; ela existe simplesmente porque foi “criada” (prefiro esse termo a “inventada”), e os falantes do Português gostaram dela e a adotaram para sempre (ou até o dia em que entre em desuso). Foi só isso – aliás, exatamente o que ocorre, há algumas décadas, com **logotipo**, que também não existia e foi criada e consagrada pelo uso. Agora **logotipo** coexiste com a recém-chegada, o que nos obrigará a reacomodar, ao menos na terminologia técnica, a divisão de territórios entre esses dois vocábulos. Como sempre acontece nesses casos, só há dois desfechos possíveis para disputas assim: ou uma das formas sufoca a outra e a força a se aposentar, ou elas dividem o patrimônio semântico e passam a ter significados bem específicos. No presente



caso, acho que por muito tempo teremos o convívio das duas palavras; cabe, portanto, aos especialistas em **design** e publicidade (e não aos dicionaristas ou professores de Português) a tarefa de traçar o limite mais claro possível entre elas, a fim de que a imprecisão dos conceitos não as torne completamente inúteis.

Se lhe falta a tolerância necessária para aceitar essa e outras criações que a língua haverá de fazer, caro leitor, lembre que a Natureza plantou na Oceania a figura improvável do **ornitorrinco**, animalzinho esdrúxulo que tem pelo de castor e bico de pato, põe ovos, amamenta seus filhotes e tem um ferrão venenosíssimo nas patas traseiras. No início, os naturalistas suspeitaram que um animal tão incoerente fosse uma grande fraude científica, mas a grande quantidade que nada nos rios da Austrália logo os convenceu do contrário. Hoje, segundo Umberto Eco, o ornitorrinco serve para nos alertar para o fato de que sempre vai haver, bem perto de nós, alguma coisa que, embora não se enquadre nos padrões a que estamos habituados, tem todo o direito de existir.



*Elétricitários - Campes Centro - Inaugurado em 1910  
Das empresas e 53 doadores individuais  
já estão contribuindo para as obras  
de restauração.*

## Revele mais uma grande obra

**O Projeto de Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS é uma oportunidade de enriquecer o patrimônio cultural de Porto Alegre e valorizar a formação acadêmica de excelência. Sete prédios já foram concluídos, um está em obras e ainda faltam quatro edificações para serem restauradas – Química, Parobé, Medicina e Eletrotécnico.**

**Participe desta Iniciativa, entre em contato conosco e faça a sua doação.**



**Contate**  
3308 3018 e 3308 4216  
predios.historicos@ufrgs.br  
www.predioshistoricos.ufrgs.br



**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**



**UFRGS**

## ANEXO E – Literalmente (12/03/2011)

## O Prazer das Palavras

## Literalmente

**E**m qualquer língua viva podemos encontrar centenas de exemplos de vocábulos que mudaram de significado com o passar do tempo, ampliando ou reduzindo o alcance que tinham na sua origem. Outrora as chaminés **fumavam** e os índios podiam **fumar** seu peixe; no entanto, depois que Colombo descobriu a América, **fumar** passou a designar especificamente o hábito daninho de aspirar a fumaça do tabaco (uma invenção do demo, sem dúvida, mas compensada amplamente pela introdução do chocolate no Ocidente, alimento que os astecas, com muita propriedade, consideravam divino). Para compensar essa restrição de sentido que o verbo sofreu, as chaminés começaram a **fumegar** e os índios passaram a **defumar** o pescado - e ninguém saiu perdendo.

Às vezes essa mudança é tão radical que a palavra passa a designar exatamente o contrário do que originalmente significava. Um exemplo já mencionado aqui é **temporão**, que mereceu uma coluna inteirinha (publicada no vol. 2 de *O Prazer das Palavras*, na coleção L&PM Pocket). A palavra deriva do Latim *temporaneus*, que significava "na hora certa", ou "antes da hora", falando das chuvas ou dos produtos agrícolas. Em nosso idioma, designava as espécies agrícolas que amadurecem mais cedo que o habitual. Na Bíblia, na tradução clássica de Joaquim Fer-

## Cláudio Moreno



cmoreno@terra.com.br

reira de Almeida, há um exemplo oportuno: "Temamos, agora, ao Senhor, nosso Deus, que dá chuva, a **temporã** e a **tardia**, a seu tempo". Não é por acaso que o Espanhol, nossa língua irmã, extraiu da matriz latina o advérbio *temprano* ("cedo"), muito conhecido dos gaúchos que vivem na fronteira com os países do Prata.

Ora, submetido à química misteriosa da evolução linguística, **temporão** teve sua abrangência estendida para incluir qualquer evento **fora do tempo**, sem levar em conta a distinção, outrora importante, entre o **antes** e o **depois**. Em consequência, os contornos semânticos da palavra ficaram tão imprecisos que sua utilidade ficou seriamente comprometida, pois hoje ela abrange significados diametralmente opostos: uns chamam de **temporão** o filho **prematuro**, enquanto outros reservam o termo para designar o rebento que nasce quando o casal há muito deixou de pensar sobre o tema. Para mim, o termo ficou inútil, pois não é possível em-

pregá-lo sem esclarecer, em seguida, qual é o sentido que eu dou a ele.

Esse mesmo fenômeno de erosão vem ocorrendo com **literalmente**. Fiel à sua origem latina (*littera* é "letra"), **literalmente** significa "ao pé da letra, no rigor da letra". É um advérbio valioso para avisar meu interlocutor que vou empregar determinado vocábulo ou expressão no seu sentido estrito, não no sentido figurado. Numa frase como "A chegada da seleção **literalmente** parou o trânsito na cidade", ele serve para indicar que "parou o trânsito" aqui não tem o sentido metafórico que habitualmente atribuímos à expressão (como em "Uma morena de parar o trânsito"), mas que o trânsito realmente ficou interrompido. Quando Raul Pompeia diz, em *O Ateneu*, que os meninos foram arrastados ao gabinete do diretor Aristarco, "onde deviam ser **literalmente** seveiciados", está nos avisando que o castigo vai ser brutal, mesmo, e que não se trata,

aqui, de uma **hipérbole** (a famosa figura de exagero, do tipo "estou morrendo de calor", "fui devorado pelos mosquitos", etc.). Quando usado junto com **figurativamente**, o contraste deixa ainda mais nítido o seu significado: "João Gilberto nunca se importou de ficar horas no seu canto (**literal** e **figurativamente**), repassando as mesmas notas no seu violão"; "Quem desempenha um cargo tão importante sempre terá quem lhe abra portas (**literal** ou **figurativamente**)"; "Eu não compro um iPad porque não cabe, **literal** e **figurativamente**, no meu bolso".

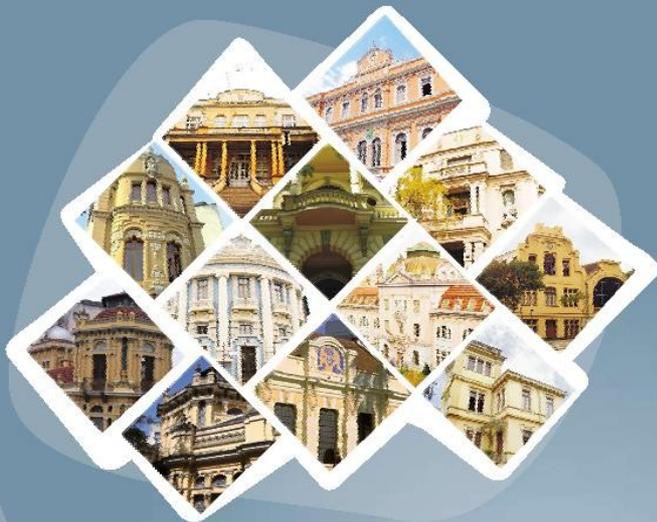
Então, um belo dia, como na antiga parábola, deu tangolomango neste advérbio e ele começou a inverter seu sinal, servindo de reforço, e não de advertência, para figuras de exagero! "Estou com tanta fome que seria capaz de comer um boi, **literalmente**"; "Ela estava **literalmente** morta de cansaço e preferiu ficar no hotel". Aqui o vocábulo deixa de ser um sinal de que as palavras estão sendo usadas no sentido real e passa a indicar exatamente o contrário do que fazia: "Estou com tanta fome que seria capaz de comer um boi, **figurativamente**". Se alguém me diz que sua cabeça está "**literalmente** explodindo", é tamanho o exagero que fica fácil perceber com que intenção foi empregado o advérbio; no entanto, o mesmo não acontece se me dizem que "o estádio estava **literalmente** lotado", pois não posso determinar se é para valer ou se é apenas uma forma de dizer. Lamento que isso esteja acontecendo, pois acho que a língua empobrece um pouco sempre que se apaga uma distinção como essa. Infelizmente não há nada que possamos fazer; o fruto já está envenenado e logo, logo ficará impréstavel.

BEM-VINDOS À  
UFRGS!

2011/1, UM NOVO SEMESTRE

Recebemos e saudamos a todos os que fazem o dia a dia desta grande Universidade, em especial aos Calouros 2011/1.

Nossos espaços estão preparados para acolher a comunidade acadêmica que compartilha a responsabilidade de preservar o patrimônio público, científico e cultural de todos os gaúchos.

SECRETARIA DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO

UFRGS

## ANEXO F – O tsunami (26/03/2011)

O Prazer das Palavras

## O tsunami

**R**aros serão os leitores desta coluna que já ouviram falar no dr. Castro Lopes, homem de letras que chegou a gozar de certa notoriedade no final do século XIX. Defensor fanático de uma causa equivocada – ele se opunha à “invasão” de vocábulos estrangeiros –, este filólogo dileitante acabou se tornando um personagem cômico, que muito fez rir Machado de Assis e seus contemporâneos com sua indignação de opereta contra os estrangeirismos e com as soluções estapafúrdias que propunha para substituí-los. Seu livro mais conhecido é de 1889, *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis* (“barbarismos” seriam os vocábulos provenientes de outros idiomas), obra em que relaciona cinquenta palavras estrangeiras muito em voga por aqui, na época, condena-as sem piedade e, sem muito estudo ou modéstia, propõe trocá-las por vocábulos que ele próprio ia criando com retalhos do Grego e do Latim. Como a Igreja faz com seus dogmas, diz Machado, o Dr. Castro Lopes compõe palavras novas “com os elementos que tira da sua erudição, dá-lhes a bênção e manda-as por esse mundo”...

Ora, a julgar pela boa saúde de que até hoje desfrutava palavras que ele condenou (e pelo riso que despertam suas sugestões, que coloquei entre os parênteses),

Cláudio Moreno



pode-se dizer que ele tinha razão quando se queixava aos amigos de ser tratado como Cassandra, a princesa de Troia a que ninguém dava ouvidos. Estavam na sua lista negra: **abajur** (*lucivelo*), **piquenique** (*convescote*), **turista** (*ludâmbulo*), **engrenagem** (*entrosagem*), **feérico** (*fádico*, de “fadã”), **drenar** (*haurinxugar*), **massagem** (*premagem*), **engomar** (*telisar*, de “tela” + “alisar”), **golpe de Estado** (*legicídio social*), **greve** (*operinsurreição*, “insurreição de operários”), **chalé** (*castelete*). Castro Lopes também cismou com **avalanche**, sem se dar conta de que era natural que não tivéssemos um vocábulo para designar um fenômeno como esse, tão raro em Portugal e completamente desconhecido na geografia do Brasil. Sua sugestão foi nada menos que **runimol**, um pequeno frankenstein formado de **ru** (do Lat. *ruere*, “correr precipitadamente”) + **ni** (de *nix, nivis*, “neve”) + **mol** (de *moles*, “massa”): “uma massa de

neve que se precipita”. Prevendo o fiasco, apontou a possibilidade de usarmos, para o mesmo fim, a palavra **alude**, a qual, embora não tivesse a sonoridade de **runimol** (segundo ele), tinha ao menos a virtude de ser muito nossa – no que também se equívocava nosso bom doutor, pois esta é uma velha importação do Espanhol...

Além disso, ele não poderia perceber que estava em andamento, aos poucos, um movimento de globalização linguística, especialmente na área científica, que veio a se consolidar com o rádio, o cinema e, mais tarde, a TV e a internet. Começava a surgir um elenco de “palavras internacionais”, sem pátria e sem fronteira, adotadas por quase todas as línguas modernas do mundo (respeitadas as evidentes peculiaridades ortográficas de cada uma). Palavras como **álcool**, **banana**, **canguru**, **chocola**, **elefante**, **fax**, **futebol**, **gay**, **hotel**, **jazz**, **jeans**, **microfone**, **ninja**, **planeta**, **rádio**,

**sauna**, **táxi**, **teatro**, **telefone**, **tigre**, **video**, **violino**, **xerox**, **ioga**, **zoom** foram se separando gradativamente de suas línguas originais, passando a integrar um fundo lexical comum, cada vez mais numeroso. **Avalanche** (ou **avalancha**, como preferem alguns) hoje está presente em dezenas de idiomas, muito usado também pelo sentido figurado de “quantidade avassaladora” (“uma avalanche de protestos”, “uma avalanche de pedidos”).

Isso também ocorre com outros vocábulos que designam fenômenos naturais específicos de determinadas regiões. Falamos de **fiordes** em várias partes do mundo – inclusive no Chile e na Argentina –, embora o original venha da Noruega (*fjord*). Géiser vem do Inglês *geyser*, que veio, por sua vez, do Islândês *Geysir*, nome de uma fonte de água quente no sul da Islândia, mas existem géiseres nos EUA, na Rússia, na Guatemala, na Indonésia, na Islândia, no Japão, etc. O **iceberg** (já existe a grafia aportuguesada **icebergue**) vem do Norueguês *is* (“gelo”) + *berg* (“montanha”), mas está presente em dezenas de idiomas. É aqui que entra **tsunami**, palavra vinda do Japonês, pronunciada até à náusea nos últimos dias. Para alguns cientistas, não precisamos dela, pois designaria a onda gigantesca que também chamamos de **maremoto**, produzida por um terremoto oceânico; para outros, porém, **maremoto** designa o **sismo** ocorrido no mar, e **tsunami** seria apenas a onda por ele produzida. Seja como for (os geólogos e sismólogos que decidam), já é uma palavra do nosso léxico, que o adotou como substantivo masculino, passível de flexionar também em número: o **tsunami**, os **tsunamis**.



*Rádio - Campus Centro  
Restaurado em 2002, com o incentivo de  
três empresas e nove pessoas físicas.*

## Revele mais uma grande obra

O Projeto de Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS é uma oportunidade de enriquecer o patrimônio cultural de Porto Alegre e valorizar a formação acadêmica de excelência. Sete prédios já foram concluídos: Agronomia, Chateau, Direito, Castelhno, Museu, Observatório e Rádio; a Engenharia está em obras; e ainda faltam quatro edificações para serem restauradas.

Participe desta iniciativa, entre em contato conosco e faça a sua doação.

Quinta

Penha

Medicina

Engenharia

**Contato**  
3308 3018 e 3308 4216  
predios.historicos@ufrgs.br  
www.predioshistoricos.ufrgs.br

## ANEXO G – Velas e velórios (09/04/2011)

O Prazer das Palavras

## Velas e velórios

Imagine o leitor que dois pequenos rios, nascidos a dezenas de quilômetros um do outro, desçam para o mesmo vale e ali acabem misturando as águas para formar um novo rio que as levará para o mar. Algo muito semelhante ocorre, com frequência, no mundo das palavras, como você poderá ver no exemplo que descrevo a seguir: a partir do Latim *sigillum*, nosso idioma produziu **sigilo** e **selo**, dois vocábulos que antigamente designavam o **sinete** que tornava inviolável uma carta ou um documento. Com o tempo, **sigilo** assumiu o significado de “segredo”, enquanto **selo** passou a designar também a estampilha que corresponde ao porte que deve ser pago para enviar qualquer correspondência. Este é o primeiro rio.

Bem longe dali, a partir do Latim *sella* (“cadeira, assento”), formou-se o substantivo **sela**, nome genérico do assento de couro que usamos nos animais de montaria. A bicicleta, que é o cavalo urbano, recebe uma versão reduzida da **sela**, que se chama, não por acaso, de **selim**. Este é o segundo rio. Ora, **selo** e **sela**, embora sejam vocábulos de origem e significado diferentes, como vimos, acabaram produzindo um verbo derivado idêntico – **selar** –, misturando definitivamente suas águas. Um bom dicionário, aliás, para

Cláudio  
Moreno

cmoreno@terra.com.br

seguir a boa técnica, tem a obrigação de abrir dois verbetes diferentes, um para cada **selar**, pois se trata de dois vocábulos individuais que casualmente convergiram na mesma forma.

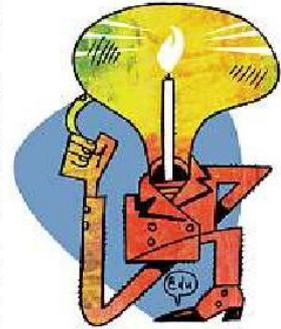
A situação que acabo de descrever vai servir de resposta à pergunta de um ilustre leitor desta coluna (tem nove anos apenas, mas vai completar dez em agosto, o que, ele imagina, vai colocá-lo em outra fase da vida...). Da última vez em que conversamos, em um desses churrascos de família, mostrou-se descontente com a expressão **ameaça velada**, que tinha encontrado num conto de Sherlock Holmes, que ele tanto aprecia. Para ele, **velado** deveria designar aquilo que está bem iluminado, bem claro, mas seu pai, de quem fora se socorrer, tinha definido o termo como algo “obscuro, escondido”, conforme o texto deixava entender. Ora, dizia ele, não costumamos **velar** os defuntos? Não ouvia ele o avô se referir seguidamente a

lâmpadas de 40 **velas**, de 60 **velas**? Afinal, não gira tudo em torno da iluminação? Então, por que ele não podia entender **ameaça velada** como uma ameaça feita às claras, cara a cara, olho no olho?

Se você está lendo esta coluna desde o início, meu jovem amigo, já deverá ter percebido que a solução do problema já foi antecipada pela história dos dois rios que se unem num só. Neste caso, a única diferença é que estamos diante de **três** (e não **duas**) palavras diferentes, de famílias diferentes, oriundas de radicais diferentes, que vou descrever individualmente.

(1) Uma coisa é a **vela**, de cera ou parafina, que acendemos na igreja ou no bolo de aniversário. Desta palavra não se forma adjetivo derivado algum – isto é, não existe um **velado** ligado à **vela** de acender. Este é o mesmo substantivo que era usado como medida da luminosidade fornecida por uma fonte; é por isso que as pessoas mais velhas ainda falam em **lâmpadas de 60 velas**.

(2) Outra coisa é o **velório**, em que um defunto é **velado** – isso está ligado ao verbo **velar** (do Latim *vigilare*), que significa “vigiar, ficar acordado” e pode também significar “cuidar”: “entrou no jardim; a pobre menina tinha **velado** toda a noite” (Alencar); “...tinha **velado** uma parte da noite” (Machado); “Dei-te um anjo que, de dia e noite, **velando** e dormindo, te assistisse” (Vieira). O fato de nossa cultura ainda usar **velas** durante os **velórios** (há países em que elas são proibidas, por medo de incêndio) é a coincidência que aumentou a confusão entre dois termos, que nada têm a ver um com o outro. Nada impede que alguém seja **velado** sem haver vela alguma acesa...



(3) Temos, por fim, o adjetivo **velado** com o sentido de “obscuro, encoberto”, vindo do Latim *velare*, que significava “cobrir com um véu”. Estamos dentro da mesma família semântica quando dizemos que as mulheres muçulmanas costumam sair à rua com o rosto **velado** (tapado por um véu); “Os longos cílios **velando** os brandos olhos (Alencar); “os olhos com as mãos **velando**” (Machado), etc.

Como você pôde ver, caro leitor, o livro de Conan Doyle estava correto ao falar em **ameaça velada** – aqui, uma ameaça oculta, como que encoberta por um véu, não manifestada claramente. Aliás, é desse mesmo radical que vem o verbo **revelar**, que os dicionários definem primeiramente como “tirar o véu”.



Grupo RBS



Você já leu sua Zero Hora no iPad hoje?

Agora tem Zero Hora no iPad. Baixe o App e experimente de graça por tempo limitado.

ZERO HORA

## ANEXO H – Deixem nossa língua em paz [1] (23/04/2011)

O Prazer das Palavras

## Deixem nossa língua em paz (1)

"Quem poderá nos defender?"

**1** – Quem trabalha na imprensa sabe muito bem que nosso dinheiro ou nossa linguagem são assuntos que sempre mobilizam instantaneamente a atenção do público brasileiro. Não é para menos, pois desperdiçamos muitos anos a discutir mudanças na ortografia ou no padrão monetário, que entravam e saíam das manchetes com aquela persistência cíclica da praga do gafanhoto, deixando na imprensa e nas nossas vidas um rastro considerável de sua passagem. Durante quase três décadas esses dois temas, naturalmente polêmicos, serviram como uma luva para o homem público que quisesse sair da penumbra e ingressar na luz fascinante dos refletores; bastava abraçar um dos dois e dê-lhe entrevista, dê-lhe notícia, dê-lhe convite para o telejornal de domingo. Depois, a realidade tirou deles toda a graça e interesse: a indiscutível estabilidade do real criado por FHC quase nos fez esquecer a época em que o país trocava freneticamente de moeda, e a aprovação do último Acordo Ortográfico (pifio, é verdade, mas novinho em folha) esfriou, ao menos por alguns anos, qualquer outra proposta de reforma.

Ora, inspirados talvez nos modernos ideais de reaproveitamento e reciclagem, alguns políticos ladinos atinaram com outra forma de extrair ouro novo da mina da linguagem,

Cláudio Moreno



cmoreno@terra.com.br

que parecia esgotada: em 1999, o deputado Aldo Rebelo, do PC do B, apresentou um projeto de lei para proteger e defender (?) a Língua Portuguesa da ameaça dos vocábulos estrangeiros. O estardalhaço foi enorme, como era de esperar, e o projeto, apesar da pobreza constrangedora da justificativa apresentada (o deputado se limita a citar a opinião enviesada de um antigo gramático – um, não dois, nem três: apenas um), apesar da condenação que recebeu de todos os linguistas deste país, foi aprovado – para inglês ver, é claro, pois jamais poderá ser posto em prática, e dorme agora, talvez para sempre, nas gavetas do Congresso, depois de ter rendido a seu autor uma colossal exposição jornalística.

A quem me perguntava, na época, por que teriam os congressistas aprovado um tamanho disparate, minha explicação era muito simples: grande parte deles tinha caído numa engenhosa jogada de marketing

(Epa! Bata na boca, seu herege, e troque isso já – **marketingue**, ou **márquetin**, ou **mercadologia**, sei lá – mas troque!): a expressão "defesa da Língua Portuguesa", ostentada como bandeira por Aldo Rebelo, escondia um sutil truque de lógica, uma "petição de princípio", porque pressupunha como fato indiscutível que ela estivesse sendo ameaçada. Pronto! Habilmente contrabandeada, a ideia (que é falsa, como veremos) despertava em todos uma reação natural de apreensão: "Bem, se nosso patrimônio cultural corre perigo, quem poderá se omitir?". Assim é covardia! Ninguém tem coragem de ser oposição numa hora dessas, ninguém vai querer ficar, como filho ingrato, impassível e indiferente quando a língua-mãe é ameaçada (e mãe ameaçada, como todo mundo sabe, pega muito mal no imaginário popular)...

**2** – Pois não faz muitos dias fiquei sabendo da cansativa possibilidade de mais uma vez ser apresentado outro projeto de lei, do mesmo calibre, agora em âmbito estadual, prometendo novamente aquilo que ninguém está autorizado a fazer: "defender" a Língua Portuguesa do mau uso que seus falantes fazem dos vocábulos de

origem estrangeira – em outras palavras, defender os falantes daquilo que eles mesmos resolveram fazer. "Lá vamos nós de novo", pensei – "só que desta vez os deputados, alertados pelo fiasco da primeira tentativa, vão rejeitar a estroenga". Ledo engano! Escrevo estas linhas já ciente de que o projeto, tão equivocado e autoritário quanto o anterior, foi aprovado nesta terça-feira por dois votos, numa decisão que não honra a tradicional qualidade da Assembleia gaúcha.

O projeto é **equivocado** porque se baseia no princípio ingênuo de que os vocábulos estrangeiros são usados por razões fúteis, quando haveria em nosso léxico vocábulos legitimamente vernáculos que poderiam cumprir o mesmo papel – o que, como veremos, é falso, já que eles são importados exatamente por expressarem nuanças de significado que os nossos não conseguem transmitir. E é **autoritário** porque a liberdade de expressão proclamada por nossa Constituição e pela Declaração dos Direitos do Homem implica para cada cidadão o direito de escolher os termos que julgar mais adequados para expressar seu pensamento – e nenhuma lei poderá proibir que ele resolva fazer isso usando vocábulos estrangeiros, expressões regionais, gíria ou até mesmo formas condenadas pela língua culta padrão. O triste é que o PC do B, sem se dar conta da contradição, aceite defender aqui um tipo de lei que, na Europa, figura no programa dos partidos de extrema-direita – mas sobre isso falaremos na próxima coluna.



*Castelinho - Campos Centro  
Restaurado em 2006, com o incentivo de  
13 empresas e 120 doadores individuais*

## Revele mais uma grande obra

**O Projeto de Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS é uma oportunidade de enriquecer o patrimônio cultural de Porto Alegre e valorizar a formação acadêmica de excelência. Sete prédios já foram concluídos: Agronomia, Château, Direito, Castelinho, Museu, Observatório e Rádio; a Engenharia está em obras; e ainda faltam quatro edificações para serem restauradas.**

**Participe desta iniciativa, entre em contato conosco e faça a sua doação.**

Agronomia

Castelo

Museu

Rádio

**Contato**  
3308 3018 e 3308 4216  
predios.historicos@ufrgs.br  
www.predioshistoricos.ufrgs.br

## ANEXO I – Deixem nossa língua em paz [2] (07/05/2011)

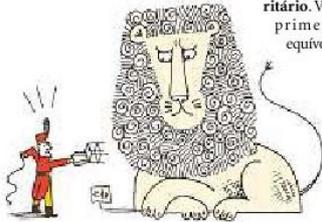
O Prazer das Palavras

## Deixem nossa língua em paz (2)

“Os bons velhos tempos? Mas os tempos são sempre bons, a gente é que não presta mais!”

Mario Quintana – *Caderno H*

**D**ediquei a coluna anterior à análise da lei que regula o emprego de vocábulos estrangeiros na publicidade, na imprensa e nos textos oficiais de nosso estado, recentemente aprovada pela Assembleia; na ocasião, deixei bem claro que, a meu ver, esta lei, além de ferir a Constituição, representa um verdadeiro retrocesso cultural. Ora, como não sou daqueles que procuram encerrar a discussão na base do grito e da carranca, brandindo o diploma como se fosse um porrete – a famosa cacetada do *argumentum baculum* –, vou explicar por que tachei o projeto de **equivocado** e de **autoritário**. Vejamos primeiro os equívocos.



**Cláudio Moreno**



**1 – Nossa língua não está em decadência** – Reconheço que a ideia central do projeto tem tudo para conquistar a simpatia do público, pois vem ao encontro daquela sensação difusa, compartilhada por grande parte dos falantes, de que algo precisa ser feito para evitar, ou ao menos frear, a degradação que parece ter atacado nosso idioma; afinal, como escreveu um leitor mais destampado, “temos de fazer alguma coisa para que o Português não caia na gandaia!”. Pois não se preocupe, caro leitor, que isso não vai acontecer; nossa língua está mudando, é verdade – como, aliás, todas as demais línguas do mundo –, mas posso assegurar que a história dessas mudanças sempre apontou para o aperfeiçoamento, não para o declínio. Como diz tão bem a epígrafe de Mario Quintana, o que nos assusta, no fundo, é a rapidez com que o tempo vai se consumindo, e por isso preferimos chamar de **decadência** toda e qualquer modificação – na moda, nos costumes, na linguagem – que possa nos lembrar que a areia da ampulheta está chegando ao fim. Este tipo

de lamento, ouvido em todas as épocas e em todas as línguas conhecidas, é próprio do ser humano, tão fugaz e passageiro. A língua não está em decadência, não – e quem fica indignado ao ver que o jovem de hoje não entende o que lê e mal se exprime com aquele léxico reduzido e aquela tosca sintaxe que o caracteriza, fique sabendo que isso não se deve à mera adoção de algumas dezenas de palavras estrangeiras; o problema tem causas muito mais sérias e exigiria uma mudança radical de atitude e de política cultural, com vezes mais profunda que essa constrangedora leizinha, tão inócua quanto clister em defunto.

**2 – Nossa língua não é autossuficiente** – Ao contrário do que afirma a justificativa desta lei, o Português não tem as mesmas palavras que o Espanhol, o Francês ou o Inglês. Sair Ali, irônico, já descrevia em 1908 esta postura ufanista: “Nenhuma tão bela, tão elegante; nenhuma tão fecunda, tão enérgica, tão rica; nenhuma com tesouros tão variados e tão inexauríveis. Isto diz cada nação da sua. Isto dizemos nós da nossa. E daí se segue que não temos necessidade de pedir empréstimo a nenhuma língua estrangeira...”. Mera ilusão! Cada idioma tem um léxico próprio, construído pela experiência e pela visão de mundo de seus falantes. É exatamente por isso que uma língua vai buscar lá fora as palavras que não tem, assim como os navegantes do Renascimento iam às Índias para comprar a pimenta e a canela que não vicejam na Euro-

pa. Tobogã, iceberg, esqui, trenó e iglu só poderiam vir de culturas com neve, frio e gelo. **Batique, sarongue, sagu e orangotango** têm a marca das regiões do Oceano Índico. **Soprano, maestro, batuta, piano, sonata, virtuoso** vêm da musicalíssima Itália. Agora que vivemos a extraordinária revolução introduzida pelo computador e pela internet, importamos do Inglês. É simples assim.

**3 – A língua não interrompeu sua evolução só porque eu nasci** – Sei que é duro admitir, mas nosso idioma, que vem mudando desde sua origem, continua mudando ainda hoje e vai continuar sua mudança mesmo depois de eu deixar de fazer sombra neste mundo. Ora, como eu passo e a língua fica, não tenho o direito nem a capacidade de decidir quais destas palavras estrangeiras que andam por aí terminarão sendo aceitas pelo idioma. É impossível definir, como sugere o projeto, quais são os estrangeirismos **consagrados**, pois isso implicaria dizer que os que vieram antes de mim tiveram a sorte de conquistar a cidadania brasileira, enquanto os novos – isto é, os que agora tentam ingressar em nosso território – chegarão tarde demais e devem sofrer os rigores desta nova lei... Quando, no final do séc. 19, o folclórico Castro Lopes esbravejava contra o “depravado gosto de enxertar na língua portuguesa palavras de idioma estrangeiro” e relacionava várias dessas “horripilantes novidades” (a maioria vinda do Francês), não tinha bola de cristal para prever que, da lista que fez, *reclame, pince-nez, meeting, aplomb, parvenu, lendemain, charivari e pendant* seriam praticamente abandonadas, mas *mensagem, turista, engrenagem, carnê, greve, envelope, elite, creche, etiqueta, ateliê* e *li-der* ingressariam definitivamente no nosso vocabulário usual. (continua)

## Revele mais uma grande obra

O Projeto de Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS é uma oportunidade de enriquecer o patrimônio cultural de Porto Alegre e valorizar a formação acadêmica de excelência. Seis prédios já foram concluídos: **Agronomia, Chateau, Direito, Castelhno, Museu, Observatório e Rádio**; e ainda faltam quatro edificações para serem restauradas.

Participe desta iniciativa, entre em contato conosco e faça a sua doação.



Fotos: Filipa Rosenthal / Arquivo SPH

*Engenharia - Campus Centro  
Restauração iniciada em 2008, deve ser  
concluída em 2011, com o incentivo de  
seis empresas e 204 doadores individuais*

**Contato**  
3308 3018 e 3308 4216  
predios.historicos@ufrgs.br  
www.predioshistoricos.ufrgs.br



SECRETARIA DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO



## ANEXO J – Deixem nossa língua em paz [3] (21/05/2011)

O Prazer das Palavras

## Deixem nossa língua em paz (3)

“Os estrangeirismos são os judeus da linguagem”

Theodor Adorno – *Minima Moralia*

Quando vocês, caros amigos, estiverem lendo esta coluna, tenho quase certeza – a julgar pelas declarações em *off* de assessores do Piratini – de que a malparida lei contra estrangeirismos já terá sido vetada pelo governador Tarso Genro, que não parece (escrevo na terça-feira) disposto a endossar este disparate legislativo. Ora, mesmo que o dragão tenha morrido sob o peso de seus próprios defeitos, vou manter minha promessa e mostrar por que considero **autoritário** este projeto, esperando que isso sirva de vacina para nos imunizar, por muito tempo, contra aventuras semelhantes.

Em primeiro lugar, todo purismo tem cunho fascista. Quando falam numa língua pura (quem conhece a história de qualquer língua ocidental sabe que isso é uma alucinação), eu saco logo o meu revólver – ou o talão de cheques (tanto faz, pois ambos vieram do Inglês, *revolver* e *check*). É assim que as coisas começam: apontar estrangeirismos, limpar, expurgar – tudo isso em nome de uma pureza linguística; depois, vem a limpeza étnica; depois, a ideológica. Nós já vimos este filme.

Cláudio Moreno



cmoreno@terra.com.br

A ideia de banir os elementos estrangeiros da linguagem sempre foi muito popular em regimes totalitários, tanto da direita quanto da esquerda. Estados fortes tentam regular até a maneira de seus súditos se expressarem. Na Itália de Mussolini, a Academia desencadeou uma campanha “purificadora” do italiano, publicando listas periódicas dos vocábulos que deveriam ser banidos. A Espanha franquista assistiu a movimento idêntico. Na França dos anos 1990 (para minha decepção), surgiu a Lei Tourbon, logo associada a Le Pen e à direita furiosa. Na Alemanha corre um movimento contra o que eles chamam exageradamente de *Denglish* (mistura de *Deutsch* com *English*), apoiada pelos velhos partidários do nacionalismo – e tanto o Irã de Ahmadinejad quanto a China do capitalismo sem sindicatos lançaram ofensivas semelhantes.

Em segundo lugar, ninguém tem o direito de se arvorar em juiz dos seus semelhantes. Muitas das pessoas com quem conversei,

embora considerem natural que usemos vocábulos estrangeiros para suprir as lacunas do nosso léxico, condenam aqueles que os empregam por pura **moda** ou **exibicionismo**. “Mas senhor não acha ridículo usar *sale* em vez de *liquidação*?”, pergunta uma leitora, num tom que chega a sugerir que ela está perdendo a paciência comigo. Acho, madame – assim como acho ridículo organizar uma festa caríssima para comemorar o aniversário do cachorro ou escolher a data da cesariana para que o nenê nasça dentro do “signo certo”. Acho errado, ridículo e muito mais – mas os outros nada têm a ver com a minha opinião.

Falemos francamente: o alvo desta celebração toda não é qualquer vocábulo vindo do exterior: os que vêm do Francês, do Espanhol, do Italiano, do Russo ou das línguas da Ásia não chamam atenção e não dão brotojeira. O que nos incomoda são os que vêm do Inglês. Falando ainda mais francamente, são os que representam a sufocante influência dos Estados Unidos nos mais ínfimos recônditos de nossa vida. Pois saiba, prezado leitor, que trocar um vocábulo inglês por seu equivalente nacional em nada vai reduzir o imperialismo cultural a que estamos submetidos. Chamar o *Halloween* de *Festa das Bruxas* (ou *Bailanta do Bruxaredo*, para quem prefere uma dicção mais gaudéria) não vai diminuir o mal-estar que sinto diante da adesão cada

vez maior de nossas crianças a esta festa completamente exótica à nossa cultura, que nem ao menos tem a atenuante de incluir, entre suas figuras, o Saci, o Boitatá, o Curupira e a Mula-sem-Cabeça.

Por trás desta preocupação em banir os estrangeirismos encontramos o mesmo fundamento em que se baseiam os defensores do “politicamente correto”: a ingênua crença de que podemos mudar a realidade de se mudarmos a linguagem – quando a experiência e a ciência nos ensinam que o vento sopra exatamente em sentido contrário. O certo é “Liberte sua mente, que o resto vem atrás (inclusive a linguagem)”, e não “Liberte sua linguagem, que a mente vem atrás” (não é por acaso que o lema daquela campanha anti-homofóbica dos EUA era “*Free your mind and your ass will follow*”, e não o contrário, como alguns marotos sugeriram – e só não traduzo porque pode haver crianças na sala).

Em outras palavras, esta lei, se fosse aplicada, não cumpriria o objetivo que orientou sua concepção. Que o vocabulário da informática venha todo do Inglês não é o verdadeiro problema, mas sim que toda informática nos torne dependentes da tecnologia americana – e trocar *mouse* por *ratón*, como fazem os argentinos, não é motivo para orgulho nacional, se continuarmos a utilizar este dispositivo para navegar nas ondas do Windows, da Microsoft Corporation.

Janela do Observatório de UFRGS, sentiu de inspiração para o símbolo da Secretaria do Patrimônio Histórico.



## REVERTER A AÇÃO DO TEMPO

O Projeto Resgate dos Prédios Históricos da UFRGS tem a missão de revitalizar um importante patrimônio arquitetônico e cultural que pertence a todos os gaúchos. Reverter os estragos causados pelo tempo ou pelo uso inadequado das edificações que abrigaram cursos embrionários da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul é processo complexo e demanda muitos investimentos. Mas é fundamental para a UFRGS e aqueles que frequentam as suas dependências seja para estudar, ensinar, pesquisar, trabalhar, usufruir de serviços ou participar de eventos.

Nos últimos dez anos, com o incentivo de cidadãos e empresas da iniciativa privada, sete edifícios foram restaurados e reintegrados para uso da comunidade acadêmica e da sociedade. Um está em fase de conclusão das obras, outros três iniciaram a captação de recursos e aguardam a sua contribuição.

Entre em contato pelos telefones 3308 3018 e 3308 4216, e-mail [predios.historicos@ufrgs.br](mailto:predios.historicos@ufrgs.br) ou visite o site [www.predioshistoricos.ufrgs.br](http://www.predioshistoricos.ufrgs.br).



Lei de Incentivo à Cultura  
SECRETARIA DE CULTURA  
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO

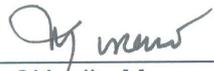


UFRGS

**ANEXO K – Autorização para publicação de entrevista****AUTORIZAÇÃO**

Eu, Cláudio Moreno, autorizo a publicação de duas entrevistas concedidas ao aluno de jornalismo Pedro Schmidt Heberle para uso exclusivo no trabalho monográfico A LÍNGUA AO RÉS-DO-CHÃO: ESTRATÉGIAS GRAMÁTICAS DE CLÁUDIO MORENO NA COLUNA "O PRAZER DAS PALAVRAS"

Porto Alegre, 6 de 12 de 2011.



Cláudio Moreno



Pedro Schmidt Heberle